

# **PESQUISA E EDUCAÇÃO POPULAR** construindo conhecimentos em saúde a partir da extensão

Organizadores

Pedro José Santos Carneiro Cruz  
Dailton Alencar Lucas de Lacerda

**E** Editora  
UFPB



# **PESQUISA E EDUCAÇÃO POPULAR**

construindo  
conhecimentos em  
saúde a partir da  
extensão



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA

Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE

Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)

ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras E Artes)

FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)

GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)

ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)

LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)

MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)

MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)

MARIA REGINA VASCONCELOS. BARBOSA (Ciências Biológicas)

**Pedro José Santos Carneiro Cruz  
Dailton Alencar Lucas de Lacerda  
(Organizadores)**

**Pesquisa e Educação Popular:  
construindo conhecimentos em saúde  
a partir da extensão**

**Editora UFPB  
João Pessoa  
2019**

Direitos autorais 2019 – Editora UFPB  
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,  
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por  
qualquer meio

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998)  
é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor

Impresso no Brasil. Printed in Brazil

Projeto Gráfico Editora UFPB  
Edição  
Eletrônica, ilustrações e Design da Capa Lucas Nóbrega

---

Catálogo na publicação  
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P474 Pesquisa e educação popular: construindo conhecimentos em  
saúde apartir da extensão [livro eletrônico] / Pedro José Santos  
Carneiro Cruz, Dailton Alencar Lucas de Lacerda (organização).  
- João Pessoa : Editora UFPB, 2019.  
207 p. : il.

Formato: ePDF  
Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader  
ISBN 978-85-237-1526-7

1. Saúde Pública. 2. Educação popular. 3. Pesquisa e extensão.  
I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. II. Lacerda, Dailton Alencar  
Lucas de. III. Título.

UFPB/BC

CDU 614:37.014.2

---

Editora filiada à:

EDITORA UFPB



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Cidade Universitária, Campus I, Prédio da editora Universitária, s/n  
João Pessoa – PB  
CEP 58.051-970  
<http://www.editora.ufpb.br>  
E-mail: [editora@ufpb.br](mailto:editora@ufpb.br)  
Fone: (83) 3216.7147

# Súmarío

## **Apresentando: Pesquisa, Educação Popular em Saúde e o Projeto Vidas Paralelas ..... 8**

Pedro José Santos Carneiro Cruz,  
Dailton Alencar Lucas de Lacerda

## **Pesquisa e Extensão Popular em Saúde do Trabalhador: a experiência do Projeto Vidas Paralelas Paraíba ..... 17**

Dailton Alencar Lucas de Lacerda, Pedro José Santos Carneiro Cruz, Maria da Graça Luderitz Hoefel, Iris do Céu Clara Costa, Andreia Marinho Barbosa, Islany Costa Alencar, Rodrigo Mendes Silva Luna, Shermilla Leite Lucas

## **O Palhaço Cuidador no Projeto de Extensão PalhaSUS: desenvolvendo uma teoria e uma prática de educação popular no cuidado integral em saúde ..... 44**

Aldenildo Araújo de Moraes Fernandes Costeira,  
Janine Azevedo do Nascimento, José Antonio Gonçalves Matias, Lucas Emmanuel de Carvalho

## **Educação Popular: construindo outra saúde na escola ..... 68**

Maria Fabiana Bonfim de Lima-Silva, Brunna Thaís Luckwü de Lucena, Luciana Cabral Figueiredo

**Saúde do trabalhador: a Educação Popular reorientando a formação na busca da integralidade na atenção à saúde.....94**

Dailton Alencar Lucas de Lacerda, Iris do Céu  
Clara Costa, José da Paz Oliveira Alvarenga,  
Daniela Gomes de Brito Carneiro

**Significados da arte e da criatividade na formação universitária em saúde..... 120**

Daniela Gomes de Brito Carneiro

**Arte na Formação em Saúde a partir das práticas da Extensão Popular ..... 134**

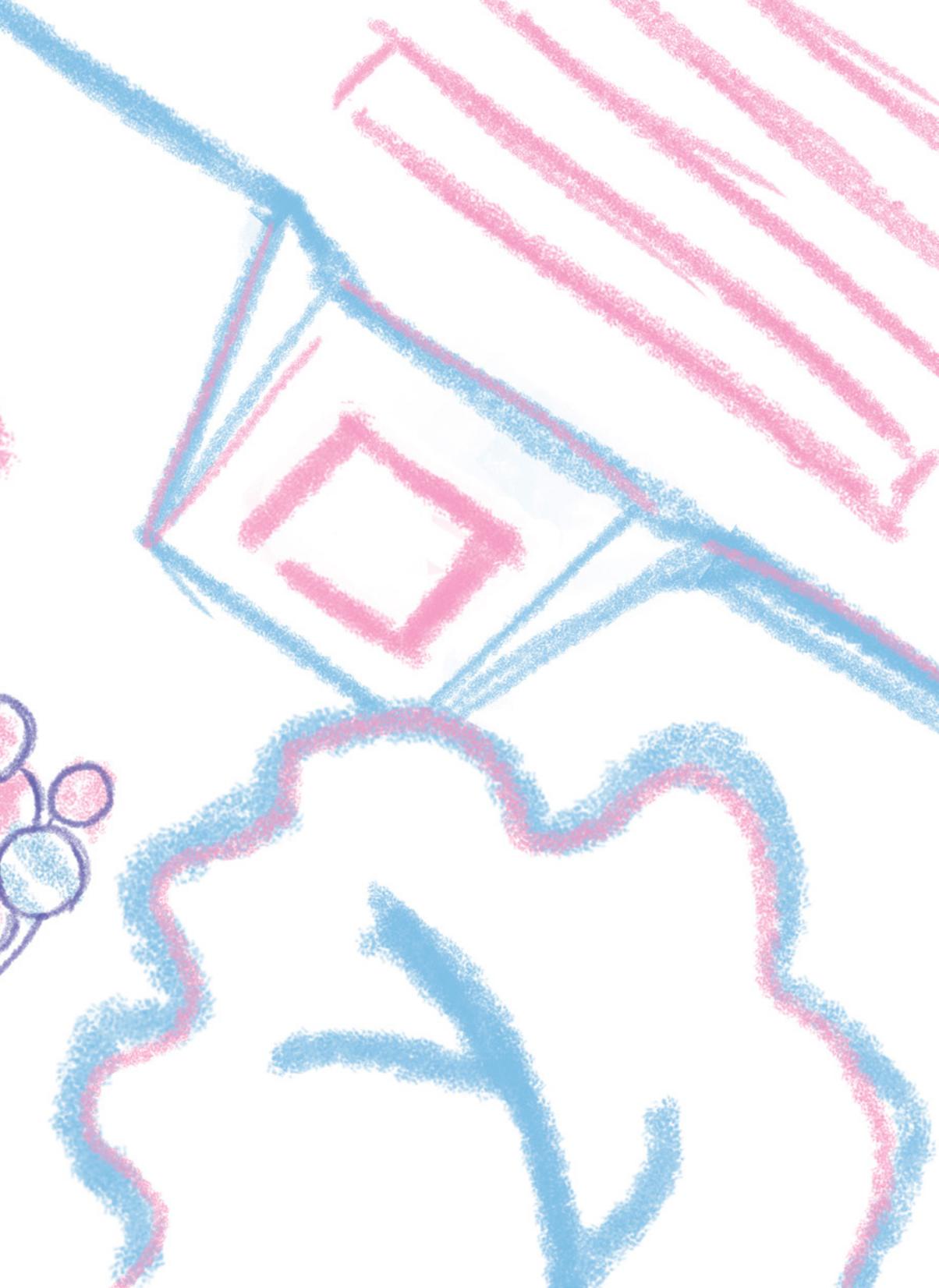
Mateus do Amaral Meira

**Participação local em saúde: situações-limite e inédito-viáveis a partir de uma experiência em Educação Popular ..... 146**

Islany Costa Alencar

**Extensão Popular e Cultura: um diálogo para transformar a formação universitária e seu compromisso social.....168**

Pedro José Santos Carneiro Cruz



**APRESENTANDO**  
**Pesquisa, Educação**  
**Popular em Saúde e o**  
**Projeto Vidas Paralelas**

**Pedro José Santos Carneiro Cruz**  
**Dailton Alencar Lucas de Lacerda**



## **O Projeto Vidas Paralelas**

Desde sua criação em 2008, o Projeto Vidas Paralelas constitui ação de articulação nacional de experiências de Educação Popular voltadas ao fortalecimento sistemático da participação social em saúde do trabalhador, através de iniciativas pedagógicas destinadas à promoção e ao protagonismo de trabalhadores de várias categorias formais e informais, tendo como fio condutor suas histórias de vida e sua produção cultural, especialmente no que se refere às mídias digitais e às realizações culturais populares.

Coordenado pela Universidade de Brasília, com o apoio do Ministério da Cultura e de outras entidades nacionais, o PVP descentraliza suas ações através de parcerias com universidades, movimentos sociais e pontos de cultura nas diferentes regiões do país, que se empenham para construir uma Rede de Apoio ao Projeto, a qual se dedica à construção processual e sistemática de suas experiências, centradas, sobretudo, na criação de espaços educativos de problematização da realidade de saúde e cultura dos trabalhadores.

Concretizando a operacionalização do PVP, no estado da Paraíba, desde 2008, a Universidade Federal da Paraíba vem acumulando experiências no campo de ações comunitárias em Educação Popular e Saúde do Trabalhador, consolidando uma rede de articulação que envolve movimentos populares, universidades (professores, técnicos e

estudantes) e comunidades populares, a qual já promoveu projetos de extensão, eventos regionais e nacionais, vivências em comunidades e em municípios do estado, oficinas de inclusão digital, cursos de formação, além de tutorias para acompanhamento permanente dos trabalhadores envolvidos em seu processo de inclusão digital e produção cultural.

Desde 2013, o coletivo aglutinado pela UFPB vem participando ativamente da construção das ações de mobilização comunitária e promoção de espaços educativos em Saúde do Trabalhador, de modo orgânico ao Projeto Vidas Paralelas Nacional, apoiado e vinculado pela Universidade de Brasília, através do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico/CDT. Para tanto, configurou-se uma equipe de pesquisa composta por pesquisadores, estudantes e estagiários, os quais têm empenhado esforços no sentido de potencializar a qualificação permanente das ações empreendidas nos campos já citados e de empreender pesquisas e promover a sistematização científica dessas experiências.

Nessa configuração, o PVP-PB se articulou a outras experiências significativas no campo da Extensão Popular, particularmente o Programa PEPST - Educação Popular e Saúde do Trabalhador (coordenado pelo professor Dailton Lacerda), o Projeto PalhaSUS (coordenado pelo professor Aldenildo Costeira), o Programa PINAB – Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (coordenado pelos professores Ana Cláudia Peixoto e Pedro Cruz) e o Projeto EDUPFONO - Educação Popular em Saúde Escolar: reorientando práticas de cuidado e promovendo o protagonismo cidadão em parceria com a comunidade (coordenado pelas professoras Fabiana Bonfim, Brunna Luckwu e Luciana Figueiredo).

No que se refere às repercussões conseguidas através do trabalho do PVP-PB no período 2013-2014, acreditamos que logramos êxito em construir produtos que sistematizam aspectos teóricos e

bases metodológicas em que se referenciam as ações do Projeto Vidas Paralelas, permitindo vislumbrar a concretização de alguns dos objetivos específicos desse projeto, em que se destaca, principalmente, a evidenciação dos referenciais que sustentam essa experiência, bem como as iniciativas inovadoras nela desveladas. Com isso, conseguem-se compartilhar esses saberes no âmbito acadêmico e fundamentar bases efetivas para estimular o debate e as reflexões em torno da participação social em saúde do trabalhador.

Nesse caminho, merece destaque também o esforço empreendido nas articulações e os trabalhos direcionados à organização do Movimento Popular de Saúde (MOPS) e Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) da Paraíba, com participação ativa nas iniciativas de ampliação do MOPS/ANEPS nos municípios do interior do estado, bem como trocas de experiências entre as práticas populares, e pela aproximação de novas experiências ao movimento. Nesse mesmo cenário, desvelou-se o fortalecimento da rede de trabalhadoras e trabalhadores, movimentos populares, sindicatos, entre outros vinculados ao Projeto Vidas Paralelas, o que contribuiu, decisivamente, para reativar a ANEPS na Paraíba.

Pôde-se, também, qualificar e aprimorar as discussões em torno das metodologias para inserir a Educação Popular em Saúde do Trabalhador nas ações locais de cuidado na Saúde da Família, além da formação universitária e do controle social. Como é consenso em toda a equipe, acredita-se que esse escopo de ações contribuiu para fortalecer a Rede de Apoio do PVP-PB na linha de promover a articulação qualificada de experiências e sujeitos comprometidos com os movimentos e luta em torno da Saúde do Trabalhador, a partir do fio condutor da Educação Popular e da Cultura. Com a continuidade do Projeto, vislumbra-se dar mais protagonismo e visibilidade às práticas

populares de saúde e cultura popular, às questões indígenas e ambientais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos nos distintos espaços de produção e reprodução da vida, possibilitando a problematização e a análise do modo como se estabelecem as relações sociais em suas múltiplas dimensões.

## **Extensão Popular, Pesquisa e a construção de conhecimentos**

A Extensão Popular se caracteriza, atualmente, como um campo profícuo e denso de iniciativas acadêmicas que, inseridas na própria universidade, questionam sua filosofia e seu papel social. Seus protagonistas insistem em reconfigurar a estrutura universitária preponderante na atualidade. Assim, configura-se como mais um importante eixo no amplo debate nacional sobre a reforma universitária. Autores como Jezine (2006), Fleuri (2004), Melo Neto (2004), Vasconcelos, Frota e Simon (2006) e Vasconcelos e Cruz (2011) entendem que está em jogo um processo de mudanças na Universidade brasileira, a partir de sua crise de paradigmas e de disputas por quais seriam seus objetivos e sua função social. Nesse sentido, considerando a atual discussão acerca da universidade, seu compromisso social e sua reforma, a experiência do movimento nacional de extensão popular adquire importância singular, visto que carrega as tentativas de um grupo acadêmico de repercussão nacional em construir propostas de mudança da prática e filosofia acadêmicas.

Refletir sobre a Extensão Popular, nos dias de hoje, é um desafio e uma exigência para todas as pessoas que, através de suas práticas e movimentos, inserem-se em experiências desse tipo. Explico por que: é desafio porque as novas reflexões precisarão dialogar com tantas outras críticas de qualidade, empreendidas por autores e atores importantes

para a constituição da Extensão Popular como um campo teórico de produção de conhecimentos, que confere mais apoio para o desenrolar de suas iniciativas país afora. Por isso mesmo, esse esforço reflexivo se cristaliza também numa exigência, posto que a Extensão Popular pressupõe, ela mesma, um movimento. Não apenas um movimento de lutas e de busca por hegemonias, no contexto acadêmico e social, mas um movimento interno a ela mesma, por meio do qual os diversos saberes e pensamentos inerentes aos seus sujeitos vão constituindo sempre novas faces para a Extensão Popular, advindas tanto das conclusões evidenciadas nas diversas empreitadas quanto de um importante filosofar sobre a Extensão Popular, como campo de teorias e de princípios norteadores de ações.

Assim, filosofar sobre a Extensão Popular, mergulhando todas e todos em seus princípios e teorias, fundamentos e novas possibilidades metodológicas, é um caminho imprescindível para todas as pessoas que se lançam nessas experiências. Pode ser um convite ao empreendimento de novas reflexões e produção de conhecimentos, que são dinâmicos e seguem sendo construídos pela leitura em seu confronto dialogante com a prática concreta extensionista e com outras pessoas.

Desvela-se, então, uma modalidade de pesquisa empenhada numa perspectiva de ciência e produção de conhecimentos contra-hegemônicos, através dos quais a atividade de pesquisa está intensamente dedicada a, de maneira participativa e dialogada, melhorar a prática dos participantes das experiências educativas emancipatórias, sua compreensão dessa prática e a situação em que se produz a prática. Ademais, interessará assegurar a participação dos integrantes do processo para possibilitar a organização democrática da ação e conduzir os participantes a se comprometerem com a mudança (RICHARDSON, 2003).

Apoiada por essa dimensão metodológica, filosófica e política, esta pesquisa pretende investigar

a respeito daquilo que está se apresentando de forma interrogativa, convidando qualquer um para desenvolver a reflexão crítica sobre a questão surgente. É um trabalho do pensamento e, necessariamente, da linguagem, no sentido de descortinar aquilo que estava encoberto. É, ainda, uma visão de totalidade dessas realidades enquanto que se encaminha para sínteses. Essas, contudo, continuam abertas a novas interrogações, na perspectiva de mudanças, desenvolvendo um sistemático enfrentamento à barbarização social e política de um povo (EXTELAR, 2008, p. 4, grifo do autor).

Assim, a pesquisa poderá deixar de ser uma atividade neutra ou alheia à realidade social e estará articulada como um esforço para superar os problemas sociais e, especialmente, para a emancipação humana daqueles setores mais subalternos, rumo à cidadania de seus sujeitos. Como possibilidade de analisar criticamente um dado fenômeno, a pesquisa oportunizará também uma intensificação da reflexão sobre a própria Extensão Popular e seu lugar no atual contexto de mudanças e contradições da Universidade. Com base em investigações científicas, podemos fazer uma crítica profunda à Extensão Popular, evidenciando suas repercussões no atual contexto acadêmico e, sobretudo, os desafios e os enfrentamentos necessários para consolidar a Educação Popular como um caminho orientador (político, pedagógico, humanizador) das práticas acadêmicas. Nessa estrada, com mais ousadia ainda, inserir também os sujeitos das práticas e dos movimentos populares na condução dessas investigações e nas análises críticas desses trabalhos, levando a tão sonhada e necessária crítica da população para a Universidade.

## **O percurso desta obra**

Com o presente livro, compartilharemos processos de estudos e pesquisas empreendidos no contexto do PVP-PB, em interface com ações de extensão com as quais este se articulou, particularmente: PEPST, PalhaSUS, PINAB e EDUPFONO.

Em cada capítulo, são compartilhados caminhos metodológicos e são tecidas considerações teóricas acerca de experiências de extensão no campo da saúde, tendo como ênfase a perspectiva da Educação Popular e sua potência em inspirar processos investigativos de caráter participativo e inclusivo.

Interessa-nos, nesta obra, de modo central, aqueles processos caracterizados pelo compromisso da pesquisa em contribuir no desvelamento de problemáticas e questões sociais importantes, sobretudo na análise crítica acerca de experiências e trabalhos sociais no campo da saúde, de modo a aperfeiçoar os caminhos de construção coletiva de esforços para a superação da exclusão social e a qualificação das políticas públicas na direção da cidadania.

Fundamentalmente, socializamos nesta obra nossa busca, ainda inconclusa, por processos de pesquisa intimamente articulados com a ação, de modo à identificação de lacunas e obstáculos para promover, cada vez mais, a condição de sujeito das pessoas e o caráter emancipatório das iniciativas no campo da extensão em saúde,

Ao tempo que compartilhamos nossos esforços e reflexões, esperamos animar outras experiências e outros sujeitos na construção de novas ações ou na avaliação e reorientação de ações já existentes.

## Referências

EXTELAR. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**. Planejamento Semestral Julho/Dezembro de 2008. João Pessoa, 2008.

FLEURI, Reinaldo Fleuri. **Conversidade**: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade . In: 27a. Reunião Anual da ANPEd, 2004, Caxambu. Sociedade, Democracia e Educação: Qual universidade?. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. p. 1-45.

JEZINE, E. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Editora Universitária UFPB. João Pessoa, 2006. v.1. 331p.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

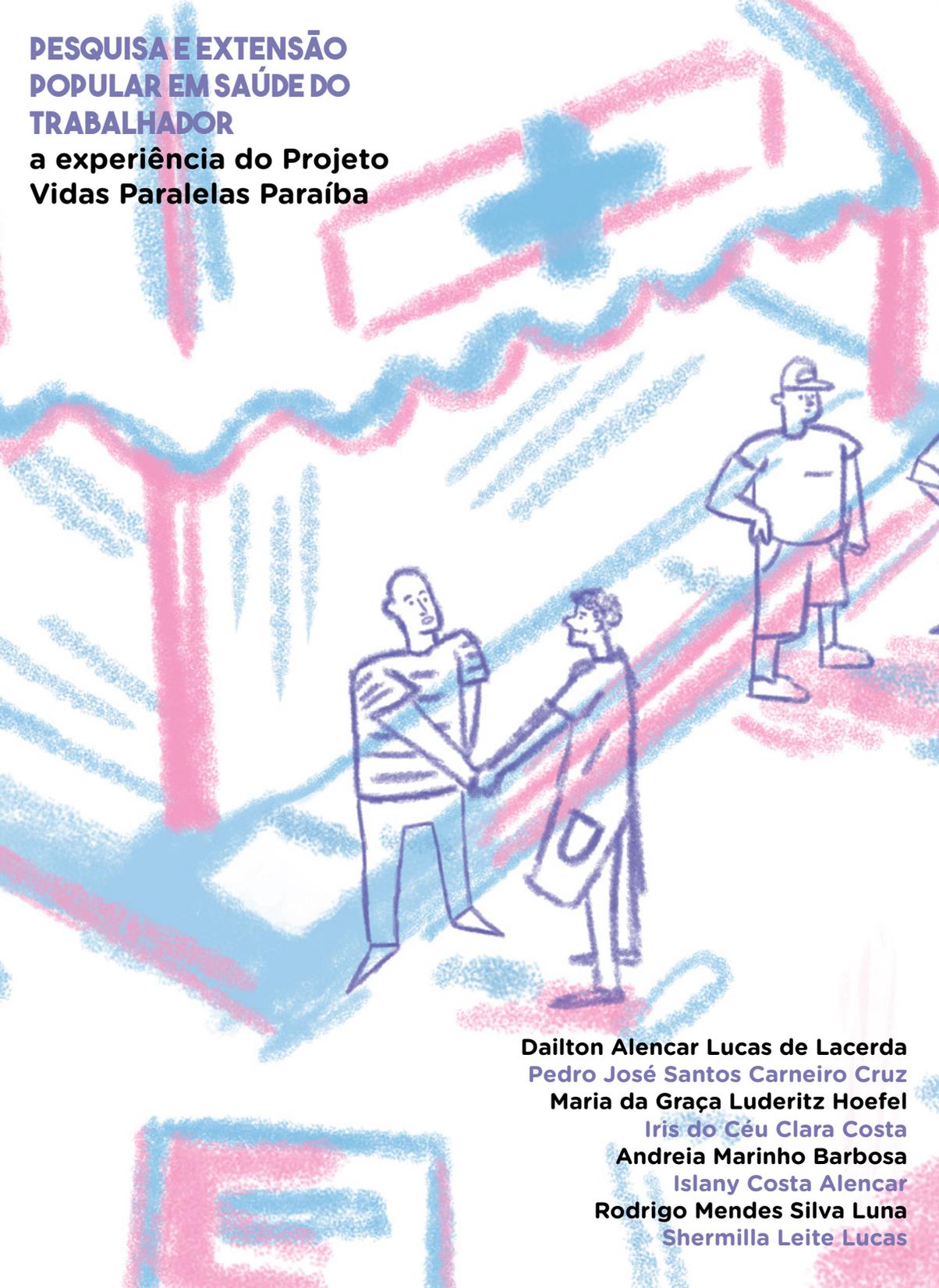
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação**. In: RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). Pesquisa-Ação. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, v, p. 149-174.

VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C.(Orgs.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

VASCONCELOS, Eymard Mourão.; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (Org.). **Perplexidade na universidade**: vivências nos cursos de saúde. São Paulo: Editora Hucitec. 2006.

**PESQUISA E EXTENSÃO  
POPULAR EM SAÚDE DO  
TRABALHADOR**

**a experiência do Projeto  
Vidas Paralelas Paraíba**



**Dailton Alencar Lucas de Lacerda  
Pedro José Santos Carneiro Cruz  
Maria da Graça Luderitz Hoefel  
Iris do Céu Clara Costa  
Andreia Marinho Barbosa  
Islany Costa Alencar  
Rodrigo Mendes Silva Luna  
Shermilla Leite Lucas**

## **Introdução**

A Saúde do Trabalhador é um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Nessa acepção, considera a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico (BRASIL, 2001, p. 7). Portanto, compreende um corpo de práticas teóricas interdisciplinares - técnicas, sociais, humanas e interinstitucionais - desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e focados numa perspectiva comum (MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA, 1997, p. 23).

No contexto das possibilidades e dos caminhos para se efetivar a Saúde do Trabalho na amplitude que exige essa perspectiva conceitual, diferentes iniciativas de Educação Popular em Saúde se articulam com demandas do Controle Social em Saúde, o que vem permitindo a constituição de novas abordagens, metodologias e possibilidades de configurar a formação de trabalhadores de saúde e de movimentos sociais, no sentido da participação popular crítica e ativa no mosaico das políticas de atenção à saúde do trabalhador.

Vasconcelos (2004) define a Educação Popular como:

Um modo comprometido e participativo de conduzir o trabalho educativo orientado pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo, ou seja, dos excluídos e dos que vivem ou viverão do trabalho, bem como dos seus parceiros e aliados. Nela investem os que creem na força transformadora das palavras e dos gestos, não só na vida dos indivíduos, mas na organização global da sociedade.

Segundo Vasconcelos e Cruz (2011), a Educação Popular (EP) já se constitui vinculada à vida universitária como inspiração de muitas práticas sociais que estudantes, professores e intelectuais mais inquietos têm tentado implementar em seus espaços de trabalho, por meio de rodas de conversas e interações no âmbito familiar ou social. Além disso, a renovação das políticas sociais passa a exigir um novo tipo de profissional mais habilitado em relação aos interesses e à lógica popular. Nesse sentido, participar dos projetos de extensão orientados pela EP passa a ser visto não apenas como militância política, mas também como maneira de preparar bem mais os profissionais em formação para o mercado de trabalho.

Na perspectiva da Educação Popular, a Extensão é um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, é vista como uma ferramenta eficaz de transformação social, que possibilita uma interação entre a universidade e a comunidade e contribui para melhorar a qualidade de vida e promover cidadania (MELO NETO, 2001; 2004).

A Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (PARTICIPASUS) estabelece que é imprescindível apoiar um conjunto de atividades voltadas para o aprimoramento da participação social na

gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), o que resultaria em mais eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, à Educação Popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento, a avaliação, a ouvidoria, a auditoria e a gestão da ética nos serviços públicos de saúde (BRASIL, 2009).

Visando desenvolver dispositivos pedagógicos direcionados à qualificação do protagonismo dos próprios trabalhadores nesse campo do saber, o Projeto de Extensão “Vidas Paralelas” (PVP) é uma proposta de ação nacional para a qualificação do controle social em saúde do trabalhador. Originou-se como uma estratégia compartilhada dos Ministérios da Cultura e Saúde, da Universidade de Brasília e da Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador (REC\_ST), entre as áreas de saúde e cultura do trabalhador brasileiro, com apoio das centrais sindicais do Brasil.

A criação de Redes de Apoio em cada estado promove essa interação, que viabiliza o processo de implementação do projeto com o apoio às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras em todo o Brasil. No estado da Paraíba, é desenvolvido desde 2008, como ação de extensão universitária do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com apoio do Programa de Educação Popular em Saúde (PROGEPS) e da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC).

Atualmente, o Programa de Educação Popular e Saúde do Trabalhador (PEPST) abrange todos os projetos de extensão universitária que têm como foco a saúde do trabalhador. Entre eles, destacaram-se historicamente o Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (PEPAST) e o Projeto Vidas Paralelas – Paraíba (PVP-PB), que se identificam como proposta de fortalecimento dessa rede, articulando estudantes, trabalhadores e entidades sociais para a

construção e a ampliação de espaços de discussão acerca da cultura, participação e controle social no campo da saúde do trabalhador. Como Projeto, o PVP procura facilitar um encontro transformador entre os sujeitos sociais do mundo do trabalho, seus movimentos, sindicatos e organizações populares/comunitárias, a partir de uma análise crítica dessa realidade, considerando seu próprio olhar, para que se construa uma rede qualificada de sujeitos conscientes dos seus direitos e pró-ativos na busca por sua efetivação.

Procurando abordar e difundir a prática e a vivência cotidiana de trabalhadores, o projeto reúne sujeitos representantes dos setores formal e informal, em seu ambiente laboral e em sua inserção social e cultural, com enfoque na saúde em suas diferentes dimensões: individual, coletiva, do ambiente e condições de trabalho de diferentes categorias de trabalhadores. Sua ênfase é marcada pelas estratégias de diálogo, pela organização político-social e pela troca de experiências de vida entre os diversos trabalhadores participantes.

A inserção de estudantes universitários de diversas áreas correlacionadas (saúde, educação, assistência e seguridade social, emprego, direito do trabalho, comportamento humano, cultura e comunicação social) desenha a intersectorialidade do campo da saúde do trabalhador no processo. A interação deles com os trabalhadores envolvidos no PVP cumpre o papel de inserir, na formação estudantil, o mundo do trabalho segundo o olhar do próprio trabalhador, o que contribui para qualificá-lo não apenas tecnicamente, mas também na perspectiva política do compromisso social com os futuros profissionais que atuarão nesse campo.

## **Percurso metodológico**

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de natureza qualitativa (MINAYO, 2004), para cujo desenvolvimento a principal estratégia metodológica empregada foi a sistematização de experiência, visando chegar aos objetivos almejados. Tal metodologia foi empregada conforme os fundamentos estabelecidos por Holliday (1996) e serviu para verificar as condições do contexto em que se desenvolveu a experiência, bem como as percepções, as interpretações e as intenções dos diferentes sujeitos que intervieram no processo e os resultados esperados e inesperados que foram surgindo.

Para apreender as fontes de informação e os dados para subsidiar a sistematização dessa experiência e sua análise crítica, recorreu-se à identificação dos significados dos sujeitos envolvidos na experiência, por meio de grupo focal, que foi realizado de acordo com a fundamentação de Minayo (2004). Essa técnica foi empreendida e registrada por meio de filmagem em câmera digital e de gravador de voz em MP4.

Participaram do grupo focal dez pessoas, cuja seleção foi intencional. Foram escolhidos os sujeitos presentes de modo mais ativo e participativo no processo de constituição da experiência. Na medida do possível, do conjunto de atores com disponibilidade para participar da reunião presencial, foi procedida amostragem de maneira a compor um grupo com diversidade de funções (estudantes, técnicos, professores e militantes de movimento social). Para o grupo focal, o roteiro teve temáticas previamente organizadas de acordo com as hipóteses dos pesquisadores.

Como questão geradora, o grupo focal sugeriu uma reflexão geral a partir de duas frentes: 1) Caminhos, possibilidades e aprendizados

significativos acumulados durante a experiência; 2) Desafios percebidos, especialmente no que tange ao Controle Social em Saúde do Trabalhador.

Para efeito de análise, procedeu-se à escuta da gravação e posterior transcrição textual. Em seguida, foi feita a análise de conteúdo, na perspectiva de Minayo (2004), a partir da qual se chegou a reflexões centrais para responder aos objetivos da pesquisa, que deverão ser levantados no decorrer no desenvolvimento deste ensaio.

A participação dos sujeitos da pesquisa foi assegurada com privacidade e preservação de sua identidade. Antes de proceder à coleta das informações cedidas pelos sujeitos, o pesquisador explicou claramente os objetivos do estudo, expôs os instrumentos e entregou uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido e, de acordo com a posição dos sujeitos, assinado. Esta pesquisa encontra-se em consonância com os preceitos que regem a Portaria n.466/2012, a qual dispõe sobre a pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2013).

## **Descrição metodológica do Projeto de Extensão**

A Educação Popular, na perspectiva de uma Educação Permanente em Saúde, apresenta-se como alternativa metodológica e fio condutor do PVP-PB nesse processo. A proposta do Projeto, ao longo dos anos, vem apresentando uma forma de cumprir o desafio que envolve a Educação Permanente em Saúde em sua proposta e a participação social no campo da Saúde do Trabalhador.

As ações desenvolvidas com os sujeitos envolvidos na Educação Popular em Saúde (EPS), no estado da Paraíba, são diversificadas. Entre essas atividades, destacam-se as concentrações no campo mais teórico para dar o suporte necessário aos estudantes e aos trabalhadores, e as práticas que possibilitam aos atores a concomitância da teoria e da

prática dialogada constantemente em nossos encontros e conhecimento da realidade dos trabalhadores, tanto em seu ambiente de trabalho quanto nas ações que realizam em sua comunidade, problematizando e refletindo sobre cada ação.

Participam do Projeto 24 (vinte e quatro) trabalhadores - 12 (doze) do setor formal e 12 do setor informal. A rede de apoio estadual do PVP envolve, em primeiro lugar, a UFPB, que ancora e coordena as ações de extensão do projeto com a participação de um professor e de estudantes tutores. A rede inclui ainda: representantes sindicais, que indicam e participam dos fóruns promovidos; pontos de cultura, que contribuem com as atividades dessa área; outras entidades que participam das ações e se envolvem nelas: os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CERESTs) e as Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador (CISTs).

No projeto, encontram-se inseridas várias categorias profissionais nos mais diversos setores produtivos. No segmento dos trabalhadores formais, há profissionais como: agente comunitário de saúde (ACS), torneiro mecânico, secretária de setor administrativo universitário, assistente social, professora, guarda municipal, torneiro industrial e pedreiro; no setor dos trabalhadores informais, há: contínuo, vigilante, dona de casa, artesão, apicultor, catadora de resíduos, fitoterapeuta, lavador de carros, entre outros.

Atualmente, o projeto é conduzido em cinco eixos: 1) oficinas de inclusão digital com os trabalhadores e participantes parceiros do projeto; 2) tutorias, através de visitas domiciliares ou ao local laboral dos trabalhadores, promovida pelos estudantes-tutores; 3) reuniões organizativas, teóricas e de avaliação do grupo, com o objetivo de planejar ações e aprofundar a fundamentação teórica para o embasamento sistematizado, com vistas a melhorar os resultados das ações; 4) vivências realizadas nos territórios de trabalho dos integrantes do

projeto; e 5) fóruns, que são espaços ampliados para discussão e problematização das situações, tendo como fio condutor a EPS.

Inicialmente, nas oficinas de inclusão digital, cada trabalhador recebe (em comodato) um aparelho digital fotográfico, com o qual produz e socializa diversos registros de sua experiência pessoal e do seu cotidiano, socializados nas reuniões do Projeto e em um espaço pessoal no blog (atualmente site nacional) do projeto<sup>1</sup>. Assim, a base da participação dos trabalhadores se dá através do uso de mídias digitais audiovisuais. A temática principal é a saúde do trabalhador. Uma situação concreta ilustrada no dia a dia de cada trabalhador é escolhida para o debate. Em seguida, depois de ser compartilhado com o grupo local no encontro, o material produzido por todos é postado no site nacional para ser compartilhado em rede por todo o país.

Além de toda a dinâmica já relatada sobre as oficinas, elas acontecem de forma itinerante, tanto na UFPB quanto em espaços de protagonismo social e de trabalho dos participantes. A universidade empresta seus laboratórios de mídias digitais, usados pelos trabalhadores e apoiados pelos estudantes-tutores, para o acesso ao site nacional e a postagem do material produzido.

O trabalho dos estudantes-tutores é de apoiar os encontros das oficinas, fazer visitas de acompanhamento e assessorar os trabalhadores, realizadas tanto em suas comunidades quanto em seus locais de trabalho. As visitas são feitas em dupla. Essa foi uma iniciativa pioneira do estado da Paraíba, que propôs ao PVP nacional o envolvimento de estudantes-tutores no projeto e sua qualificação para a formação estudantil universitária na perspectiva do Controle Social em Saúde do Trabalhador, sob a orientação pedagógica da Educação Popular.

---

1 Acesse através do endereço: <http://www.cultura.gov.br/vidasparalelas/>

As reuniões organizativas são realizadas semanalmente e acontecem em “rodas de conversas”, onde são seguidos os seguintes passos: 1) informes (avisos); 2) pautas (temas a serem discutidos); 3) repasse das visitas; 4) encaminhamentos (a resolver). As reuniões teóricas são mais direcionadas aos estudantes extensionistas do projeto. Esse espaço é destinado à discussão de assuntos teóricos pertinentes à EPS que, sobretudo, possam orientar os estudantes nas atividades realizadas no âmbito da extensão, ou seja, um embasamento teórico sobre suas práticas e os resultados esperados através do seguimento discutido.

As vivências são espaços que possibilitam a troca de experiências entre trabalhador e estudante. É realizada no próprio espaço de trabalho dos atores sociais, que integram PVP-PB, com o objetivo de proporcionar e conhecer o processo de trabalho, como também vivenciar as relações sociais que surgem em seu âmbito, contribuindo para o conhecimento de todos os participantes (estudantes e trabalhadores), sobre diversas realidades - zona urbana, litoral ou rural.

O Fórum Permanente de Educação Popular em Saúde oferece um espaço de debate para qualificar o controle social, com o fim de dar mais visibilidade às problemáticas enfrentadas e promover trocas de experiências em torno da saúde. Surge de uma cooperação do PVP-PB com o PROGEPS, o qual é uma proposta de ação participativa, de construção política com foco na promoção da cidadania plena. Seu principal objetivo é de articular uma rede de experiências inovadoras que possibilite o aprimoramento e o compartilhamento de experiências no campo da EPS.

Nesse espaço, é debatida a atual realidade dos movimentos sociais que defendem a saúde como um bem essencialmente social. O evento conta com a presença de sujeitos sociais - organizações

populares, representantes da gestão pública estadual e municipal, estudantes e professores universitários envolvidos na defesa de uma saúde mais integral e universal. Também participam trabalhadores do setor de saúde, representantes dos projetos que compõem o PROGEPS da UFPB e outros parceiros assim como outros movimentos sociais (religião afrodescendente, agentes culturais etc.).

Durante as reuniões pedagógicas, as vivências, os fóruns e outras atividades do projeto, a câmera digital sempre foi uma ferramenta utilizada para registrar as ações produzidas pelos trabalhadores participantes e pela equipe do projeto. As produções digitais ajudaram a enaltecer e a divulgar as histórias de vida dos trabalhadores, seja em fotografias, em filmes, em entrevistas ou em depoimentos que fizeram parte de produções em eventos.

## **Desafios do Controle Social em Saúde do Trabalhador**

Ao analisar as falas sobre os aprendizados e as percepções acerca dos desafios mais prementes no contexto do Controle Social em Saúde do Trabalhador, algumas categorias se revelaram centrais. A primeira delas foi a menção à formação da população e dos profissionais de saúde. Em primeiro lugar, identificou-se que os profissionais de saúde das Unidades de Saúde da Família nem sempre se apresentam capacitados ou têm sensibilidade para detectar as questões de saúde do trabalhador trazidas pelos usuários na ocasião do atendimento. Muitos trabalhadores de saúde não têm formação, preparação ou sensibilidade para cuidar integralmente da saúde do trabalhador nos serviços, especialmente no Saúde da Família.

Convém ressaltar que ainda é tímida a participação ativa e propositiva da população na gestão dos serviços de saúde e na qualificação da assistência. Dentre os motivos, acredita-se que o

trabalhador ainda conhece pouco da organização dos serviços de saúde e das formas de participar da gestão do SUS.

Como alguns dos caminhos que os entrevistados julgaram importantes para enfrentar essas situações-limite, eles destacaram a qualificação das iniciativas de formação da comunidade para sua participação ativa na saúde, de modo a conhecer seus direitos e saber o modo de exercê-los e cobrá-los, evitando as situações em que, muitas vezes, ela é subornada para calar sobre suas necessidades. Ademais, referiram ser fundamental reforçar a humanização na formação dos profissionais de saúde e demonstrar, desde a formação do profissional de saúde, o compromisso social que devem ter aqueles que se formaram em instituições públicas com financiamento público, sensibilizar e formar os trabalhadores de saúde para saberem identificar os problemas de saúde relacionados ao trabalho e cuidar deles integralmente.

Outra categoria fundamental foi a participação e o controle social em saúde do trabalhador. Nesse sentido, destacou-se que os espaços de controle social em saúde do trabalhador estão atrofiados, com muita teoria e pouca prática e são liderados por poucas e pelas mesmas pessoas. Ainda avaliaram que o povo, através de suas organizações, movimentos e práticas, não “controla” a saúde do trabalhador nem participa do seu processo por falta de compromisso dos gestores e de alguns conselheiros em criar espaços para sua participação efetiva.

Um dos pontos limitantes que delineiam essa situação foi a compreensão de que a população não está bem organizada para impor uma cobrança geral sobre os principais problemas e situações em saúde. Ademais, avaliou-se que as Conferências estão sendo feitas para legitimar o que já existe no SUS. Deveriam existir para criar soluções efetivas e fazer funcionar o que é direito do cidadão.

Quanto aos caminhos que julgaram importantes para resolver essas questões, destacaram que é preciso investir em mais ações para disponibilizar informações para a população sobre seus direitos, priorizando a sensibilização e a formação do cidadão para reivindicar seus direitos e cobrar o bom funcionamento dos serviços, com uma participação popular ativa, criativa e propositiva nos serviços de saúde. Para os sujeitos da pesquisa, é preciso revitalizar a mobilização em defesa da saúde com dignidade para as camadas populares, pois, assim, independentemente de quem for o gestor, eles devem dar continuidade ao trabalho, pois vão ver que as pessoas sabem dos seus direitos.

Nesse sentido, Crevelim e Peduzzi (2005, p. 330) afirmam algo expressivo quanto aos serviços de saúde, nos quais se reproduz o modelo de “pensar por”, “planejar por”, “decidir por”, ao invés de “pensar com”, “planejar com”, “decidir com” o usuário e a população. Nisso parece residir o grande conflito entre trabalhadores e Conselhos, pois a população é convidada a participar, sobretudo, para legitimar decisões técnicas já tomadas pela equipe.

Os participantes da pesquisa também julgaram premente apoiar e reforçar as iniciativas de luta, mobilização e reivindicação da sociedade, especialmente dos trabalhadores e seus movimentos organizados. Outra estratégia sugerida consiste em reforçar o caráter de luta das Conferências, para que sejam espaços de criação de mecanismos e caminhos de qualificação da vida e da saúde da população. Finalmente, apoiar os movimentos comunitários de formação de conselhos locais e instituir conselhos locais nos territórios onde há movimento e vocação para isso.

Jacobi (1992) afirma que a participação efetiva baseia-se na cidadania e, principalmente, em uma vontade política dos governantes de abrir espaços onde se possa questionar a ordem estabelecida.

Dessa forma, a concretização de instrumentos que viabilizem a prática da democracia participativa através de organizações representativas da sociedade civil é de extrema importância para a participação dos cidadãos nas decisões do Estado que afetam suas vidas nas questões de saúde.

## **Perspectivas e reflexões da Educação Popular para o Controle Social em Saúde do Trabalhador**

Para além dos elementos emergidos nas reflexões acerca do Controle Social em Saúde do Trabalhador, destacaram-se elementos sobre os aprendizados que essa experiência de extensão gerou. De modo particular, elencaram-se metodologias através das quais a Educação Popular expressa caminhos para a constituição de tecnologias para formar cidadãos na perspectiva do Controle Social e na elaboração de enfrentamentos e lutas para que o trabalhador conquiste, efetivamente, uma saúde integral.

Nessa direção, cada vez mais, o Projeto PVP procura estabelecer em suas ações extensionistas não apenas as atividades que foram características do período de formação do projeto, ou seja, de envolver somente sujeitos da classe trabalhadora em processo de inclusão digital, formação de redes sociais e criação artística, com o objetivo de desenvolver uma consciência crítica na referida classe sobre as questões de saúde, cultura e trabalho ligadas as suas próprias realidades, mas também estabelecer uma relação com a realidade do trabalhador, enfocando as vivências em seus locais de trabalho, em suas cidades e em todo o território paraibano que abarca o PVP. Nesse sentido, fortaleceu-se a união de todos os participantes, com ênfase no protagonismo dos trabalhadores como ponto alvo, visando tirá-los do comodismo e realizar ações de envolvimento prático.

Assim, considerando a análise do contexto que cercou essa experiência e as metodologias e as formas de organização nela aplicadas, pode-se, certamente, ponderar o sucesso de sua empreitada, na medida em que os espaços pedagógicos criados conseguiram fortalecer a discussão em torno da participação popular em saúde do trabalho, além de qualificar as possibilidades de formar atores sociais que a empreendem, sobretudo aqueles que são parceiros dos movimentos e nas práticas populares de saúde.

Tal afirmação tem sustentação contundente, ao se observar o nível crescente da participação quantitativa de sujeitos e de organizações sociais populares nos espaços educativos proporcionados pelo Projeto e o crescimento substancial em seu nível de participação, o que pode ser demonstrado por sua atuação incisiva na construção dos espaços, na definição organizacional e metodológica da condução dos encontros, na formulação de cartas e nos documentos oficiais, revelando posicionamentos políticos, reivindicativos e estratégicos e, sobretudo, na capacidade de intervenção de seus atores no contexto da saúde municipal, regional e estadual.

Assim, o conjunto de atividades promovidas pelo Projeto, tanto em seu eixo transversal quanto no vertical, oportunizou o crescimento e o estabelecimento de um espaço estadual de interação, articulação e mobilização de atores, práticas e experiências populares de saúde e de Educação Popular em Saúde. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, apesar de termos, com sucesso, incrementado o debate e a reflexão em torno da política de saúde do trabalhador, o grupo extrapolou as expectativas com o fim de produzir reflexões, encaminhamentos e aprofundamentos críticos acerca da saúde como um todo, tendo na Educação Popular o fio condutor decisivo que dá sentido ao grupo, liga-o e o identifica.

Outro espaço que tem sido potente na qualificação da rede comunicativa da experiência são as oficinas de inclusão digital, que vêm se revelando como destinado aos trabalhadores para que possam ampliar sua rede social ampliada. A utilização do computador pelos sujeitos é também considerada uma importante ferramenta na atualidade, visto que é útil tanto na maneira operacional de fazer algum texto quanto de sistematizar suas experiências e difundir, em diversos espaços, os relatos que acontecem com suas vidas, registrados em seu cotidiano.

A realização dessas oficinas ajuda na conexão dos trabalhadores e em sua troca de conhecimentos e a estimulá-lo a participar do site nacional do PVP, emitindo suas opiniões acerca de problemas que ocorrem no país, com mais acesso a informações e à comunicação com outros trabalhadores, o que fortalece ainda mais a interação nessa rede. É de extrema importância resgatar suas opiniões, indagações e seus protestos, que são feitos através do *site*, uma ferramenta em nível nacional, um amplo fórum de debate. Assim, cabe um destaque sobre a importância dessas oficinas para a realização social e profissional do trabalhador, que passa a observar o sentido da autonomia. Poder fazer aquela ação e compartilhá-la com todos o que está sentindo influencia seu protagonismo na efetivação política do controle social. Portanto, o objetivo principal foi de capacitar os trabalhadores a usarem as tecnologias ofertadas pelo PVP-PB. As câmeras, o site nacional, o blog do PVP estadual, o processo para se fazer *login*, o modo de usar o site e, principalmente, a filosofia do projeto de como usar as imagens de modo político, educativo, propositivo e transformador, através de diálogo e da articulação manual das próprias ferramentas disponíveis.

As visitas domiciliares, também conhecidas como tutorias, servem para capacitar os trabalhadores. As visitas são feitas durante a semana pelos estudantes tutores. Uma visita a cada 15 dias é realizada tanto em sua residência quanto no local de trabalho. Outro objetivo que merece

destaque nas visitas é o de colocar os estudantes-tutores em contato com a realidade objetiva do trabalhador brasileiro. Essa estratégia metodológica permite a problematização, a reflexão e o diálogo sobre as situações vivenciadas. Facilita a troca de saberes entre os sujeitos (acadêmico e popular), em que o respeito ao saber do outro é praticado na horizontalidade do diálogo. Outras experiências vão se apresentando no processo, como observações em outros espaços do cotidiano do trabalhador. Caso ilustrado pela visita a uma Unidade de Saúde da Família na área de abrangência onde o trabalhador reside, que desencadeou desdobramentos em outros níveis de atenção, como a ida ao Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS) e ao Distrito Sanitário da região circunscrita.

As visitas eram sistematizadas e acompanhadas por meio de: 1) registro escrito das atividades de tutoria aos trabalhadores, no qual são detalhados todos os acontecimentos da visita, o público-alvo, as ações desenvolvidas, as reflexões e impressões e os encaminhamentos; 2) repasse nas reuniões organizativas e de avaliação do projeto. Nas reuniões organizativas, as atividades desenvolvidas ao longo da semana são avaliadas e planejadas; nas reuniões avaliativas, as situações vivenciadas são problematizadas, refletidas e debatidas. Esse espaço aberto serve para que os estudantes exponham suas opiniões, reivindicações e contrapontos sobre o que eles vivenciaram. É uma oportunidade para a troca de experiências preconizada no campo da Educação Popular.

A reunião teórica é o espaço onde se aprofundam os conceitos e os temas que envolvem o campo da saúde do trabalhador, a Educação Popular e a saúde. Também são convidados debatedores com experiência nos temas para contribuir com as discussões.

Outro ponto que cabe destacar foi a maior articulação do projeto com outras experiências e iniciativas através de vivências, por meio das

quais se podem conhecer outras realidades. São realizadas em diversas comunidades ou municípios da Paraíba. Uma experiência que se pode ilustrar e que marcou o grupo foi a vivência no município de Itaporanga - PB, onde reside o trabalhador/apicultor Francisco Carneiro (Tico). Lá, durante dois dias, os trabalhadores e os estudantes conheceram a realidade daquela região do sertão da Paraíba e como é o processo de trabalho daquele trabalhador em condições extremamente adversas.

Considerando os locais visitados, o grupo refletiu sobre o trabalho no semiárido, o estilo de vida dos agricultores e como conduzem seu trabalho. As visitas a sítios de agricultura familiar e aos locais onde se produzem o mel (apicultura) e seus derivados mostram a importância de se conscientizar a população sobre os produtos naturais em que não se utiliza agrotóxico, cujo consumo resulta em uma vida mais saudável.

Nessa interação entre trabalhadores de vários setores, há trocas experiências, que enriquecem mais ainda o debate sobre a saúde do trabalhador e a EPS naquela realidade, como os aspectos relacionados à vida sofrida do sertanejo e que, mesmo com todas as dificuldades, como a seca, o preconceito e a desvalorização, são destaques nos debates. As questões agrárias e suas contradições também são debatidas. Apesar de ter uma abundância de terras quase que impossível de serem utilizadas, devido ao tipo de solo e ao clima seco, Tico encontrou na apicultura e na agricultura uma maneira de sustentar sua família, por ser uma pessoa de referência em sua cidade por seu trabalho e suas ações.

A vivência em Itaporanga trouxe muitos aprendizados, reflexões e fatos que resultaram em troca de saberes. Foi destacado que a educação popular em saúde humaniza o espaço ali construído. Aponta para o protagonismo do trabalhador nessa luta pela qualidade e pela dignidade defendidas pelo controle social.

Outra vivência foi a da Casa do Artesão de João Pessoa, onde foi apresentada para os estudantes e trabalhadores a realidade do trabalho dos artesãos no estado da Paraíba. Foram mostradas suas formas de trabalho e como eles refletem o que acontece com o descaso das autoridades com esse setor. A vivência foi conduzida pelo artesão Dimas, que relatou tudo o que estava acontecendo em seu local de trabalho.

A visita se transformou em uma roda de diálogos entre alguns artesãos da casa, que demonstraram suas indignações e tristezas em relação ao descaso e ao desmerecimento dessa rede de trabalhadores. Não existe uma união efetiva de todos os artesãos, pois ocorrem muitos problemas em relação a sindicatos e representantes que, na maioria das vezes, não defendem o interesse de todos, mas apenas o deles, e o individualismo se coloca de maneira muito expressiva, dificultando ainda mais a luta por melhores condições de trabalho.

Assim, pode-se compreender e conhecer um pouco mais esse trabalho que não é valorizado pelos gestores e é pouco divulgado e como os artesãos sofrem com tamanha falta de cuidado e de responsabilidade governamental. O trabalho desses artesãos é bem mais reconhecido e valorizado fora da Paraíba.

No que se refere ao Fórum Permanente de Educação Popular em Saúde, observou-se um grande crescimento do debate acerca da Educação Popular, visto a ampliação dos debates e do número de participantes que progride a cada fórum. Foi proporcionado aos participantes do Projeto um espaço público e aberto para a manifestação de seus pensamentos, críticas e propostas a respeito da saúde do trabalhador, em interface com a Educação Popular.

A forma de organização aberta para todo o público conferiu ao Fórum a modalidade de um espaço de diálogos disponível a toda a

sociedade paraibana, o que oportunizou aos integrantes do Projeto a interação com outras experiências e movimentos sociais na área de saúde, ao mesmo tempo em que estimulou os sujeitos envolvidos a extrapolar os assuntos cotidianamente debatidos no Projeto Vidas Paralelas. Através do debate, problematizam práticas e saberes, apontam estratégias para atingir os objetivos e discutem assuntos de interesse de toda a sociedade, como política de saúde, entre outros.

O Fórum cumpriu o papel de socializar, com outros movimentos e setores sociais, os debates mantidos no Projeto. Para além disso, essa abertura proporcionou a própria ampliação do debate interno do Projeto e a interação entre os sujeitos e outros importantes militantes sociais atuantes na Paraíba. Nesse processo, diferentes caminhadas, lutas e reivindicações mantiveram encontros e foram descobrindo que, por mais diferentes que possam ser suas estradas na Educação Popular em Saúde, tinham pontos de encontro bastante significativos e que a união de suas forças, saberes e propostas poderia resultar em conquistas amplas.

No Fórum Permanente de Educação Popular e Saúde do Trabalhador, destaca-se a superação do diálogo entre os membros de movimentos populares e comunitários, sindicatos, organizações sociais, além de trabalhadores e conselheiros, bem como estudantes e professores universitários. O Projeto Vidas Paralelas é o sujeito intermediador, que participa de todas as discussões e potencializa a formação desse vínculo e das ações de promoção da saúde e da cultura, pactuando seus interesses.

Seguindo nessa perspectiva, este Projeto não se limita a realizar seus empreendimentos no campo educativo, pois também promove ações de registro, sistematização e socialização dos conhecimentos nele apreendidos e contribui com o debate teórico sobre a saúde do

trabalhador no SUS, com ênfase na participação social e na educação popular. Acredita-se que as rodas de conversa, os fóruns ampliados, as visitas e as vivências propiciarão interações e partilhas de sentimentos que revelam outras perspectivas para a saúde do trabalhador.

Pode-se notar que o Projeto Vidas Paralelas atendeu a todas as demandas e aos encaminhamentos que foram registrados, levou o trabalhador para os espaços de trabalho, a fim de conhecer novas realidades de vida, promoveu seu protagonismo, visando ao controle social, prontificou-se a apresentar suas reivindicações, seus dilemas e seus problemas para a sociedade, por meio da internet e das mídias digitais, e abarcou a troca de saberes e a busca por uma saúde cada vez melhor. Some-se a isso o fato de que conduziu os trabalhadores a terem um embasamento crítico de sua realidade, mostrou para os estudantes a importância do cuidar, de ser um profissional com a consciência crítica e que respeita o trabalhador, doando-se de forma coerente na busca pela troca de saberes, valorizando o saber popular e construindo, de forma conjunta, o fortalecimento e a concretização da rede de Educação Popular em Saúde.

Dentre os produtos desse trabalho, destaca-se um catálogo de fotos, vídeos e textos dos trabalhadores disposto em um site eletrônico de repercussão nacional, que serve de matéria-prima para um acervo virtual disponível na internet. Além disso, pequenos vídeos e documentários têm sido produzidos a partir de filmagens promovidas pelos próprios trabalhadores envolvidos no Projeto, para cumprir tanto os fins didáticos quanto os de difusão de suas experiências e de instrumento de reivindicação social e popular.

Frequentemente, filmes que tratam de temas como trabalho, saúde, cultura e sociedade têm sido sugeridos pela coordenação nacional e escolhidos pelos trabalhadores para nortear debates de

questões atuais e enriquecer ainda mais as rodas de conversa. Como repercussão importante da atuação do projeto que provocou mudanças em seu cotidiano, temos as experiências dos trabalhadores, como, por exemplo: uma trabalhadora do setor de telecomunicações fez um registro fotográfico de uma situação de degradação ambiental antiga, em um rio próximo da área onde mora, e o enviou aos órgãos responsáveis sugerindo soluções e solicitando providências. Acompanhou o processo e, depois de alguns dias, viu sua reivindicação ser atendida.

Ademais, o Projeto tem oportunizado a integração de atores sociais de diferentes grupos populares, sindicatos e experiências comunitárias. É assim que tem cumprido o papel significativo de constituir espaços sistemáticos de encontro transformador para problematizar, debater e refletir sobre a saúde do trabalhador no estado da Paraíba, contribuindo para a construção de políticas públicas. Nesse processo, julgamos que as metodologias desenvolvidas lograram êxito em constituir bases para o fomento da participação ativa e crítica dos trabalhadores, o que se configurou como um controle social que se identifica menos com a formalidade dos conselhos e mais com a compreensão de Calado (2008), que implicam a opção por ousar construir uma saída alternativa para a encruzilhada com que hoje se depara a humanidade - entre os sinais cada vez mais graves de barbárie, característicos do capitalismo em sua face/fase atual, reforçando ações e experiências, ainda que moleculares, de compromisso com a vida dos humanos e do Planeta. Nessa perspectiva, os movimentos sociais assumem uma dimensão de luta. Na acepção de Lins (2006, p.48), a luta do movimento é uma luta política, que contempla as etapas do movimento, seu fluxo e refluxo diante de um processo dinâmico e conflituoso. Assim, a luta está configurada na construção de ações de ordem política, educativa, cultural e científica, orientadas por uma “Utopia em permanente construção de uma sociedade

economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa” (CALADO, 2008, p. 231).

As atividades propiciaram um aprofundamento crítico-reflexivo dos trabalhadores formais e informais e de saúde, estudantes e educadores populares sobre a realidade do SUS, da saúde do trabalhador e do meio-ambiente, a partir do olhar dos próprios trabalhadores e dos movimentos sociais de saúde (apoiados por trabalhadores de saúde, educadores populares, docentes e estudantes universitários), propiciada através da produção de imagens, vídeos e áudios em formato digital, graças à utilização de câmeras fotográficas cedidas em comodato pela Coordenação Nacional do Projeto Vidas Paralelas.

Apesar das inúmeras limitações e das insuficiências que se apresentam no decorrer dessa experiência, acreditamos firmemente que a Educação Popular permite empreender o processo de Controle Social em Saúde na perspectiva de um processo vivo e dinâmico capaz de permitir às pessoas se encontrarem com diferentes pensamentos, significados e vivências, através de sua relação com outras pessoas e com o mundo e do que poderão ser mais, aprender mais, redirecionar posições e tomar atitudes.

Acreditamos que a experiência do PVP esteve encharcada de vivências assim e repleta de encontros fecundos em produção de conhecimentos, através da participação de seus atores no próprio processo de criação, desenvolvimento e irradiação dessa experiência, nutrindo-se de seus momentos de luta, mística e roda de conversa, através dos quais puderam interagir radicalmente com um movimento social popular em sua dimensão mais profunda e ontológica. Nesse sentido, concebemos o PVP como um sujeito pedagógico, o que implica considerá-lo “como uma coletividade em movimento, que é educativa

e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2004, p.315).

## **Considerações finais**

O projeto PVP Paraíba vem qualificando a formação estudantil por sua aproximação crítica e intensa com a realidade do trabalhador, aproximando estudantes em espaços com uma realidade diferente da sua, com base na problematização e na construção de vínculos com os trabalhadores. Por outro lado, pretendem viabilizar uma aproximação mais regular do PVP com os trabalhadores no apoio as suas reflexões cotidianas e ao seu processo de inclusão digital, incrementando, assim, sua capacidade de produzir o acervo audiovisual com boa qualidade e capacidade de se comunicar com outros trabalhadores.

O PVP-PB contribui para que os participantes (trabalhadores e estudantes) ampliem sua visão e se tornem sujeitos de sua própria representação. Estimula o emponderando como condição necessária para uma visão crítica e participativa sobre a política de saúde do trabalhador, em que ele possa identificar os problemas relativos à sua saúde e refletir sobre eles. E considera desde a perspectiva do seu ambiente de trabalho até as ocorrências individuais que o levaram ao quadro de adoecimento. Qualifica também os sujeitos do controle social e apresenta uma grande oportunidade para o fortalecimento e o empoderamento da sociedade civil em articulação com os diversos setores públicos, a fim de pactuar seus interesses no setor de saúde.

Assim, consideramos as potencialidades do projeto através de todas as suas tecnologias, principalmente as leves, traduzidas pelas oficinas pedagógicas, o Fórum Permanente de Educação Popular e Saúde do Trabalhador, vivências nos locais e atuação dos trabalhadores, como

propostas concretas. Todos esses espaços geraram discussões repletas de reflexões críticas, participação ativa, discussões enriquecedoras, dando mais visibilidade e capacitando os trabalhadores sobre os seus direitos e deveres, frente à saúde do trabalhador, além de incluí-los nas mídias digitais, para que possam se expressar e compartilhar com outros trabalhadores do Brasil a realidade do seu trabalho e da sua região e a troca de experiências, além de se identificarem com a situação do outro, de se revoltarem e irem à luta, tudo isso com um embasamento teórico sobre suas propostas, qualificando-os frente aos setores públicos que se alimentam e valorizam apenas o que está de acordo com a linguagem deles.

Os encontros e o compartilhamento de diferentes histórias de vida e experiências proporcionadas pelo PVP se apresentam como um cenário privilegiado de compartilhamento de vínculos e saberes onde o mundo do trabalho e o cotidiano dos trabalhadores, apesar de distintos, reconhecem-se nas dificuldades, nas superações e nos prazeres. As falas, os gestos e as opiniões revelam necessidades políticas, culturais, sociais e pessoais que emergem e se identificam nas demandas do coletivo.

Desse modo o projeto busca valorizar a cultura, as experiências e os saberes construídos em diferentes territórios na práxis dos trabalhadores e das trabalhadoras, proporcionando autonomia e criticidade, incentivando a participação popular de forma mais consistente. Assim, configura-se como um espaço onde há liberdade para discussão, conhecimento e ações no campo da saúde do trabalhador, além de trocas de experiências e oportunidades de crescimento tanto individual quanto coletivo.

## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS**. Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 14 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador**. Cadernos de Atenção Básica, n. 5. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

CALADO, A. J. F. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (Orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais**: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 225-242.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Petrópolis: Vozes, 2004.

CREVELIM, M. A.; PEDUZZI, M. Participação da comunidade na equipe de saúde da família: é possível estabelecer um projeto comum entre trabalhadores e usuários? **Ciências & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-331, abril/junho 2005.

HOLLIDAY, O.J. **Para sistematizar experiências**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 1996. v.1. 213p.

JACOBI, P. Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. In: **Cadernos da Nona**. Brasília: v. 1, p. 113-120, 1992.

LINS, L. T. **A formação política das educadoras e educadores do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Educação. Universidade da Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária**: autogestão e educação popular. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2004.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, p. 21-32. 1997.

VASCONCELOS, E. M. Formar bons lutadores pela saúde. **Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde**, n. 7, Dez/2004.

VASCONCELOS, E. M; CRUZ, P. J. S. C., **Educação Popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária, p.17, 2011.

# O PALHAÇO CUIDADOR NO PROJETO DE EXTENSÃO PALHASUS

desenvolvendo uma teoria e uma  
prática de educação popular  
no cuidado integral em saúde

Aldenildo Araújo de  
Moraes Fernandes  
Costeira

Janine Azevedo do  
Nascimento

José Antonio  
Gonçalves Matias  
Lucas Emmanuel de  
Carvalho



## **Introdução**

A partir de reflexões trazidas pelos estudos de Vasconcelos e Cruz (2011), Vasconcelos, Frota e Simon (2006), Fleuri (2005) e Melo Neto (2006), no campo teórico da Educação Popular aplicada à formação universitária em saúde, temos reafirmado a importância da utilização de caminhos metodológicos de cuidado em saúde orientados pela palhaçaria, na perspectiva da arte e da criatividade em cultura popular. Essa metodologia se aplica com grande potência como instrumento de educação popular na extensão universitária.

Esse entendimento é tido a partir de uma trajetória percorrida pelos participantes do projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba, denominado PalhaSUS. O palhaço, ao longo da história, sempre despertou fascínio e influência nas pessoas, desde os curandeiros e os pajés de tribos primitivas, com suas vestes e adereços diferentes, passando pelo bobo da corte na Idade Média, até os palhaços que se revestem do ridículo, como conhecemos mais contemporaneamente.

No século passado, esse palhaço influenciou pessoas da arte, como o ator Michael Christensen, e da saúde, como o médico Hunter “Patch” Adams, pioneiros que levaram esse personagem para o espaço

dos hospitais, que passou a assumir um papel importante no cuidado humanizado. Essa relação de encontro com as pessoas em situação de fragilidade e adoecimento passou a ser vista como uma possibilidade de reforço no enfrentamento das situações de doenças e infortúnios e, ao mesmo tempo, no conforto e na compreensão do sentido da existência na fase em que a vida está próxima do final.

Os palhaços com intervenção nesses espaços foram se multiplicando à medida que o interesse de atuar ia despertando nas pessoas, e elas passavam a desenvolver o seu lado palhaço para atuar nesses espaços. Tal interesse passou a ser despertado também em pessoas que não são do meio artístico, mas da saúde, que passaram a desenvolver sua veia artística através do personagem marcante que é o palhaço.

Em Sobral, no Ceará, na primeira década deste século, uma parceria entre profissionais da área de saúde e um ator palhaço, em um momento de inspiração e de criação, permeadas pelos acúmulos de conhecimentos e habilidades no campo da saúde e da arte, promoveu uma formação para palhaços denominada de “Oficina do Riso”, que demonstrou, com sua realização, uma surpreendente potência e resultado. A partir daí, nascia uma metodologia que, com os anos, foi aperfeiçoada e permitiu o nascimento de quase cento e noventa palhaços cuidadores, como passamos a denominá-los a partir dessa experiência.

A partir de 2010, esse instrumento foi levado ao contexto da Universidade Federal da Paraíba, para os estudantes dos cursos da área de saúde, inicialmente como uma forma de prevenir e de promover sua saúde psíquica. Posteriormente, deu origem a um projeto de extensão que atua em espaços diversos, na perspectiva do cuidado humanizado e como uma prática de Educação Popular no âmbito da extensão.

Partindo do relato dos antecedentes e da reflexão sobre esses primeiros três anos de existência do Projeto de Extensão PalhaSUS, o objetivo deste artigo é de mostrar em que bases teóricas e metodológicas ele se estrutura, delimitar a opção pela extensão e pela Educação Popular e, a partir da descrição das ações e dos relatos de algumas intervenções, permitir que se visualize a coerência entre a base teórica e a prática do projeto.

Na conclusão, fazemos reflexões sobre a práxis do Palhaço Cuidador com alguns questionamentos a respeito do que ela poderá trazer para a formação dos futuros profissionais que atuam e atuaram no grupo PalhaSUS.

## **Antecedentes**

Em 1994, foram implantadas as primeiras equipes do Programa Saúde da Família (PSF) no Brasil. Em Quixadá, no Ceará, iniciava-se uma importante experiência de estruturação de um sistema municipal de saúde que tinha o referido programa como orientador e estruturante da política e da rede de saúde municipal. O médico Luís Odorico Monteiro de Andrade, cuja trajetória de vida se encontrara com a de um dos autores deste artigo, como contemporâneo no Movimento Estudantil, depois de ser secretário de saúde em Icapuí – CE - assumiu a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Quixadá - CE. Nesse município, foi constituída uma equipe de profissionais de saúde que tinha, para além do papel profissional, a militância da reforma sanitária que buscava implementar experiências inovadoras com o objetivo de viabilizar a possibilidade real de estruturação do SUS.

Os profissionais faziam o movimento da capital e de grandes centros para o interior, da praia para o sertão. Dois de nós, o casal Aldenildo e Janine, médicos paraibanos, sanitarista e recém-formada,

respectivamente, juntamente com suas filhas de dois anos e oito meses e um ano e um mês, foram morar em um distrito da zona rural do referido município, com pouco mais de três mil habitantes. Cada um assumiu a responsabilidade sanitária de uma comunidade: São João dos Queiroz e Daniel de Queiroz, distritos rurais de Quixadá.

Foram momentos desafiadores, pois implantar o Programa Saúde da Família (PSF) significava levar questões teóricas pensadas pelo Movimento de Reforma Sanitária Brasileira para viabilizar, na prática, a implementação dos princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde. Essa experiência passava também por uma contraposição ao modelo hegemônico de saúde centrado no médico, na doença, no hospital e no paradigma biomédico, buscando a construção de um modelo centrado na equipe, na promoção da saúde e na prevenção de agravos, na integralidade dos níveis de atenção e na atenção básica como porta de entrada preferencial do sistema. Ali estavam sendo experimentadas formas diferentes de conceber e de fazer saúde.

Com um grupo formado por profissionais militantes do SUS, oriundos de diversos estados, o que resultou em treze equipes de PSF, esse ambiente promoveu o encontro de diversos atores sociais com uma diversidade de habilidades e experiências trazidas de suas formações ou de seus anos de experiência profissional. Ideias inovadoras foram trazidas para o contexto de trabalho e fomentaram práticas alternativas (hoje concebidas como complementares ou integrativas), como de fitoterapia, ações de educação popular, homeopatia, arte e saúde, que eram introduzidas nas práticas e nos afazeres das equipes.

Nesse contexto, tivemos um encontro com Vera Dantas, médica e atriz de teatro de rua, e seu companheiro na época, Hélio Júnior, ator e diretor de teatro, que estavam empenhados no trabalho de implementar

uma proposta de educação em saúde no município com a ferramenta do teatro de rua, visando estimular a participação de profissionais e pessoas da comunidade na produção de espetáculos e no desenvolvimento de atividades como o teatro fórum nas ações de Educação Popular em saúde, com vistas a promover saúde.

Aproximamo-nos dessa proposta e passamos a desenvolver habilidades artísticas no teatro, compondo alguns esquetes e espetáculos de rua durante o período em que trabalhamos em Quixadá. Porém, com a inesperada derrota nas eleições municipais e devido às condições precárias no processo de contratação dos profissionais do PSF, a maioria dos membros das treze equipes, vinda de fora da cidade, foi exonerada, e isso interrompeu o projeto ora em curso. Apesar das resistências apresentadas ao PSF pelo novo grupo que assumiu o poder, sua inserção e força junto com a população e os aspectos do financiamento por parte do Ministério da Saúde garantiram a manutenção do mesmo.

Após um período de pouco mais de um ano trabalhando no município de Curaçá-BA, na assistência, assessoria e gestão, com a missão de organizar o processo de municipalização e estruturação do sistema local de saúde, onde também realizamos algumas experiências com o teatro de rua, fomos trabalhar em Sobral – CE, onde ficamos durante oito anos, período em que ampliamos cada vez mais nossa intimidade com o teatro e outras linguagens artísticas, com foco no setor saúde.

Na abertura da II Conferência Municipal de Saúde de Sobral, em 1998, apresentamos o espetáculo teatral “O nascimento do SUS”, uma montagem que reunia profissionais de saúde e artistas e contava a história da construção do SUS no Brasil, bem como sua influência no modelo de saúde de Sobral. Posteriormente, tivemos uma experiência de trabalho com trabalhadores do sexo, através da Associação Sobralense dos Trabalhadores do Sexo (ASTRAS), com a formação do grupo de

teatro ASTRAL, que veiculou, durante alguns meses, um espetáculo que abordava a prevenção das DSTs – AIDS, além das questões dos direitos profissionais desses trabalhadores. No elenco, contamos com profissionais de saúde e trabalhadores do sexo.

Como médicos do PSF, participamos, ainda, da I Semana de Arte e Saúde do Bairro Sinhá Sabóia, que reunia atividades diversas de mobilização comunitária através da arte e das práticas integrativas. Nessa ocasião, Aldenildo atuou, pela primeira vez, de palhaço, fazendo o papel de mestre de cerimônia. Posteriormente, assumiu a Coordenação do PSF do referido município e começou a se aproximar de um trabalho desenvolvido por Gaudêncio Siqueira, arte-educador oriundo de Fortaleza, que coordenava um projeto chamado ‘Circo, Saúde Alegria’ e trabalhava com meninos e meninas de rua de uma localidade chamada de Paraíso das Flores. Essa aproximação fez com que, cada vez mais, o palhaço que eclodia fosse aparecendo e desenvolvendo sua identidade.

Ao deixar a Coordenação do PSF, Aldenildo foi coordenar uma política no município, denominada de Arte e Saúde. Na época, consolidamos, na Escola de Formação em Saúde da Família, o Curso de Teatro de Rua e Saúde. Nesse processo, compusemos uma equipe de profissionais de saúde e arte-educadores das áreas de teatro, música, artes plásticas e arte circense e fizemos um desenho do curso com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para formar artistas de teatro de rua para atuarem em espaços públicos nas ações de promoção e prevenção à saúde. O curso era oferecido a profissionais e a pessoas da comunidade e tinha carga horária de 128 horas. Como produto do curso, havia a montagem de um espetáculo, com texto e produção trabalhados no processo de aprendizagem, abordando um tema de saúde relevante para a comunidade e que, depois, era apresentado a ela para gerar debates e reflexões.

Trabalhando com Antônio Honorato, ator, diretor e palhaço popular, que ficou responsável pelas aulas de teatro de rua, começamos a dialogar sobre a figura do palhaço. Em contato com o filme sobre o Palhaço Hunter “Patch” Adams, que estava em evidência na época, fizemos uma reflexão sobre os aspectos da humanização nos hospitais e em outros serviços de saúde. Esse diálogo aumentou nosso interesse em pensar sobre uma formação para palhaços cujo público fosse os profissionais da área de saúde. Além de Hunter “Patch” Adams, fomos influenciados pelo trabalho dos “Doutores da Alegria”, que foi criado aqui no Brasil por Wellington Nogueira, a partir da experiência do ator americano Michael Christensen que, na década de 1980, foi um dos primeiros a levar a arte do circo para os hospitais.

Assim, surgiu o primeiro trabalho sistemático que realizamos com o foco na humanização do cuidado, que denominamos de Oficina do Riso. Aconteceu em julho de 2004, no município de Sobral-CE, e contou com a participação de um grupo de 32 participantes com grande potencial artístico. Dentre os 32 profissionais de saúde, havia agentes comunitários de saúde, cirurgiões-dentistas, enfermeiros, fisioterapeutas e médicos, que foram selecionados no interior das equipes do Programa Saúde da Família do referido município.

A partir daí, foram realizadas mais duas oficinas em Sobral. A segunda, com o mesmo tipo de participante, e a terceira, dirigida a estudantes de Medicina do campus de Sobral da Universidade Federal do Ceará. Ainda nessa fase, foi realizada a última oficina em Fortaleza para profissionais do Programa Saúde da Família. Formou-se cerca de 110 palhaços terapeutas do riso, que passaram a atuar em atividades de educação em saúde, nos espaços de acolhimento das Unidades Básicas de Saúde da Família e em enfermarias dos hospitais municipais.

## **A Oficina do riso**

Desde sua primeira edição, a Oficina do Riso é realizada em cinco dias. Durante esse período, os participantes vivenciam momentos que vão desde a formação do grupo, passando pelo processo de construção do palhaço, até o nascimento deles em espaço público. É um trabalho de valorização e de resgate da alegria e do amor, como valores e fundamentos humanos, na perspectiva de Adams (2002), Maturana e Verden-Zoller (1997), em que cada expressão do palhaço se revela no encontro com a criança que existe em cada um de nós. Trata-se de uma proposição ao mergulho interior na busca de uma descoberta pessoal, que acaba por resultar no desenvolvimento de uma nova forma de se expressar no mundo.

Neste trabalho, a Oficina é considerada como um evento de iniciação, em que o participante adquire o aporte instrumental básico para o desenvolvimento de uma nova prática. Seu produto - o Palhaço Cuidador inicial - representa um novo papel social que, doravante, poderá ser desenvolvido através de suas atuações e no contexto do grupo que compõe o projeto de extensão PalhaSUS. São desenvolvidos três objetivos de aprendizagem: trabalhar o arquétipo da criança interior e sua espontaneidade; desenvolver os aspectos cênicos e cômicos do palhaço; e atuar no processo de humanização nos espaços de promoção e cuidados da saúde, estabelecendo diálogos horizontais e de reconhecimento do saber do outro.

Para tanto, utilizamos três instrumentos metodológicos principais, que são os jogos teatrais, na perspectiva do teatro do oprimido, a meditação oriental, baseada nas técnicas de meditação dinâmica do Osho, e as danças circulares, como recurso educativo e terapêutico e como forma de meditação.

A discussão teórica realizada na Oficina inclui alguns textos-base para a construção do novo papel social de Palhaço Cuidador, como a entrevista com Patch Adams, realizada no Programa Roda Viva da TV Cultura em 2007, e a exibição do filme “Doutores da Alegria - O Filme”, com a posterior discussão sobre eles em rodas de debate. Em diversos momentos da Oficina, são formadas essas rodas para discutir aspectos formadores do Palhaço Cuidador e para trabalhar o compartilhamento das emoções trazidas pelas vivências. Dentre os temas discutidos, estão incluídos os diversos tipos de palhaço, com suas características marcantes, e os principais palhaços brasileiros.

A formação do palhaço, à semelhança da jornada humana da fecundação até o nascimento, é um processo gradual e evolutivo. Ao longo da semana de realização da Oficina, seus participantes são instruídos a desenvolverem as várias etapas de construção do seu palhaço, o que inclui o trabalho com a fala, o andar, a confecção das perucas, da roupa e as instruções de maquiagem. A atuação do palhaço é trabalhada com a construção de esquetes, que são realizadas em grupos e voltadas para a perspectiva do teatro de rua.

O resgate da criança interior perpassa todos os momentos da vivência, facilitados pelas danças circulares, pelos jogos teatrais e pelas meditações. Esses são instrumentos que podem despertar o ser alegre e brincante que se encontra latente no cotidiano das pessoas. As danças circulares, por exemplo, mostram-se como uma forma de brincar, ao mesmo tempo em que cada dança tem o seu contexto histórico e simbólico, que está inserido na letra e nos passos das danças. A própria estrutura do círculo, adotada na dança e em todos os momentos de compartilhamento, representa para a humanidade um símbolo antigo de unidade e convivência fraterna. É um formato em que se quebram as hierarquias, e as pessoas encontram lugar de expressão e de acolhimento.

## **O Surgimento do projeto de extensão Palhasus**

A partir de 2010, como docente do Departamento de Promoção da Saúde (DPS) do Centro de Ciências Médicas (CCM) da UFPB, Aldenildo propôs a Oficina do Riso como ferramenta para prevenir sofrimento psíquico, promover a saúde mental dos estudantes de Medicina da Universidade Federal da Paraíba e atender à necessidade de desenvolver caminhos de cuidado com vistas à humanização.

Dessa forma, iniciou-se a primeira Oficina do Riso da UFPB, realizada do dia 26 ao dia 30 de julho de 2010 e da qual participaram 23 estudantes - 22 do Curso de Medicina e um do Curso de Educação Física, além de uma professora do Curso de Educação Física. Um dos participantes (o estudante de Medicina Higor Felipe César Ramalho da Silva, o palhaço Jabu) batizou de PalhaSUS o grupo recém-formado naquela Oficina.

Após o término da primeira Oficina do Riso, o Grupo PalhaSUS, que ainda não tinha a perspectiva de um projeto de extensão, iniciou sua primeira atuação ao realizar o Dia das Crianças da pediatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley, em outubro de 2010. A partir daí e do retorno obtido com ela, o Grupo PalhaSUS começou a traçar os ideais de atuações semanais em cenários de práticas pré-estabelecidos. Inicialmente, o primeiro cenário visitado foi a enfermaria pediátrica do HU, aos sábados pela manhã, compromisso que é mantido até os dias de hoje.

O PalhaSUS também esteve presente na I e na II Semanas de Ciência, Tecnologia, Esporte, Arte e Cultura (SECITEAC), realizadas em 2010 e 2011, respectivamente, na UFPB. Na ocasião, o grupo permaneceu durante toda a semana da I e da II SECITEAC em um estande, onde eram expostas informações sobre sua atuação, os locais

onde atuava, a dinâmica do grupo, a repercussão do trabalho, entre outros, através de depoimentos dos integrantes, fotos tiradas enquanto representavam e banners informativos, além da presença dos palhaços, que apresentavam, “ao vivo e em muitas cores”, os ideais do grupo e interagiam com todos os que se encontravam no evento.

A partir de 2011, o Grupo PalhaSUS tornou-se um projeto de extensão da UFPB e pôde estabelecer um compromisso maior com outros cenários de prática. O agora chamado Projeto PalhaSUS ampliou os seus campos de atuação, fazendo visitas ao Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, nos sábados à tarde, à Casa de Acolhida de Idosos Vila Vicentina, no domingos à tarde, e ao Hospital Universitário, nos sábados pela manhã, onde, além da Pediatria, também visitava sua clínica médica.

Em 2011, foi realizada a segunda Oficina do Riso da UFPB, para cuja realização os participantes da primeira Oficina contribuíram, através da organização de um seminário, que era um pré-requisito para a inscrição e o posterior ingresso dos interessados. Com o apoio presencial, durante a segunda Oficina, ajudaram os professores a orientarem os participantes.

O mesmo processo se repetiu a cada ano, de forma que o PalhaSUS está sempre ampliando o seu grupo (em cada Oficina são formados, aproximadamente, 30 palhaços), e os seus locais de atuação. Atualmente, após a realização de quatro oficinas na UFPB, com ampliação para estudantes de outros cursos da área de Saúde e de Humanas que atuam no setor saúde, temos um projeto de extensão vinculado ao Programa de Educação Popular em Saúde, chamado PalhaSUS, que envolve tais estudantes. Os estudantes-palhaços egressos das Oficinas atuam em cenários de práticas como o Hospital Universitário/UFPB, o Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, o Hospital Padre Zé, a Casa de Acolhida de Idosos Vila Vicentina e o Hospital São Vicente de Paula.

Os estudantes envolvidos com a Oficina e com o Projeto de Extensão PalhaSUS têm avaliado sua importância nos aspectos da formação pessoal e a caracterizado como um espaço de cuidado frente a situações estressantes na graduação, e o cultivo do papel do Palhaço Cuidador como uma ferramenta de manutenção desse autocuidado. Referem também, com a atuação do palhaço, os aspectos de melhoria na resposta do paciente ao tratamento estabelecido e no desenvolvimento de sua relação de futuro profissional, facilitando a comunicação com eles. Refletem, ainda, a importância do palhaço em atividades educativas desenvolvidas em espaços de saúde, levando a uma participação mais efetiva das pessoas e valorizando o saber delas.

O ingresso do projeto no Programa de Educação Popular em Saúde (PROGEPS), em 2011, foi outro importante divisor de águas para o grupo. A partir dessa parceria, o PalhaSUS teve a oportunidade de se estruturar como um projeto de extensão na universidade e aproximar-se de outros projetos que já trabalhavam com educação popular há vários anos, como o Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF), o Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (PEPAST), o Projeto Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB), o Projeto Vidas Paralelas (PVP) e o também recém-criado Projeto de Educação Popular em Saúde na Atenção às Gestantes e Puérperas (PROGEP).

Sob o financiamento do programa federal PROEXT, o PROGEPS organizou diversas atividades relacionadas à Educação Popular nos anos de 2012 e 2013, como as reuniões do Fórum Paraibano de Educação Popular em Saúde, os encontros mensais entre os projetos da Extensão Popular, vivências com os projetos e as comunidades que os acolhem (como a Aldeia Novo Horizonte, em Jacaraú, e a Comunidade Maria

de Nazaré, em João Pessoa), além de duas intervenções cenopoéticas com os artistas populares cearenses Ray Lima e Júnio Santos.

Durante as atividades do programa, a presença dos palhaços cuidadores foi determinante, pois eles exerceram os mais diferentes papéis, ora facilitando as dinâmicas de abertura dos diversos encontros ou conduzindo debates em rodas de conversa e fóruns, ora levando a figura irônica e argumentadora do palhaço para os debates sobre saúde, questionando as práticas e o sistema de saúde de locais onde o próprio palhaço atua.

Mostrou-se, em muitos espaços de diálogo, o importante papel político do palhaço, que não se exclui ao seu papel de cuidador, sendo que aquele é, incondicionalmente, uma extensão deste. Um exemplo dessa interface foi a participação do PalhaSUS no XXVIII CONASEMS realizado em Maceió em 2012. O projeto, além de colaborar para a organização da Tenda Paulo Freire, também participou ativamente dos debates e das rodas de conversa envolvendo líderes políticos de todo o país.

O PROGEPS aliou ao PalhaSUS o entrosamento com estudantes de cursos e projetos diferentes e enriqueceu o conhecimento dos seus integrantes a respeito da Educação Popular e da filosofia freireana. O poder de atingir as pessoas de todas as classes e condições socioculturais mostrou-se uma importante ferramenta da qual o Palhaço Cuidador lança mão para vivenciar a educação popular fora dos limites da universidade, transformando, inclusive, o próprio conceito de extensão universitária. Além do serviço prestado à comunidade, o projeto reincide nos preceitos abordados por Paulo Freire, de autonomia e libertação do indivíduo, como estudantes e profissionais de saúde, frente ao regime bancário e opressor vigente dentro e fora da universidade, oferecendo práticas e reflexões de autocuidado que estimulam o cuidado também do cuidador.

Mais que fortalecer os laços com os demais projetos, o PROGEPS também foi um forte incentivador para a sistematização das vivências do PalhaSUS. Por meio de cursos, oficinas e palestras, os integrantes despertaram para a importância do registro de suas ações como palhaços cuidadores. Foram produzidos e apresentados diversos trabalhos científicos para diferentes encontros, fóruns e congressos por todo o país, compartilhando as experiências e as tecnologias introduzidas a partir da palhaçaria nos espaços de cuidado pelo projeto com pessoas de diferentes estados e de outros países. Como exemplos, podem ser citados os trabalhos desenvolvidos na área da Saúde Mental envolvendo palhaços cuidadores e usuários de serviços da rede de atenção psicossocial do município de João Pessoa, publicados nos anais do Congresso Nacional de Saúde da Família, em 2011 em Brasília, e no Congresso Brasileiro de Saúde Mental, realizado em 2012 em Fortaleza.

O projeto também apresentou trabalhos em eventos científicos, como o V Encontro Nacional de Educação Popular e a I Mostra Nacional de Extensão Popular, ambos ocorridos em 2012 no Rio de Janeiro, além de congressos em Curitiba e em Maceió. O estabelecimento do vínculo do PalhaSUS com o PROGEPS da UFPB significou, portanto, um importante propulsor para a produção científica sobre as ações do projeto, porquanto articulou o grupo com outras extensões e movimentos populares de âmbitos local e nacional, fortaleceu o vínculo dos palhaços cuidadores com a Educação Popular e enriqueceu as reuniões e os espaços de encontro do programa com a tecnologia leve da palhaçaria, através das ferramentas do psicodrama e da defesa da ética da alegria.

## **Relativo sobre uma prática no cuidado e na educação**

A perspectiva do cuidado é o que guia o Palhaço Cuidador em qualquer cenário de atuação e fora dele. O arquétipo do palhaço, que remonta aos primórdios da história da humanidade, é constituído da capacidade de chamar a atenção e de “quebrar o gelo”, trazendo para si o foco dos erros e dos fracassos que normalmente nos fazem sentir a fragilidade da condição humana. Esse palhaço consegue abordar todas as pessoas e conversar com elas, ouvi-las, brincar com elas e fazê-las rir. Ao fazer isso, ele está cuidando de cada uma delas. O palhaço consegue quebrar as barreiras do diálogo humano (por exemplo, ao conversar com pessoas que ele não conhece e vice-versa) e levar o cuidado a todos os que encontrar.

Segundo o próprio Patch Adams, na entrevista que deu ao Programa Roda Viva da TV Cultura, em 2007, o trabalho do profissional de saúde “não é de curar, é de cuidar. Nós sempre podemos cuidar. Totalmente, todo dia, o dia todo. Sempre podemos cuidar”. Seguindo esse conceito, o grupo PalhaSUS leva a palhaçaria para os cenários de prática com o ideal de cuidar de todas as pessoas, e não, de curá-las.

Todas as pessoas, sadias ou doentes, precisam ser cuidadas. O cuidado dispensado pelo Palhaço Cuidador estende-se para além dos cenários de prática, e neles engloba todas as pessoas presentes, seja um profissional de saúde, usuário do serviço, paciente, funcionário, diretor do hospital, qualquer um, sem distinção. Trata-se de um cuidado universal e incondicional. E não é um processo unidirecional, porque quem cuida também pode ser cuidado, e quem é cuidado também pode cuidar, basta se permitir cuidar e ser cuidado. Como o poeta e ator Ray Lima coloca, “cuidar do outro é cuidar de mim/Cuidar de mim é cuidar do mundo”.

Muito mais do que cuidar das outras pessoas, o Palhaço Cuidador também exerce o papel de cuidar de si mesmo. As experiências vivenciadas por cada palhaço em seu particular são muito ricas e transformadoras e refletem no modo como esse palhaço do projeto PalhaSUS - futuro profissional de saúde - se colocará diante dos serviços de saúde e dos próprios usuários. Além disso, ao cuidar de outras pessoas e, conseqüentemente, permitir-se ser cuidada, muitas vezes, a pessoa que está por trás do Palhaço Cuidador consegue encontrar amparo para resolver os próprios problemas, uma vez que, por trás de cada palhaço, há um ser humano, que também precisa ser cuidado.

O projeto PalhaSUS se propõe a atuar no contexto das relações humanas através da palhaçaria, numa perspectiva de transformar a realidade e de trabalhar por uma sociedade saudável, geradora de harmonia, bem-estar e segurança. Propõe-se a produzir conhecimentos que possam alimentar o debate em torno de caminhos para a educação popular, ao desenvolver, nos estudantes em formação, habilidades artísticas e de comunicação relacionados à atuação do palhaço e ao favorecimento das relações humanas, na perspectiva de Masetti (2003) e Adams (2002). Também contribui para que a Educação Popular oportunize o desvelar de caminhos de formação em saúde pautados pelo cuidado humanizado, pelo compromisso e pelo reconhecimento do outro, com a adoção de uma ética da alegria, na esteira das reflexões teóricas de Winnicot (1975).

Ao contemplar o aspecto estrutural do problema da educação, vários autores, como Adams (2002) e Romaña (2012), apresentam o foco no capitalismo e sua evolução, o qual estabelece o padrão de organização das práticas sociais e das relações humanas na sociedade atual, incluindo o fenômeno educativo. Porém, é necessário reconhecer que, ao mesmo tempo em que criticamos o sistema imperante, também

estamos impregnados de sua ideologia, suas práticas e seus vícios. Na educação, como em outras áreas sob a influência do ideário hegemônico, o foco está no racional e no mundo das ideias, e a maioria das práticas educativas atuais se mantém na superficialidade e negligencia a realidade existente, sobretudo os aspectos da subjetividade, do corpo e das relações (ROMAÑA, 2012).

Apesar de diversas tentativas de propor uma educação problematizadora voltada para as necessidades da população brasileira, com reformas curriculares, ainda prevalece, na formação profissional, uma educação bancária (FLEURI, 2006). Com o intuito de superar essa realidade da graduação, diversos projetos de extensão se estruturam no sentido de inserir os estudantes em meios populares, através de metodologias e práticas embasadas pela Educação Popular (VASCONCELOS; CRUZ, 2011).

Patch Adams destaca, em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura em 2007, a sede de estudantes pelos trabalhos voltados para uma prática com referenciais humanizadores e desenvolvimento do amor em ambientes hospitalares. A postura do “Patch” não é uma visão piegas desse sentimento tão importante, mas corresponde a uma crítica contundente ao modelo capitalista de produção em seu novo estágio de sustentação, que é a globalização, e propõe intervenções que busquem vínculos de amizade e atitudes fraternas como possibilidade de reagir a esse sistema tão desagregante das relações humanas (ADAMS, 2002). Nesse sentido, há um grande número de estudantes interessados em participar das Oficinas do Riso na UFPB para a formação de Palhaços Cuidadores e atuar no projeto de extensão denominado PalhaSUS.

Neste trabalho, a Educação Popular é concebida com base no ideário freireano, que afirma que os homens precisam tomar consciência de sua condição de opressão e reconhecer-se como sujeitos (FREIRE,

1987). Trata-se de um processo contínuo e permanente de formação, cuja intenção é de transformar a realidade. Paulo Freire indica que “educador e educando (liderança e massas), cointencionados sobre a realidade, encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no recriar desse conhecimento” (FREIRE, 1987 p.56).

A partir dos fundamentos das reflexões teóricas sistematizadas por Freire e diversos outros atores, a Educação Popular se constituiu, ao longo dos anos, como um pilar teórico-metodológico inspirador de práticas sociais comprometidas com o enfrentamento das condições concretas de opressão e exclusão, articuladas à diversidade humana, num processo pedagógico que valoriza a cultura, os saberes diversos e uma ética humanística de aprender a ser e a viver junto (WANDERLEY, 2010; GADOTTI, TORRES, 1994). Nesse contexto, a Educação Popular vem adquirindo um significado peculiar na formação universitária em saúde, uma vez que parte importante dos estudantes passa a se interessar em atuar em projetos de extensão, ao se deparar com a realidade de exclusão e opressão de segmentos da população e diante de uma opção de intervir nessa realidade (VASCONCELOS, 2006). A contradição entre a realidade encontrada e a vivida pelo estudante e o processo educativo formal distanciados dessa realidade, preso a teorias e pouco prático, propositivo e reflexivo, que gera angústia relacionada à dificuldade de se sentir útil e importante, indica uma explicação para essa procura.

Na perspectiva freireana (1987), educar-se é impregnar de sentido cada ato cotidiano. No caso de projetos de extensão em Educação Popular, busca-se dar sentido ao ato do estudante, e ele se sente um sujeito do processo educativo.

O termo Palhaço Cuidador é utilizado aqui como um novo papel social adquirido pelos estudantes, que passam a atuar no projeto e na

vida, proporcionando um cuidado centrado em sua interação com as pessoas através da palhaçaria, em diversos espaços onde seja possível a produção do cuidado, incluindo os hospitais. Dentro do conceito de papéis desenvolvido por Moreno, é “a forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento específico em que reage a uma situação específica, na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos” (MORENO, 2006, p. 27). O papel social é aquele que ajuda a constituir uma sociedade e, ao mesmo tempo, junto com os outros papéis do indivíduo, compõe a estrutura do eu (MORENO, 2006). Adotamos essa nomenclatura desde o surgimento da proposta, por ser a que mais bem representa a nossa ação nesses espaços: o cuidado de forma mais ampla.

Tomando referências na fundamentação teórica do psicodrama conforme Moreno (2006), concebemos que o Palhaço Cuidador tem sua matriz de criatividade na “criança interior” presente em cada um de nós, como um papel psicodramático que favorece a entrega e a inocência do palhaço. Nesse sentido, podemos dialogar com Martin Buber, que estabelece conceitos e explicações concernentes ao desenvolvimento do eu e ao reconhecimento do tu e essa relação eu e tu, que investe de significado o encontro que é de fundamental importância para a atitude do diálogo (BUBER, 1977).

Essa prática, também para Paulo Freire, é movida por amor e respeito, em que o encontro só é permitido por um verdadeiro diálogo, que “é esse encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Essa é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados desse direito” (FREIRE, 1987, p. 91).

A intervenção do Palhaço Cuidador em espaços de rodas de conversas e círculos de culturas tem demonstrado a capacidade importante que esse protagonista tem de disparar os processos, fazendo com que a fala seja democratizada, que a palavra seja exercida por um maior número de pessoas e que as pessoas se sintam mais à vontade para se expressar pelo clima lúdico e descontraído que sua ação proporciona. Essa avaliação tem sido feita com a participação dos palhaços cuidadores nos Fóruns Estaduais de Educação Popular em Saúde da Paraíba, no I Seminário Brasil França de Ergologia, no Encontro de Controle Social do SUS, entre outras rodas.

## **Considerações finais**

Na década de 1990, a implantação do Sistema Único de Saúde do Brasil e a implementação da Atenção Básica, tendo como um dos modelos mais importantes o Programa Saúde da Família, possibilitaram que diversas práticas consideradas como alternativas e marginais viessem compor as intervenções dos profissionais da área de Saúde. A arte passou a ter uma expressão significativa, que possibilitou o diálogo entre os atores sociais envolvidos em um processo de uma educação que busca a libertação das pessoas e o desenvolvimento da autonomia do sujeito.

Os autores desse trabalho, de gerações diferentes e influenciados por outros protagonistas de gerações anteriores, vêm trilhando seus percursos e contribuindo com o desenvolvimento de um movimento muito importante e potente, que é a palhaçaria, a qual chegou aos hospitais levando uma abordagem mais humanizada e, com o passar do tempo, passou também a fazer parte de outros espaços, como os postos de saúde, as praças públicas, os espaços de encontros e de eventos, entre outros, abrindo o diálogo sobre os mais variados temas

de saúde e ampliando o conceito de saúde, tratando de questões mais gerais da sociedade, como economia, política, participação popular e controle social.

Esse Palhaço, que denominamos de Cuidador, também é, em sua essência, educador, e no desenvolvimento desse papel social, temos feito a opção por uma educação libertadora, como pensada por Paulo Freire e que foi denominada de Educação Popular.

Devido ao sofrimento psíquico de estudantes e à reprodução de relações de opressão no meio acadêmico, a Oficina do Riso pôde ser realizada na Universidade Federal da Paraíba. Depois da primeira, já foram realizadas três outras até o presente momento, e o PalhaSUS, como um projeto de extensão universitária nos marcos da extensão popular, vem possibilitando que o Palhaço Cuidador seja mais um protagonista desse ambiente diversificado em singularidades e de diversas visões de mundo que é a universidade, tornando esse espaço que, comumente, é frio e inóspito, em um espaço alegre, ao ocupar os corações e as mentes dos estudantes envolvidos que, ao serem Palhaços Cuidadores, experimentam o comprometimento pela transformações sociais e pela construção de um mundo novo, mais justo e de oportunidades iguais para todos.

Ao refletir sobre essa concepção sobre a filosofia Freireana, cultivada no trabalho do PalhaSUS, temos nos questionado: Qual o significado pedagógico da Educação Popular para a formação de profissionais de saúde na perspectiva dos Palhaços Cuidadores? Que mudanças no futuro profissional de saúde esse Palhaço Cuidador possibilita?

Essas questões devem ser refletidas em profundidade, diante de uma experiência que vem sendo construída a cada momento, com a intenção de manter a coerência com os princípios aqui expostos.

## Referências

ADAMS, P. e MYLANDER M., **A terapia do amor**. Edição traduzida. Rio de Janeiro, RJ, Mondrian, 2002.

BUBER, M. **Eu e Tu**, São Paulo, SP, Cortez e Moraes, 1977.

FLEURI, R. M., COSTA, M. C. V. **Travessia**: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em Educação Popular. 2ª. ed. revisada e ampliada. Ijuí: Unijuí, 2005.

FLEURI, R. M., Formação de profissionais da Saúde: reflexões a partir de vivências estudantis. In VASCONCELOS, E. M., FROTA, L. H e SIMON, E. (Orgs). **Perplexidade na Universidade**: vivências nos cursos de saúde, 1ª ed. São Paulo, SP, Editora Hucitec; Edições Mandacaru, 2006 (Saúde em Debate, 169).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M e TORRES, C. A. (Orgs). **Educação Popular** – Utopia latinoamericanna, São Paulo: Cortez, 1994.

MASETTI, M. **Boas misturas**: a ética da alegria no contexto hospitalar. São Paulo: Palas Athena, 2003.

MATURANA, Humberto, VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amor y Juego**: Fundamentos Olvidados de lo Humano. Santiago: Instituto de Terapia Cognitiva, 1997.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. v.1. 97p.

MORENO, J. L. **Psicodrama**, 10ª. ed. São Paulo, SP, CULTRIX, 2006.

ROMAÑA, M. A. Sociedade de controle e Pedagogia Psicodramática - p. 57-70 – **Revista Brasileira de Psicodrama** – 1ª ed. São Paulo, SP, Diretoria de Divulgação e Comunicação da FEBRAP, junho 2012.

VASCONCELOS, E. M., FROTA, L. H e SIMON, E. (Orgs). **Perplexidade na Universidade:** vivências nos cursos de saúde, 1ª ed. São Paulo, SP, Editora Hucitec; Edições Mandacaru, 2006 (Saúde em Debate, 169).

VASCONCELOS, E. M. e CRUZ, P. J. S. C. (Orgs). **Educação Popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência, 1ª ed. São Paulo, SP: Hucitec; João Pessoa , PB: Editora Universitária da UFPB, 2011.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação Popular.** São Paulo: Cotez, 2010.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975



**EDUCAÇÃO POPULAR**  
construindo outra  
saúde na escola

Maria Fabiana Bonfim de Lima-Silva  
Brunna Thaís Luckwü de Lucena  
Luciana Cabral Figueiredo

“ É fundamental diminuir a distância  
entre o que se diz e o que se faz,  
de tal maneira que num dado momento  
a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire.

O campo da educação sempre se mostrou um cenário fértil para atuação dos profissionais de saúde. Antes, embasados por uma visão tecnicista e biologicista e mais recentemente com a prática – ou o discurso – mais voltada para determinantes sociais.

De qualquer forma, é consenso que a influência da saúde na educação traz desdobramentos que precisam ser questionados. Para isto, é necessário que seja discutida a formação do profissional de saúde que terá como campo de atuação instituições de ensino. Afinal, para que os discursos politicamente corretos se tornem práticas efetivas e significativas, é necessário que durante seu período de formação, o estudante da área de saúde tenha possibilidade de vivenciar estratégias outras que não aquelas tradicionalmente embasadas na doença.

Considerando a extensão universitária uma possibilidade real de propiciar tais vivências, pretendemos aqui explanar além da descrição da experiência de um projeto de extensão, que tem como foco a saúde escolar, apontar as contribuições que projetos como este pode trazer à

formação em saúde de discentes e docentes, às comunidades envolvidas, e sua importância para a educação permanente de todos os envolvidos – professores, alunos, funcionários, familiares e comunidade.

Para iniciar este capítulo, pretendemos trilhar com o leitor um caminho que resgate brevemente a história da relação entre saúde e educação, a fim de entendermos e contextualizarmos as práticas ainda hoje realizadas. Além disso, discutiremos a respeito da extensão popular abordando os aspectos mencionados acima, e finalmente, apresentar as ações propostas no Projeto de Educação Popular em Saúde Escolar: reorientando práticas de cuidado e promovendo o protagonismo cidadão em parceria com a comunidade – EDUPFONO.

## **A trajetória do vínculo entre saúde e educação**

Historicamente, a relação entre Saúde e Educação foi constituída verticalmente, com a prevalência da saúde, que desenvolvia suas ações de forma tecnicista e fragmentada, baseada em uma lógica médico-hegemônica, na qual cabia ao profissional de saúde a resolução de problemas e questões de ordem social. Assim, a figura de um profissional de saúde na escola muitas vezes era vista como única alternativa para lidar com os alunos que desviavam de um padrão considerado normal.

Ribeiro e Lacerda (2011) atentam para o fato de que neste período, a saúde e a educação serviam de aparelhos ideológicos e de instrumentos de controle do Estado. E que nesta época “a formação em saúde era caracterizada pela ênfase no tecnicismo, nas práticas curativas individualizadas e na fragmentação do conhecimento por especialidades”

Esse panorama compreende o final da década de 70 até os dias atuais e apesar de conflitivo, em razão da utilização concomitante de

práticas divergentes relativas à saúde e à educação, sustenta a atuação de profissionais de saúde na escola. No entanto, mais recentemente, o entendimento ampliado do conceito de saúde, tem possibilitado, ainda que timidamente, a transformação do fazer em saúde na escola e da relação professor-profissional-aluno-pais.

Aqui cabe esclarecer que, dentre as profissões das áreas da saúde, a Fonoaudiologia também acompanha tais movimentos citados acima e apontados por Ribeiro e Lacerda (2011). Giroto (2006) explica que as ações de detecção de alterações e de realização de encaminhamentos, subsidiadas pelas dicotomias normal-patológico e saúde-doença, foram priorizadas também pelo fonoaudiólogo em sua atuação no contexto escolar, muito provavelmente em razão de tal atuação ter sido marcada por um caráter patologizador e curativo. Desta forma, uma das principais ações realizadas por fonoaudiólogos no contexto escolar era a realização de triagens que buscavam identificar desvios que pudessem interferir no processo de aprendizagem da criança.

Estes são alguns dos motivos que sinalizam para a necessidade de modificação na formação dos profissionais de saúde, a qual deve ser mais contextualizada à visão integral do ser humano, e menos voltada à medicalização, a partir do reflexo das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Na mesma direção, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Fonoaudiologia, em 2002, representou um importante desafio às instituições formadoras e evidenciou a necessidade de avanços no perfil da formação, no sentido de enfatizar o compromisso dos envolvidos, docentes e discentes, como agentes transformadores da realidade social, sendo a extensão universitária um dos pilares importantes nesse processo. Para isso, a extensão universitária em Educação Popular em Saúde (EPS) busca

ampliar o olhar sobre saúde, possibilitando ao estudante em formação participar de vivências outras que não aquelas já postas e, acima de tudo, aprender e apreender as reais necessidades de uma comunidade, no intuito de se familiarizar e colocar em prática cada vez mais os conceitos de universalidade, integralidade e equidade.

Nessa perspectiva, Ribeiro e Lacerda (2011) ao descreverem sua experiência com o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador - PEPAST passaram a querer praticar outra saúde. Outra saúde que agora considera e dar vez e voz ao outro, e mais que prestar serviços de saúde, tem promovido mudanças na realidade de uma comunidade oprimida, que sob outra perspectiva ou sob outro olhar, mereceria apenas uma atenção assistencialista.

Sendo assim, acreditamos que toda a formação profissional - inclusive as ações de extensão universitária - deve ser baseada em novos saberes que contemplem o entendimento da organização do sistema, a problematização da realidade, o respeito a essa realidade e ao saber popular. Assim, o projeto EDUPFONO é considerado potencializador da participação ativa dos envolvidos (comunidade escolar e equipe de execução do projeto), para (trans) formá-los e tornar capaz de atuar em diferentes contextos, comprometidos com a transformação social.

## **A Extensão Popular como possibilidade de transformação**

Como vem sendo apontado ao longo deste capítulo, vemos na extensão universitária uma estratégia eficiente para a transformação. No entanto, é importante ressaltar que estamos falando aqui na extensão popular, ou seja, a extensão universitária norteada pela metodologia da educação popular, que possibilita ao extensionista repensar sua

prática e formação, atuando de maneira significativa em comunidades socialmente vulneráveis e oprimidas.

Tradicionalmente, as extensões universitárias da área de saúde têm assumido um caráter assistencialista, e na Fonoaudiologia – onde estão as raízes de nossa formação - não tem sido diferente. Na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, onde atuamos, a maior parte dos projetos vinculados ao Centro de Ciências da Saúde e ao Centro de Ciências Médicas segue tal modelo. Tais extensões geralmente estão permeadas por uma lógica biologicista e mercantilista, atribuindo à assistência à saúde a solução para problemas de ordem educacional e social.

Além disso, a extensão de caráter assistencialista, geralmente, resistem em ultrapassar os muros da universidade para prestar serviços de saúde, que apesar de serem de extrema importância e necessidade para os usuários, acabam apenas por reproduzir técnicas isoladas e fragmentadas, a depender da área e muitas vezes subáreas as quais os serviços estão vinculados. Desta forma, o discurso de enxergar o sujeito como um todo, apesar de estar sempre presente, muitas vezes não é colocado em prática. Afinal, o sujeito está fora de seu local e, suas condições sociais, culturais bem como sua história de vida muitas vezes são desconsideradas para que sua condição orgânica seja tratada.

No que diz respeito à formação universitária em saúde, essas extensões tradicionais acabam por reduzir as possibilidades de atuação prática efetiva na comunidade, não atendendo às reais necessidades da população e não cumprindo com seu papel social de promover uma formação crítico-reflexiva dos estudantes. Desta forma, acaba por contribuir para uma formação tecnicista e reducionista em saúde, fortalecendo o modelo hegemônico e indo de encontro à concepção de saúde enquanto direito social.

E é com esta visão reducionista que as extensões universitárias têm insistido em atuar em escolas. Sob a justificativa de aprimorar ou qualificar o processo de ensino aprendizagem, oferecem serviços de saúde – diagnóstico, reabilitação e ações essencialmente preventivas – centrados exclusivamente na doença em detrimento de ações de promoção de saúde e de um conceito de saúde ampliado, que abrange os aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e religiosos. As práticas de projetos de extensão, que escolhem as escolas como campo de atuação, desconsideram a singularidade das instituições. Os profissionais de saúde muitas vezes chegam com suas propostas já elaboradas para a escola, deixando de lado as necessidades específicas de cada uma delas. Agindo assim, tais profissionais assumem uma relação verticalizada entre saúde e educação, como já abordamos anteriormente, e colaboram com o processo de medicalização da sociedade.

Tentando seguir um caminho diferente ao já posto e na contramão dessa perspectiva, cada vez mais surgem projetos e programas de extensão que tentam fugir dessa lógica exclusiva de prestação de serviços, ampliando seu olhar e ações, e atuando de forma efetiva **com** e **para** a comunidade, à medida que partem do princípio de considerar seus participantes como sujeitos singulares, ativos e corresponsáveis pela transformação de sua realidade.

### **Por outra concepção de saúde no âmbito escolar**

Atuar com extensão popular implica se distanciar das concepções de sujeito e de saúde geralmente encontradas em práticas que estão relacionadas à educação, já abordadas neste texto. E, para romper com este paradigma, aproximamo-nos do modelo da determinação social na busca pela superação do modelo biomédico e pelo compromisso de saúde como direito de cidadania.

Desta forma, assumimos um olhar ampliado para o conceito de saúde, que apesar de já bastante difundido, ainda é pouco visto no cotidiano, no qual muitas vezes o fazer é norteado pela doença, e o objetivo principal é a cura e a aproximação dos padrões considerados normais e ideais.

A Partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, considera-se que:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 4).

Ao se buscar, portanto, saúde em ambientes educacionais, tal conceito deve ser considerado. A atuação dos profissionais de saúde em escolas, creches e outras instituições de ensino, podem e devem ultrapassar a barreira da detecção de patologias ou problemas de origem orgânica isoladamente, atingindo um patamar de promoção da saúde, que resulte em um trabalho que se torna efetivo à medida que atende às reais necessidades da comunidade escolar.

A noção de promoção da saúde, divulgada na Carta de Ottawa, de 1986 (BRASIL, 2001, p. 19), atenta para a necessidade de construção e de exercício de autonomia na transformação das condições de vida subjacentes ao processo saúde-doença. Assim, a promoção da saúde não é exclusiva ao setor saúde e vai para além de um estilo de vida saudável.

Nesta lógica, a promoção da saúde deixa de ser considerada apenas parte da prevenção para transcendê-la, visto que passou a ser interpretada de forma mais ampla, por sugerir abordagens educativas que permitem ao sujeito a tomada de consciência a respeito da necessidade de sua participação nesse processo, em busca de melhor qualidade de vida (PENTEADO, 2002; PENTEADO e SERVILHA, 2004).

Assim, a questão social, antes compreendida de forma restrita, passou a ser relacionada aos determinantes históricos, culturais, políticos e econômicos, o que permitiu assumir, de acordo com Penteado e Servilha (2004, p. 114) que:

[...] o sujeito, suas percepções, representações, os usos que faz de seu corpo e as interpretações sobre sua funcionalidade e seu processo saúde-doença são constituídos pela sociabilidade num contexto histórico-cultural em que os sujeitos são levados a se ajustar e a se adequar às normas e aos padrões da cultura nos contextos cotidianos, inclusive no de trabalho.

Tal conceito determinou, portanto, o deslocamento de um modelo preventivista para um modelo de atenção integral à saúde. Por consequência, este deslocamento representou uma revolução conceitual que possibilitou a interpretação da escola como um ambiente saudável, espaço de produção de conhecimentos e práticas em prol da melhor qualidade de vida e da redução das desigualdades sociais (PELICIONI, 2000; BRASIL, 2001).

No entanto, é preciso atentar para o fato de que muitas vezes, a noção de promoção de saúde no ambiente escolar é tomada em sentido estreito e coloquial. Promover saúde implica, sobretudo, garantir autonomia das pessoas. Como explicam Penteado e Servilha (2004), a promoção de saúde significa gerar novas perspectivas, fomentar. Assim, o objetivo das ações que pretendem promover saúde deve ser o de

maximizar a saúde e os recursos das comunidades, tendo como base a identificação das necessidades e condições de vida das pessoas e atentando-se às diferenças, singularidades e subjetividades. Todavia, para que isto efetivamente ocorra é necessário antes de tudo conceber a saúde não como mera oposição à doença ou estado idealizado e estanque a ser buscado, mas sim como um recurso positivo aplicável à vida cotidiana das pessoas e comunidades; componente dinâmico das experiências e manifestações da vida bem como olhar o sujeito como um ator social de mudanças.

A compreensão da escola como ambiente cujo foco de atenção deixou de ser a doença, para se voltar à saúde, concretizou o conceito de Escola Promotora de Saúde (Organização Pan-americana de Saúde - OPAS, 1998; BRASIL, 2001) e reforçou o papel de tal instituição direcionado a oportunizar o conhecimento acerca dos contextos sociais que perpassam a escola. A promoção à saúde, no âmbito escolar, determinou, portanto, a necessidade de se inserir no processo pedagógico a abordagem de questões relevantes à situação de vida cotidiana dos alunos e dos demais participantes da escola, além dos fatores que comprometem sua qualidade de vida (PELICIONI; TORRES, 1999; PELICIONI, 2000; TAVARES, 2002; BUSS, 2003).

A Escola Promotora de Saúde prevê, portanto, uma relação mais ampla e integral entre saúde e educação, subsidiada pela problematização das singularidades histórico-culturais de cada indivíduo que a frequenta e pela ênfase nos fatores que interferem na auto-estima, nas habilidades comunicativas e na qualidade de vida de alunos, professores, funcionários, familiares e comunidade.

Apesar de muito já ter sido dito, e da ilusória sensação de evolução que tais concepções trazem, é importante dizer que o deslocamento de uma perspectiva preventivista para um fazer em saúde mais amplo,

que considere a promoção de saúde em instituições de ensino, ainda é um grande desafio tanto para o profissional de saúde com formação tradicionalmente biologicista, quanto para as escolas, que cada vez mais atuam diretamente com a diversidade. Diante deste desafio, acreditamos que a Educação Popular se configura como uma metodologia eficaz para a atuação de profissionais de saúde na escola.

## **A Educação Popular em Saúde como caminho...**

Imbuída pelas reflexões de Paulo Freire, a Educação Popular se apresenta como uma metodologia que busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular de modo que promova o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de lutas e enfrentamento (VASCONCELOS, 2001).

Assim, como explica Lacerda (2011), a Educação Popular em Saúde (EPS) possibilita e promove mudanças no campo da saúde, distanciando-se da visão restrita biologicista e patologizadora e aproximando-se de uma perspectiva socioeconômica-cultural mais crítica e comprometida com a sociedade. Fortalecendo assim a crença de que é possível e necessária uma ressignificação das práticas de extensão universitária e de formação em saúde.

A Educação Popular torna-se, portanto, uma metodologia inovadora – apesar de não ser uma concepção recente – a partir do momento em que horizontaliza a relação entre saúde e educação. Ou seja, o profissional de saúde que antes acreditava ser e se comportava como o detentor de todos os saberes que a escola precisava, agora deve, antes de qualquer coisa, parar para ouvir a escola. É fundamental prestar atenção às palavras e aos silêncios, ao dito e ao não dito. Além

disso, se faz necessário considerar o saber e a história do outro, e aceitar que estes, por mais simples que pareçam ser, são a base da atuação na escola.

O ideal de construir **com e para** a comunidade torna-se possível de ser atingido com base no diálogo e com a utilização das chamadas tecnologias leves traduzidas em práticas de cuidado, que valorizem a interação, o ouvir e olhar o outro como sujeito ativo, que traz consigo uma bagagem histórica necessária para a transformação de sua realidade.

E é por meio do diálogo e da amorosidade, que as ações de extensão que tem com o fio condutor a Educação Popular, procuram problematizar, juntamente com a população, a realidade vivenciada para a partir disto promover a construção compartilhada do conhecimento, possibilitando a emancipação e autonomia dos sujeitos.

A partir do momento em que defendemos a pedagogia do diálogo, entendemos o antidiálogo como uma relação verticalizada de A sobre B, que se nutre de desamor, desesperança, arrogância. Não gera criticidade e é acrítico. O diálogo tem o poder de comunicar, há comunicação, enquanto o antidiálogo não comunica, faz apenas comunicados (FREIRE, 2002; p.158).

Com base nesses preceitos e considerando que a escola constitui um espaço importante para a construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo, interferindo diretamente na produção social da saúde, os projetos de Extensão Popular que tem instituições de ensino como cenários de prática, procuram, antes de mais nada, conhecer a realidade da comunidade escolar. Sob a perspectiva da Educação Popular, o olhar do profissional de saúde que atua em escolas não está voltado à identificação de problemas de ordem orgânica, mas sim a diversos outros fatores que podem influenciar na saúde de tal comunidade.

O que estamos querendo dizer é que, antes de identificar problemas de leitura e escrita em crianças ou de distúrbio de voz em professores, o profissional que atua com a Educação Popular se preocupa em conhecer a comunidade atendida por aquela escola, escutar professores, alunos, funcionários e familiares. Além disso, deve considerar questões de estrutura física e/ou relações interpessoais que podem influenciar no bom andamento do processo de ensino-aprendizagem, bem como problematizar tais questões com todos os sujeitos envolvidos e em parceria com eles buscar estratégias para solucionar tais questões.

As práticas de educação em saúde valorizam a diversidade presente nas instituições de ensino para realizar construções compartilhadas de saberes, sustentados pelas histórias individuais e coletivas, com papéis sociais distintos - professores, educandos, merendeiras, porteiros, pais, mães, avós, entre outros sujeitos -, produzindo aprendizagens significativas e ratificando uma ética inclusiva.

Dessa forma, as ações em educação popular em saúde produzem transformação tanto na comunidade escolar quanto na formação dos discentes e docentes universitários, os quais são impactados pela escuta, pela troca de saberes populares, pela história de vida, pelas singularidades e diferenças entre os sujeitos envolvidos. Isso pode ser observado no depoimento de duas extensionistas bolsistas do Projeto EDUPFONO:

A partir da educação popular, aprendi que não lidamos com pacientes, mas sim seres humanos, que possuem uma vida de dificuldades, limitações, alegrias; e que isso não pode ser esquecido em momento algum quando trabalhamos com eles. Aprendi que um diploma não é sinônimo de conhecimento, mas que as pessoas mais simples têm muito a nos ensinar, carregam uma

bagagem riquíssima de conhecimento, de experiências, como também possuem muita dedicação em aprender. A educação popular nos faz esquecer as diferenças e lutar pelos nossos direitos, sempre tendo como norte o respeito e o diálogo horizontal.” (Paula Luanna Carvalho de Oliveira)

[...] no começo até pensei que eu tinha descoberto a educação popular, mas percebi que já existiam resquícios dela dentro de mim. Foi como um quebra-cabeça que a cada peça, por mais singular e perfeita que seja, precisa das demais pra ganhar forma e fazer sentido. (Danyele Ramos Nóbrega).

Desse modo, dimensionando a participação ativa de diversos interlocutores/sujeitos em práticas cotidianas, é possível vislumbrar uma escola que forma cidadãos críticos e informados com habilidades para agir em defesa da vida e de sua qualidade e que devem ser compreendidos pelas equipes de saúde da família em suas estratégias de cuidado.

## **O EDUPFONO**

Pensando em todas as questões já apontadas nesse texto, e motivadas pela vontade de possibilitar a transformação de comunidades escolares que atendem populações marginalizadas e oprimidas, surge o Projeto de Educação popular em saúde escolar: reorientando práticas de cuidado e promovendo o protagonismo cidadão em parceria com a comunidade – EDUPFONO.

Tal projeto é vinculado ao Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba, sendo parte integrante do Programa de Educação Popular em Saúde do Trabalhador – PEPST: saúde, educação, cultura e participação popular para a promoção de saúde e do protagonismo do controle social em saúde do trabalhador.

A ideia inicial era que o projeto EDUPFONO tivesse ações de saúde à comunidade escolar voltadas ao assistencialismo nas diversas áreas da Fonoaudiologia. Tal visão fragmenta o conhecimento por especialidades.

No entanto, aos poucos percebemos que com esse foco, além de limitar nossas práticas, estaríamos indo de encontro a todos os preceitos que acabamos de defender. Todavia, é importante esclarecer que, a proposta inicial estava embasada em nossa formação, que como muitas outras na área de saúde, infelizmente reduzia os sujeitos a órgãos isolados e atribuía os problemas de uma comunidade, no caso, a educação, a questões essencialmente orgânicas.

Acreditávamos, portanto, que “curando” questões orgânicas, resolveríamos o problema de qualquer escola. Esquecemos que as crianças viviam cotidianamente uma dura realidade de falta de respeito e privação de seus direitos; que os professores tinham que trabalhar 3 turnos seguidos para garantir o sustento de sua família, sem tempo de cuidar de sua própria saúde. Nós esquecemos, mas a realidade nos lembrou. Conforme relato de uma professora participante do presente projeto:

Então a falta de tempo prejudica muito. O professor pra ter um sustento básico precisa trabalhar no mínimo em 2 ou 3 instituições [...] A saúde está muito distante da gente.[...] temos uma remuneração muito baixa comparada com as demais profissões [...] (Professora da Escola Municipal de João Pessoa-PB, localizada no bairro do Grotão)

Dessa forma, as experiências vivenciadas nas ações, nos fóruns, nos seminários, nas reuniões, nos encontros promovidos pelo Programa de Extensão PEPST e pela Coordenação de Educação Popular – COEP nos forneceram formação, possibilitando a ampliação dos nossos

conceitos sobre saúde e de nossa percepção que é possível sim fazer outra saúde dentro da escola. A partir daí, houve o redimensionamento de nossas ações, que serão expostas mais adiante.

Assim, o EDUPFONO amplia o olhar sobre saúde e empenha forças no desenvolvimento da promoção de saúde, considerando os seus determinantes sociais, e viabilizando assim, ações que proporcionam condições de vida que transcendem os limites puramente corporais (fisiológicos), conduzindo a discussão para outros aspectos como sociais, econômicos, emocionais, culturais e religiosos, estando baseadas nos preceitos da universalidade, integralidade e equidade.

É importante dizer que com a nova proposta, o projeto em questão aponta também para a importância da interdisciplinaridade desde o momento em que relaciona áreas da saúde com a educação, e reforça este pensamento uma vez que envolve ações realizadas por uma equipe de execução composta por profissionais e estudantes de diversas áreas (serviço social, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, medicina, enfermagem, direito, entre outros). Tal equipe promove a articulação dos saberes no contexto interdisciplinar, beneficiando, assim, a formação permanente de todos os envolvidos, à medida que fomenta a participação popular de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política pública, fortalecendo o protagonismo cidadão.

No EDUPFONO é condição primordial a articulação com a comunidade escolar, considerando-a um agente participativo, co-responsável e protagonista ativo no processo de cuidado, tendo em vista que pretende-se potencializar seu papel enquanto multiplicadora das práticas sociais.

Dessa forma, a realização deste projeto tem contribuído para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e trabalhadores brasileiros.

Tendo a Educação Popular como fio condutor, as ações do EDUPFONO são norteadas por uma metodologia problematizadora, compromissada e dialógica, e tem o intuito de reforçar uma nova formação em saúde, na qual se formem cidadãos comprometidos com a realidade social, de maneira crítica e reflexiva, bem como mudanças reais no campo de ação, por meio de experiências significativas pensadas a partir da saúde e da educação e direcionadas ao público específico, a comunidade escolar.

Além disso, considera o papel da extensão como espaço de promoção da autonomia do discente enquanto agente participativo e comprometido com a realidade social, favorecendo também o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a atuação em saúde, como a capacidade de pensar criticamente, de analisar problemas da sociedade e de propor soluções em conjunto com a mesma.

Nesse sentido, os extensionistas do EDUPFONO reconhecem as contribuições da extensão popular na sua formação profissional e pessoal, ilustradas nos seguintes depoimentos:

Tendo o projeto EDUPFONO o dever de relacionar a Educação Popular e a Fonoaudiologia em suas atuações na sociedade, penso que seus resultados não são observados apenas em nossas atividades de extensão, ou seja, ultrapassam as expectativas do aprendizado nos tornando profissionais mais humanizados e protagonistas de mudanças na

sociedade, reflexo este que pode ser visto em atuação na Clínica Escola e no relacionamento com o paciente. (Camila Macêdo Araújo de Medeiros, extensionista bolsista do EDUPFONO)

A extensão promove experiências que nenhuma outra atividade acadêmica proporciona. Funciona como um contato com o **mundo real**, como conhecer um pouco da realidade que nos espera fora do âmbito educacional, onde tudo funciona como deveria ser” (Paula Luanna Carvalho de Oliveira, extensionista bolsista do EDUPFONO)

(...) meu objetivo jamais foi abandonar ou tirar a importância do saber clínico, tão essencial para um profissional de saúde, mas sim de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de vida do **outro** e a partir daí ser capaz de transformá-las. A abordagem da Educação Popular se faz necessária para compreendermos os reais motivos que prejudicam ou afetam determinada população, levando em consideração o processo de trabalho de diversos atores sociais, valorizando os saberes e trocas adquiridos dentro de uma comunidade. Além de contribuir com profissionais críticos e reflexivos, modificadores da sua realidade profissional e social. (Danyele Ramos Nóbrega, extensionista bolsista do EDUPFONO)

A condução de um projeto nessa perspectiva não é uma tarefa fácil e exige qualidades individuais e sociais. Entendemos, pois, que as ações de extensão exigem o diálogo horizontal com a sociedade, considerando que os sujeitos se influenciam mutuamente por meio das interações significativas vivenciadas por eles.

## **Os cenários de prática e as ações propostas**

As comunidades escolares onde serão desenvolvidas as ações de extensão faz parte das comunidades do Grotão e do Timbó, localizadas no município de João Pessoa-PB. São comunidades marginalizadas que sofrem diariamente com a opressão e violência. Em tais territórios, os problemas de saúde começam pela privação na alimentação, segurança e educação de qualidade, e são percebidos na escola como questões de comportamento dos alunos, estresse por parte dos professores, sobrecarga na equipe pedagógica, entre outros.

Considerando tais aspectos, o EDUPFONO propõe quatro ações de extensão:

### **Grupo de cuidado ao trabalhador da educação**

Este grupo tem como foco discutir as relações entre saúde do trabalhador e seu ambiente de trabalho, ou seja, como o trabalho afeta a saúde do trabalhador de forma ampla: saúde física, emocional, psíquica entre outros. Pretendemos construir com esse grupo diversos aspectos, um deles ligado ao cuidado, ou seja, como o conhecimento presente nas diversas áreas da saúde (médica, psicológica, fonoaudiológica, fisioterapêutica, terapia ocupacional, enfermagem) podem contribuir no enfrentamento da realidade de trabalho, na promoção da saúde e na elaboração ou fortalecimento de estratégias de defesa dos direitos que são elaborados pelos trabalhadores contra determinados aspectos de trabalho que são maléficos a saúde. Além disso, as práticas de cuidado possuem também o envolvimento com a questão política, trazendo a necessidade de transformação de vários aspectos que os trabalhadores achem que deveriam ser transformados no seu contexto de trabalho. Nesse sentido, o grupo funciona como um instrumento de problematização da realidade, de escuta, de trocas de saberes para que

os trabalhadores compreendam seu processo de trabalho e, dessa forma, possam transformar na medida do possível o seu ambiente de trabalho. Participam do grupo professores e equipe pedagógica, que não são apenas objeto desse estudo, mas sujeitos do processo.

### **Grupo de crianças (0 a 9 anos e 11 meses)**

O grupo de crianças aborda temas que estejam presentes no cotidiano nos alunos matriculados nas instituições parceiras e possam influenciar em seu desempenho escolar, por meio de metodologias leves e práticas de cuidado que visem a participação e protagonismo das crianças, possibilitando o enfrentamento e a transformação da realidade das mesmas.

### **Grupo de adolescentes (10 a 17 anos e 11 meses)**

Assim como o grupo de crianças, este grupo tem como público alvo adolescentes que estejam matriculados nas instituições parceiras ou fora da escola, com o intuito de discutir, a partir das experiências e saberes dos próprios participantes, temas presentes em seu cotidiano, tais como trabalho, violência, drogas, sexualidade, futuro emprego, entre outros, também fazendo uso de metodologias leves e práticas de cuidado, tendo a amorosidade como base e eixo norteador. Tem ainda a pretensão de realizar oficinais de carácter profissionalizante, e promover o protagonismo cidadão a fim de formar cidadãos críticos e conscientes.

### **Visitas domiciliares aos familiares**

São realizadas visitas domiciliares aos familiares dos estudantes com intuito de reflexão e produção do cuidado, utilizando a problematização e dinâmicas, no sentido de favorecer a transformação da realidade na comunidade escolar.

## Considerações finais

O EDUPFONO ainda é um projeto recente, com início em 2013, baseado inicialmente em uma perspectiva médico-preventivista, e após um ano de discussões, vivências, fóruns, estudos e ações, passou a sofrer transformações e reformulações em sua proposta, que foram repensadas por nós, três professoras universitárias em constante transformação. Por isso, enxergamos este projeto e este espaço como o lugar das considerações iniciais a respeito de nossa prática em extensão popular.

Um ano, logicamente, não é suficiente para fazer com que nos apropriemos de todos os conceitos, muito menos para que vivenciemos todas as experiências necessárias ou enxerguemos transformações reais nas comunidades. Temos consciência de que há muito a caminhar. No entanto, já podemos falar a respeito de duas transformações, a nossa e de nossos discentes. Nesse sentido, podemos ressaltar a visão de nossos extensionistas sobre suas transformações:

É muito gratificante ter a oportunidade de também ser transformada em um projeto de extensão universitária. Os bons resultados que são obtidos por meio da atuação com a comunidade escolar (alvo do nosso projeto) podem ser encontrados também na nossa formação e no nosso jeito de pensar, isto é, nós estudantes também somos transformados e impactados. (Camila Macêdo Araújo de Medeiros, extensionista bolsista do EDUPFONO)

O trabalho em conjunto ensina a viver em sociedade, estimula o respeito e o diálogo. E, sem dúvida alguma, essa forma de ver diferenciada, é um algo a mais para qualquer profissional, principalmente no âmbito da saúde. (Paula Luanna Carvalho de Oliveira, extensionista bolsista do EDUPFONO)

Claro que, para nos aproximarmos da EPS, algo em nós já indicava que a formação tecnicista que tivemos, nas quais aprendemos a reproduzir técnicas curativas e isoladas não estava dando conta dos reais problemas da sociedade. Também já carregávamos em nós a certeza que um olhar mais cuidadoso, e não patologizante ao outro é um diferencial que já carregávamos conosco. Fosse com pacientes que chegavam à clínica, com os estudantes que temos o desafio de formar para uma atuação profissional de qualidade, nas comunidades nas quais nos dispusemos a atuar, na padaria, no mercado ou em qualquer outro cenário que frequentamos.

A partir do momento - e não temos como dizer ao certo quando isso aconteceu em nossas trajetórias - que passamos a perceber os sujeitos envolvidos (comunidade escolar) como sujeitos ativos - passamos a praticar esse novo olhar não apenas durante nossa atuação profissional, mas também no nosso modo de viver.

Ao conhecer a Educação Popular, identificamo-nos com alguns pontos essenciais, um deles merece destaque: o respeito à diversidade do outro. Tal respeito é algo que levamos para e com a vida. O fato é que já acreditávamos e praticávamos o respeito ao próximo pelo diálogo e já sabíamos, de alguma maneira, mesmo que de forma intuitiva, que construir junto é um caminho viável e eficaz.

Quando nos percebemos entre iguais, ou melhor, entre diferentes que além respeitar todas as diferenças, as veem como possibilidade de engrandecimento, acreditamos que aquele era um bom lugar para se estar.

As ações do EDUPFONO com este olhar estão apenas começando. De qualquer forma, foi o olhar diferenciado para a saúde e para as comunidades que nos fizeram propor tais ações, e é bem

possível que, em algum momento, a comunidade, os professores, as crianças, os adolescentes, as famílias e as mudanças que este início promoverá, falem-nos que é o momento de novamente pensar em ações mais significativas. As ações propostas aqui são iniciais, nas quais acreditamos, mas temos consciência – e o desejo – de que estas não sejam permanentes, e que em algum momento, precisaremos revê-las. Isto vai significar que elas foram eficientes. Se os participantes e as necessidades mudarem, as ações também deverão mudar. Mas isto é assunto para um próximo capítulo...

## **Primeiros goles**

Comecei a beber há pouco tempo. Coisa de meses.

No início, meio acanhada. Afinal, todo mundo no boteco já podia ser considerado bebedor experiente. Já eram todos acostumados a entornar, virar o copo, sem moderação.

E eu, que nunca tinha provado da cachaça, de repente, cheguei lá pra beber também.

Comecei acompanhando suavemente. Ao meu ritmo, um gole de cada vez. Desde o início, ninguém nunca me reprimiu, se gabou por já beber muito, ou me excluiu por ainda estar começando. Ao contrário, todo mundo me incentivava a continuar.

Vinha um, enchia meu copo, sentava ao meu lado, me colocava na roda, e aconselhava: Vira!

Aos poucos, comecei a aumentar os goles, as doses. Comecei a aprender a beber – ainda tô aprendendo.

Ô cachaça boa!

Desce suave, com amorosidade. Na mesa o que não falta é diálogo, o boteco todo participa. Do dono, a gente como eu, que acabava de chegar. Todo mundo bebendo junto. E se discute, e se sorri.

No bar, os corredores são de cuidado, no final, sempre um abraço. E têm uns círculos, repletos de cultura. Não só se respeitam as diferenças, mas se aprende com elas. E uns visitam os outros, no aconchego das mais diversas casas.

É uma cachaça libertadora. E deve ser feita de algum ingrediente místico, porque você bebe e aprende a olhar, a escutar, a sentir, a agir e a ser.

E quanto mais a gente bebe, mais a gente reflete. E refletindo, muda. Transforma, e se transforma. Constrói junto, critica, emancipa, sonha e faz realidades. Todo mundo junto, todo mundo bêbado.

Ainda bem que comecei a beber. Encontrei a felicidade...

Tenho consciência que ainda sou bebedor amador – e assim quero continuar a ser – bebendo e amando, e amando beber.

Ao mesmo tempo, quero me tornar profissional da cachaça. Que, daqui a pouco, possa incentivar e ajudar outros, que acanhados como eu, vão chegar.

Quero gritar aos quatro cantos: vem beber com a gente, vem fazer parte dessa roda.

Mesmo que todo mundo diga que não. A vida na cachaça é para os que se permitem e se dão ao luxo de tirar o sapato, entrar no boteco e sentar no chão. Para os que têm vontade e coragem de ser e fazer diferente.

Mas, tem que ser dessa cachaça especial - **Educação Popular.**

Tô tonta, mas meu objetivo é me embriagar.

Bananeiras, 08.11.13.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Promoção da saúde:** Declaração de Alma-Ata, Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santafé de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede de Megapaíses e Declaração do México. 2<sup>a</sup>. ed. Brasília, 2001.

BUSS, P.M. **Uma introdução ao conceito de promoção da saúde.** In: Czeresnia, D. & Freitas C.M. (orgs). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 24<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIROTO, C.R.M. **A parceria entre o professor e o fonoaudiólogo:** um caminho possível para a atuação com a linguagem escrita. Tese (Doutorado em Educação). FFC – Unesp, Marília, 2006.

PENTEADO, R. Z.; SERVILHA, E. M. A. **A Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva:** compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. Distúrbio da Comunicação (São Paulo), v.16, n<sup>o</sup>.1,p.107-116, abr., 2004.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Escolas Promotoras de Saúde**. Washington, DC: OPAS, 1998.

PELICIONI, Maria C. F; TORRES, A. L; **Escola promotora da saúde**. Universidade de São Paulo. Saúde Pública: São Paulo, 1999.

LACERDA, Dailton Alencar Lucas de. Reorientando a atenção à saúde do trabalhador a partir da educação popular. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão & CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base na experiência**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011, p. 276-291.

PELICIONI, M. C. F. **Educação em Saúde e Educação Ambiental: Estratégias de Construção da Escola Promotora da Saúde**. São Paulo, 2000 [Tese de Livre Docência - Faculdade de Saúde Pública da USP].

PENTEADO, R.Z. **Escolas promotoras de saúde: implicações para a ação fonoaudiológica**. Rev Fonoaudiol Brasil, v. 2, n. 1, p. 28-37, 2002.

RELATÓRIO DA 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório final**. Brasília, 1986.

RIBEIRO, K. S. Q. S.; LACERDA, D.A. L. **Fisioterapia na comunidade: a extensão orientando o campo de práticas na formação**. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base na experiência. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

TAVARES, M. F. L. **Da saúde escolar à escola saudável: construindo espaços de promoção da saúde**. In: Zancan L, Bodstein R, Marcondes W B (Orgs.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em manguinhos-RJ. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ, 2002.

VASCONCELOS, Eymard Mourão (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.



**SAÚDE DO TRABALHADOR**  
a Educação Popular  
reorientando a formação  
na busca da integralidade  
na atenção à saúde

Dailton Alencar Lucas de Lacerda  
Iris do Céu Clara Costa  
José da Paz Oliveira Alvarenga  
Daniela Gomes de Brito Carneiro

## **Introdução**

As relações entre saúde e trabalho, desde o Século XIX, sofreram significativas transformações em seus aspectos conceituais e metodológicos, passando pela medicina do trabalho e pela saúde ocupacional, até chegar à saúde do trabalhador, que está inserida na saúde pública, com o papel de “prever o estudo, a prevenção, a assistência e a vigilância aos agravos à saúde relacionados ao trabalho” (BRASIL, 2001, p.13).

Em 1990, a Lei Orgânica da Saúde regulamentou dispositivos constitucionais sobre a saúde do trabalhador, na qual a atual Política Nacional de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde está inserida e propõe a redução dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho, por meio de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde. Suas diretrizes compreendem a atenção integral à saúde, a articulação intra e intersetorial, a construção da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), o apoio a estudos e a pesquisas e a capacitação da comunidade na gestão dessas ações (BRASIL, 2012).

Entretanto, a realidade se mostra contraditória, apesar de tudo o que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador assegura e do esforço de alguns setores e profissionais do serviço para o cumprimento

do que está regulamentado. O que se observa é uma sobrecarga de trabalho, falha no controle dos riscos aos quais os trabalhadores estão submetidos e a existência de profissionais de saúde formados na lógica do Modelo Flexneriano.

Segundo Almeida Filho, do ponto de vista conceitual, nesse modelo:

Reiteradamente, identificam-se diversos elementos (ou defeitos): perspectiva exclusivamente biologicista de doença, com negação da determinação social da saúde; formação laboratorial no Ciclo Básico; formação clínica em hospitais; estímulo à disciplinaridade, numa abordagem reducionista do conhecimento. Do ponto de vista pedagógico, o modelo de ensino preconizado por Flexner é considerado massificador, passivo, hospitalocêntrico, individualista e tendente à superespecialização, com efeitos nocivos (e até perversos) sobre a formação profissional em saúde. (ALMEIDA FILHO, 2010, p. 2235).

Diante dessa concepção, vê-se que, no cotidiano do processo de trabalho em saúde, vivencia-se o desenvolvimento de práticas profissionais centradas apenas nos aspectos biológicos do processo saúde-doença, restringindo a atuação do profissional de saúde ao cuidado com as estruturas e as funções corporais e psíquicas, num processo de fragmentação do sujeito que, conseqüentemente, não levam a uma atenção integral do cuidado.

Diante do exposto, urge que se façam mudanças nas práticas de atenção à saúde do trabalhador, na relação entre os profissionais e os trabalhadores, e, a importância de se criarem e implementarem programas que dirijam um olhar diferenciado à saúde do trabalhador. Nessa perspectiva, a existência de programas e de projetos que se ancoram ao processo de formação dos profissionais de saúde é cada

vez mais necessária para reorientar as práticas de saúde em busca da integralidade do cuidado. Assim, o Projeto de Extensão Popular “Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador” (PEPAST) se configurou como uma experiência vivenciada e construída a partir da necessidade de ressignificar o olhar da atenção no campo da saúde do trabalhador, buscando a integralidade como princípio norteador para a formação e a atenção em saúde, por meio de uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar.

## **O PEPAST: antecedentes históricos**

O Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (PEPAST) surgiu em 2006 e teve sua origem a partir de uma experiência anterior de extensão universitária vinculada ao Departamento de Fisioterapia (DFT) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB): o Programa de Fisioterapia do Trabalho - PROFIT - Grupo LER/DORT.

O PROFIT-LER/DORT foi criado em 1998, devido a uma solicitação do Programa de Referência Assistencial em Saúde do Trabalhador (PROSAT) do Núcleo de Saúde Coletiva (NESC) do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) da UFPB. O PROSAT era referência no atendimento de pessoas com agravos ocupacionais como LER/DORT, com sequelas neurológicas por intoxicação, entre outras, e recebia uma grande demanda de usuários que necessitavam de assistência fisioterapêutica ambulatorial.

Segundo seus coordenadores:

[...] é um projeto de extensão do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que desenvolve uma assistência especializada a pacientes portadores de LER/DORT. [...] é desenvolvido em 20 sessões de terapia em grupo, que ocorrem semanalmente, e consta de atividades informativas fornecidas aos pacientes, discussões coletivas e aplicação de técnicas de relaxamento e realização de exercícios terapêuticos, com orientação dos acadêmicos treinados para sua execução e sob a supervisão dos professores. A programação do grupo concentra-se em atividades informativas sobre o processo de adoecimento, fatores causais, agravantes e de melhora, o processo de trabalho, ergonomia, direitos previdenciários e trabalhistas, medicamentos e atividades práticas que desenvolvem o trabalho corporal, técnicas de autocuidado e de relaxamento (UFPB, 2005, p.4).

O atendimento individual de cerca de uma hora de duração era ambulatorial especializado, realizado na Clínica Escola de Fisioterapia da UFPB, três vezes por semana, e efetuado pelos extensionistas que já haviam cursado a disciplina Fisioterapia Aplicada à Ortopedia, Traumatologia e Reumatologia (OTR).

O atendimento coletivo era realizado semanalmente, com duas horas de duração, através do Grupo de Relaxamento e Qualidade de Vida. Incluía atividades informativas e discussões coletivas, seguidas da aplicação de técnicas de relaxamento e realização de exercícios terapêuticos, com orientação dos oito acadêmicos treinados para sua execução e sob a supervisão dos professores. Os exercícios terapêuticos eram realizados sem competitividade, respeitando-se o ritmo e as limitações de cada indivíduo. As atividades do grupo objetivavam identificar os riscos e as potencialidades de seu corpo, visando ao

autocuidado. Dados colhidos no próprio projeto ilustram a dinâmica das atividades coletivas:

O período de desenvolvimento do PROFIT-LER/DORT é de 20 semanas letivas, totalizando 5 meses de atendimento. Cada sessão da terapia em grupo, realizada semanalmente, possui 90 minutos de duração, sendo 60 minutos para informação, oferecida pelos professores e acadêmicos do programa e discussão entre os participantes do grupo, e 30 minutos para relaxamento estático e/ou realização de exercícios. As sessões são realizadas na sala de exercícios terapêuticos em grupo da Clínica Escola da UFPB. Cada grupo permite a participação de até 16 pacientes trabalhadores portadores de LER/DORT, que são encaminhados ao programa pelo PROSAT/HU e por outros setores (UFPB, 2005, p.12).

Os temas trabalhados em cada sessão eram pré-estabelecidos pelos professores e estudantes do projeto, trabalhados nas vinte semanas de seu cronograma, que equivalem ao semestre letivo. Eram: 1- Origem dos DORTs; 2- Prevenção dos riscos ergonômicos; 3- Sono; 4- Origem da dor na coluna; 5- Respiração; 6- Sistema locomotor I; 7- Sistema locomotor II; 8- Sistema locomotor III; 9- Sistema nervoso; 10- Controle motor; 11- Estresse e ciclo da dor; 12- Postura; 13- Orientações posturais para o trabalho sentado; 14- Orientações posturais para o trabalho em pé; 15- Aspectos legais; 16- Repensando a vida e o trabalho; 17- Tratamento; 18- Autocuidado; 19- Uso do Gelo; 20- Orientações gerais.

Esse projeto, ao longo do seu desenvolvimento, passou por um processo evolutivo, ampliando os olhares dos participantes quanto à relação do profissional com o usuário. Isso desencadeou a inserção das atividades do projeto no cotidiano da vida dos usuários no âmbito da comunidade, e não, apenas, no cenário focado na doença. Assim, fundamentando-se na Educação Popular como referencial teórico e

metodológico, aproximou-se do “Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF)” e passando por uma radical transformação, o que culminou na criação do Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador.

É válido ressaltar, no entanto, que o PROFIT – LER/DORT cumpriu seu papel ao atender a uma demanda específica de uma necessidade temporal e pontual de outro programa, o PROSAT/HULW/NESC, que já encaminhava os usuários agravados de LER/DORT e necessitados de assistência especializada em Fisioterapia.

Esse contexto aponta que o surgimento do PEPAST teve sua origem a partir de uma experiência ainda hegemônica na formação em saúde, em que a extensão está marcada pela prestação de serviços assistenciais, numa relação em que o saber científico determina as práticas da experiência, verticalizada entre os atores que dela participam, e em que “quem sabe mais” determina a condução de todo o processo. O diálogo é unilateral, e a construção é pouco participativa, principalmente dos sujeitos. A autonomia e o empoderamento desses sujeitos não aparecem, já que “não precisam” construir o que já está pronto e acabado. Refletem pouco sobre os determinantes que os levaram a tal situação, já que o objetivo principal é de tratar a doença e suas consequências.

Diante do exposto, discutiremos, ainda, sobre as potencialidades do PEPAST como um espaço de formação de atores com sensibilidade para atuar integralmente no campo da Atenção à Saúde do Trabalhador, na perspectiva da Educação Popular em Saúde.

## **Caminhos metodológicos**

Este artigo nasceu de um estudo do tipo qualitativo, com características e conformações coerentes com a perspectiva qualitativa

situada por Minayo (2004), para cujo desenvolvimento empregou-se a sistematização de experiência como principal estratégia metodológica para o alcance dos objetivos propostos. A sistematização de experiência foi empregada conforme os fundamentos estabelecidos por Holliday (1996) e serviu para verificar as condições do contexto em que se desenvolveu a experiência, bem como as percepções, as interpretações e as intenções dos diferentes sujeitos que intervieram no processo e os resultados esperados e inesperados que foram surgindo.

Considerando a participação ativa dos pesquisadores no processo de constituição da experiência em destaque, o presente estudo envolveu como técnica e base para apreensão de dados a observação participante, na medida em que foi oportunizada a inclusão de informações, avaliações e considerações somente constituídas no próprio desenrolar histórico e cotidiano da experiência em questão.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em se contextualizar a experiência através de revisões bibliográficas e de pesquisa documental, visando conhecer a conjuntura da experiência em seu crescente histórico, que é importante para produzirmos reflexões dialéticas e entendermos em que cenário se constituiu.

A fase exploratória da pesquisa foi composta pela apreensão dos significados dos sujeitos envolvidos na experiência (grupo focal). Participaram do grupo focal dez pessoas, cuja seleção foi intencional. Foram escolhidos os sujeitos que participavam mais ativamente do processo de constituição da experiência. Na medida do possível, no conjunto de atores com disponibilidade de comparecer à reunião presencial, foi feita uma amostragem para compor um grupo com diversidade de funções (estudantes, técnicos, professores e militantes de movimento social). Para o grupo focal, o roteiro teve temáticas previamente organizadas de acordo com as hipóteses do pesquisador e

alguns apontamentos presentes em seu diário de campo. O grupo focal foi registrado por meio de filmagem em câmera digital e de gravador de voz em MP4.

A participação dos sujeitos da pesquisa foi assegurada com a preservação de sua privacidade e de sua identidade. Antes de proceder à coleta das informações cedidas pelos sujeitos do estudo, o pesquisador explicou claramente os objetivos do estudo, expôs os instrumentos e entregou uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi lido e, de acordo com a posição dos sujeitos, assinado. Esta pesquisa se encontra em consonância com os preceitos que regem a Resolução nº196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos (BRASIL, 1996).

## **A Educação Popular em Saúde como estratégia metodológica**

O PEPAST fundamentou-se na Educação Popular em Saúde como referencial teórico e metodológico para todas as atividades pensadas e desenvolvidas. Segundo Vasconcelos (2001),

a Educação Popular [...] busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular [...] de modo que promova o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de lutas e enfrentamento” (VASCONCELOS, 2001, p.15).

Nesse contexto, a Educação Popular em Saúde (EPS) tem elementos que permitem repensar e reorientar práticas e saberes em saúde, transformando as relações entre serviços de saúde e a população, na direção da equidade e do fortalecimento dos sujeitos.

Promove mudanças nesse campo, pois ultrapassa a visão estritamente biológica predominante no campo da saúde e torna a postura do profissional perante a realidade socioeconômico-cultural mais crítica e comprometida com a sociedade. Além disso, provoca uma mudança metodológica, já que proporciona o diálogo com as pessoas, estimulando a participação popular (RIBEIRO, 2007).

Nos últimos anos, o perfil da formação em saúde vem se modificando para se ajustar ao atual modelo de saúde do país - o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos de extensão comprometidos com as demandas sociais da população brasileira e orientados pelos princípios fundamentais do SUS - universalidade, integralidade e equidade – surgem como experiências inovadoras que contribuem para reorientar a formação de novos perfis profissionais e consolidar o modelo de saúde almejado desde a Reforma Sanitária e institucionalizado pela Lei Orgânica de Saúde 8.080/90 (BRASIL, 1990).

Recentemente, a Educação Popular em Saúde também foi reconhecida como forte estratégia para reorientar as práticas de saúde com a aprovação do Conselho Nacional de Saúde da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, que afirma:

No campo da saúde a característica de práxis da Educação Popular, no sentido da ação-reflexão-ação, coloca-a como estratégia singular para os processos que buscam o cuidado, a formação, produção de conhecimentos, a intersetorialidade e a democratização do SUS. (BRASIL, 2012. p. 9)

## **O papel da Extensão Popular como um espaço de reorientação da formação**

A extensão, como um dos eixos da educação universitária, constitui-se como elemento indispensável como espaço formador. Articula com o ensino e a pesquisa os princípios da indissociabilidade, que são a dimensão maior da formação universitária.

Considerando que historicamente, de forma equivocada, a extensão tem sido colocada à margem do processo educativo em nível superior, em detrimento do ensino e da pesquisa, apresenta-se atualmente como um campo privilegiado de práticas e de saberes na construção de processos que colocam a universidade em estreita relação com a sociedade e de onde se podem potencializar as experiências tanto do ensino quanto da pesquisa, contextualizada na realidade social vigente.

Em um conceito atual, como aponta o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em seu Plano Nacional de Extensão publicado em 1999, a “Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2007, p.17). Entre as diferentes modalidades de práticas extensionistas, destacamos a Extensão Popular como uma potente estratégia para reorientar a formação universitária, pois, segundo Melo Neto, as práticas de Extensão Popular visam à construção de ações geradoras de autonomia, especialmente nos setores mais desfavorecidos da sociedade. Transpõem os muros institucionais e abrangem ações educativas em movimentos sociais e outros instrumentos organizativos da sociedade civil. Propõem mudanças na Universidade, numa perspectiva educativa democrática, libertadora e, por conseguinte, humanamente ética. (MELO NETO, 2006).

Considerando a intencionalidade do PEPAST de aproximar os estudantes universitários, futuros profissionais, da realidade da comunidade, buscando um comprometimento social e a autonomia dos trabalhadores para identificar e superar os determinantes do seu processo saúde-doença, podemos caracterizar o referido projeto como uma atividade de extensão popular, que contribuiu para ressignificar o trabalho na área de saúde.

### **Refletindo sobre a práxis e mudando as práticas**

Segundo Porto e Almeida (2002), a saúde do trabalhador, ao emergir como proposta acadêmica, política e institucional na saúde coletiva, promoveu algumas rupturas com as concepções hegemônicas envolvidas na temática saúde e trabalho, de caráter fortemente corporativo, e que estabeleciam um vínculo causal entre a doença e um agente específico (medicina do trabalho), ou entre a doença e um grupo de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho (saúde ocupacional). Os conceitos e as metodologias dessas últimas trabalhavam sobre reduções sustentadas numa concepção monocausal ou multicausal não estruturada, em que o trabalho é abordado através de sua especificidade etiológica simplificadora, ou seja, a doença clinicamente definida (LAURELL & NORIEGA, 1989 apud PORTO & ALMEIDA, 2002).

No ano de 2006, como já mencionado, o PROFIT – LER/DORT passou por modificações, inicialmente, em função do afastamento dos professores orientadores para processo de qualificação acadêmica. Assume, então, um novo coordenador-orientador para o projeto, com experiência anterior em atividades de extensão com forte vínculo na comunidade e identificado com a educação popular e a saúde. Essa mudança suscitou um importante debate entre os extensionistas sobre a possibilidade de reorientar a metodologia e as práticas do projeto.

Com ênfase na assistência especializada a agravados de LER/DORT e tendo como participantes apenas estudantes de Fisioterapia que já haviam cursado o sexto período e a disciplina ‘Traumaortopedia e Reumatologia’, essa nova etapa do projeto foi marcada por impacto, inquietações, dúvidas e intensas reflexões. A mudança gerou um conflito entre as diferentes percepções dos novos participantes e alguns extensionistas antigos, que trouxe para o debate vários questionamentos, tais como: reflexão sobre um modelo de atenção mais integral para os usuários; a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial, envolvendo outros parceiros do campo da saúde do trabalhador, como estudantes de outras áreas além da fisioterapia; a articulação com os Centros de Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) e as Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador (CISTs) em suas novas configurações, após a implementação da nova Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNST).

Houve também o debate a respeito da inclusão de participantes de outras instituições de ensino superior, além da UFPB, assim como o pensar sobre uma nova estratégia de orientação metodológica que permitisse uma relação mais dialógica entre os atores do projeto com a discussão de temas que englobem as diferentes linhas de cuidado da assistência à saúde do trabalhador, desde a atenção básica até a alta complexidade, bem como a possibilidade de ter a educação popular em saúde como eixo teórico-metodológico orientador.

Depois de diversas reuniões, debates e reflexões, surgiu a ideia de um novo projeto envolvendo mudanças estruturais e funcionais significativas que se adequassem às inquietações iniciais. Podemos perceber a dimensão dessas mudanças nas falas de dois participantes do grupo focal, que relatam:

[...] no início encontrei dificuldades. Cheguei a me afastar por um tempo. Talvez por ter entrado em um projeto pronto, o PROFIT LER/DORT. Em pouco tempo, tivemos que mudar praticamente tudo com o PEPAST. Mas foi todo esse trabalho que me fez perceber o quanto aprendemos com a mudança. [...]. Hoje trago comigo uma nova forma de cuidar e agir, decorrente das vivências no PEPAST. (E. L. estudante do 10º período de Fisioterapia da UFPB).

Confesso que não tinha ideia do que me aguardava quando resolvi provocar o grupo sobre a mudança no projeto. Propor metodologias ativas em um espaço tradicionalmente marcado por uma visão tecnicista, especializada, focada em uma doença, fruto da educação tradicional hegemônica na nossa instituição, foi realmente impactante. Pensei em desistir. Achei que ia ficar sozinho. Os debates eram tensos e as reações muito fortes por parte daqueles que relutavam em mudar. Mas aos poucos vários foram compreendendo a proposta, se sensibilizando e aderindo à mesma. Mas nem tudo estava claro... Como ainda não está. Mas estamos construindo. Juntos! (D.A.L.L., professor do PEPAST).

Nesse novo aspecto, o trabalhador/usuário estaria no foco de todas as ações, em uma atenção que envolvesse toda a complexidade do processo saúde-doença no campo da saúde do trabalhador, respondendo aos anseios da maior parte do grupo.

Assim, o projeto passou a admitir não só os usuários agravados e acometidos por patologias resultantes das atividades laborais, mas também aqueles que necessitavam de ações preventivas e promocionais em saúde, superando o enfoque dado apenas à doença, como explicita um dos sujeitos participantes desse processo:

“Não desistir de suas convicções.” Essa frase marcou pra mim esse período de mudança. Com tantos estranhamentos por parte de alguns, perguntas sem respostas concretas, incertezas no que haveria de acontecer, pessoas desistindo, outras só criticando negativamente, repercussão em todo o curso, enfim... Inúmeros foram os momentos que era mais fácil desistir. No entanto, era muito mais angustiante a ideia de abandonar a ideia de prestar uma assistência integral a esses trabalhadores que já levavam tanto sofrimento em suas bagagens. (J. L., estudante do 10º período de Fisioterapia da UFPB).

Começou, então, um intenso processo de mudança conceitual e metodológica. O grupo entendeu ser necessária a entrada de novos participantes de outras áreas para que se caracterizasse a interdisciplinaridade. Então, foi realizada uma seleção aberta para os alunos de todos os cursos da área de saúde e de outras áreas correlatas à saúde do trabalhador, como Engenharia de Produção, Serviço Social e Psicologia.

Inscreveram-se e foram selecionados estudantes de Fisioterapia, Enfermagem e Medicina, inicialmente. Em novas seleções, estudantes de outras áreas se interessaram e se inscreveram para o projeto: Serviço Social, Psicologia, Nutrição, Direito e Engenharia de Produção. Para surpresa do grupo, estudantes de outras universidades se inscreveram no projeto, o que caracterizaria a interinstitucionalidade. O depoimento seguinte ilustra esse momento:

[...] a ideia da entrada de um estudante de uma outra instituição [...] trouxe muito mais conflito do que eu poderia imaginar. [...] Qual a responsabilidade que esse estudante teria com relação ao projeto e à universidade? Apesar de tudo, dentro do PEPAST, pude encontrar um espaço de acolhimento quase que familiar. [...] Outra experiência [...] inestimável, foi ter acompanhado o

processo de crescimento e reorientação das práticas dentro do PEPAST, baseado no protagonismo, na troca de experiências, na valorização da história, da subjetividade, e da autonomia de todos os atores envolvidos na experiência. (J. A. Estudante do 5º período de Fisioterapia da Associação Paraibana de Ensino Renovado – ASPER)

Com as mudanças, surgiu também a necessidade de se buscarem novas parcerias com outros setores relacionados à saúde do trabalhador, como os do Controle Social, através de entidades que representassem os trabalhadores (Sindicatos e Associações), como a Previdência Social, a Delegacia do Trabalho, os CERESTs e outras Instituições de Ensino Superior (IES), traduzindo o caráter intersetorial e interinstitucional que está representado no campo da saúde do trabalhador.

Numa etapa posterior, o grupo entendeu que seria permitida a entrada de estudantes de quaisquer períodos desses cursos, considerando a importância do saber de cada um, em seu processo de aprendizagem a partir da experiência vivenciada. Aliás, seria mais fácil de construir um processo mais rico e contextualizado na nova lógica do campo da saúde do trabalhador com indivíduos “descontaminados” com a experiência tradicional de extensão universitária. Essa concepção está expressa neste depoimento:

Participar do PEPAST foi uma grande e única experiência. Entrei no projeto no início do meu curso, [...], com uma visão romântica de que toda a teoria dos livros e todas as leis escritas eram suficientes para resolver as demandas sociais. Enganei-me. [...] o projeto abriu meus olhos para perceber o quanto falho é o sistema que exclui, maltrata e desacredita as pessoas. Os problemas dos usuários com INSS, com direitos que teoricamente eles têm, mas não são respeitados pelos empregadores, fez-me refletir [...], e percebi as inúmeras injustiças passadas usuários.

Esses, [...] ensinaram-me coisas simples aplicáveis em todos os âmbitos da vida. (L. N. A., estudante do 1º ano do curso de Direito da UFPB).

Considera-se que a aproximação inicial com o Centro Macrorregional de Referência em Saúde do Trabalhador – João Pessoa (CEREST/JP) e o contato com a CIST foi outro marco importante no projeto. Portanto, transpor os “muros” da universidade coloca a extensão universitária em seu papel de proporcionar ao estudante um contato direto com os cenários reais de práticas e de reflexão crítica.

O envolvimento com esses novos espaços e o impacto que causava nos estudantes podem ser percebidos no relato que segue:

Inscrevi-me no PEPAST porque era, [ ] para mim, uma novidade já que se tratava de um projeto de extensão que envolvia vários cursos e que iria se preocupar com o trabalhador. Após o primeiro encontro no projeto, pude entender e perceber que a minha realidade estava completamente errada, apesar de trabalhar no INSS, nunca tinha visto o outro lado. O lado do trabalhador. Pois todo o meu trabalho era contestar os pedidos feitos pelos trabalhadores na justiça. No papel, o direito é muito lindo, mas vendo aquela realidade, o meu “mundinho” caiu... Naquela hora realmente vi que ainda tinha muito que aprender. (J. F. de B., estudante do 4º ano do curso de Direito da UFPB).

## **Aspectos metodológicos e cenários de ações**

Como estratégia para ações integrais na atenção à saúde do trabalhador e caracterizando o princípio da interdisciplinaridade, próprio dessa prática extensionista, o PEPAST é formado por estudantes de diversas áreas que envolvem o campo da saúde do trabalhador, que estiveram ou estão em atividade, sob a orientação de um professor da área de saúde coletiva e do trabalhador.

Os cenários de práticas envolvem a Atenção Básica em Saúde, na Comunidade Maria de Nazaré, situada na periferia da zona sul de João Pessoa, em parceria com a Unidade de Saúde da Família daquela localidade, vinculada ao Distrito Sanitário (DS) II. É desenvolvido em parceria com diversos projetos de extensão da UFPB que ali atuam, como o Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família, o Projeto Fisioterapia na Comunidade, o Projeto para Além da Psicologia Clínica, o Projeto Saúde Bucal na Comunidade e o Projeto de Assistência em Enfermagem a Puérperas e Gestantes na Comunidade.

Na média complexidade, as ações se desenvolvem na rede assistencial de referência em saúde do trabalhador do município, como o Centro de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (CAIS) de Mangabeira, vinculado ao Distrito Sanitário III e ao Centro de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (CAIS) de Jaguaribe, vinculado ao Distrito Sanitário I. Os CAIS configuram-se como “Unidades Sentinela” em Saúde do Trabalhador para LER/DORT, pneumoconioses e dermatoses ocupacionais, além de intoxicações por agrotóxicos.

Outro cenário de prática é o Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de João Pessoa (CEREST-JP), onde ocorrem as atividades com o grupo de usuários agravados de LER/DORT, herança do PROFIT-LER/DORT, denominado Grupo Operativo Interdisciplinar de Saúde do Trabalhador (GOIST). Participam do GOIST, além dos estudantes e do professor do projeto, representantes da equipe do CEREST. Na Clínica Escola de Fisioterapia da UFPB, são realizados atendimentos especializados aos usuários desse grupo que necessitam de assistência individualizada.

O relato da gestora-coordenadora do CEREST/JP ilustra a relação do projeto com esse espaço:

O maior diferencial entre os que trabalham com a vertente da Saúde do Trabalhador [...] é o entendimento de que o trabalhador, o usuário, ele é sujeito do processo de discussão da sua saúde. Essa inclusão traz um importante espaço de conhecimento e troca de saberes e práticas, e que hoje aqui no CEREST/JPJ. [...] o PEPAST vem possibilitando essa inter-relação com vários atores sociais, alunos, trabalhadores/usuários, professores, técnicos de saúde. Nos encontros semanais desse grupo, se constrói conhecimento a partir da reflexão de elementos problematizadores colocados na roda, demandados pelos vários segmentos ali presentes e tornou-se um espaço de vínculo, confiança e respeito entre os pares, os quais demonstram no coletivizar dos seus sentimentos a importância do “fazer parte de”. (C., Gestora-Coordenadora do CEREST /JP).

## **Planejamento e organização do PEPAST**

O PEPAST se organizou, principalmente, através de reuniões. As reuniões internas do projeto foram divididas em: teórica, organizativa e de avaliação. As teóricas objetivam fundamentar as ações através de discussões de textos previamente selecionados coletivamente pelos integrantes, envolvendo temas relacionados à dinâmica do projeto, como: Educação Popular em Saúde, Saúde do Trabalhador, Direitos Trabalhistas, Direitos Previdenciários e SUS. As reuniões organizativas tiveram a finalidade de planejar, discutir e sistematizar as experiências. Já as de avaliação, o intuito de promover a reflexão dos integrantes em relação às atividades que estejam sendo desenvolvidas no projeto e, se necessário, reorientá-las.

Sobre esse aspecto, veja-se o que diz um dos extensionistas do PEPAST:

[...] nas reuniões planejamos nossas ações e avaliamos nossas atividades. [...] é um momento para trocarmos ideias e fundamentarmos nossas práticas. É o momento que compartilhamos nossas angústias e alegrias. É momento de expor nossas expectativas [...] o espaço da subjetividade. (J. L., estudante de Fisioterapia).

Oficinas e dinâmicas são atividades realizadas de acordo com a demanda do grupo, com a proposta de construir um pensamento crítico e procurar incorporar novas estratégias de educação em saúde e comunicação, que têm como sujeitos e parceiros tanto a população trabalhadora usuária quanto os profissionais dos serviços, professores, acadêmicos e instituições.

Caso o trabalhador agravado, vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho, necessite de assistência participante das atividades do projeto, era encaminhado ao CEREST/JP, avaliado pela equipe multiprofissional e referenciado de acordo com suas necessidades. Quando encaminhado ao PEPAST, era acolhido no GOIST e inserido no programa assistencial de que precisa. Os usuários antigos, agravados de LER/DORT, continuavam a receber assistência fisioterapêutica na Clínica Escola de Fisioterapia da UFPB pelos acadêmicos/extensionistas de Fisioterapia, em parceria com os acadêmicos da disciplina ‘Fisioterapia Aplicada à Saúde do Trabalhador’, do Curso de Fisioterapia da UFPB, objetivando manter o processo assistencial em curso.

Outra atividade sugerida pelos usuários do grupo foi um trabalho terapêutico interdisciplinar em piscina, realizado na Clínica Escola de Fisioterapia da UFPB, onde todos os participantes (usuários, estudantes e professor), em um espaço acolhedor de atividades e dinâmicas integrativas, realizam “rodas de conversas hidroterapêuticas” uma vez por semana. O relato desse usuário do GOIST é revelador nesse sentido:

Possuo hérnia de disco desde fevereiro de 2002 e em outubro desse mesmo ano fui encaminhado pelo PROSAT ao projeto, e participo até hoje. O projeto é muito importante para mim porque me ajudou no acompanhamento da doença, assim como na parte psicológica, através dos debates e da escuta. (**S. do N**, usuário, mecânico de manutenção industrial).

O GOIST foi uma das principais atividades do projeto, que envolveu a todos (usuários, estudantes, professores, parceiros do CEREST, facilitadores convidados), semanalmente, em uma animada “roda de conversa” temática, onde os princípios da educação popular e saúde são colocados em prática, como o diálogo horizontal, escuta qualificada, troca de saberes, dinâmicas e vivências que animam o grupo. Os depoimentos a seguir reforçam essa afirmação:

Aprendemos muito com eles, não apenas assuntos ligados ao temas, mas sim, como nos tornar futuros profissionais com um olhar diferenciado pra cada pessoa e situações que possam surgir. (**L. V.**, estudante do 6º período de Enfermagem na UFPB).

[...] criamos vínculos, e somos um grupo forte ligado pelo amor e pela esperança de um futuro melhor, no qual as pessoas sejam mais valorizadas em sua essência e no qual os profissionais possam perceber essa essência e respeitá-la. (**L. N. A.**, estudante do 1º ano do Curso de Direito da UFPB).

Os temas surgiam a cada encontro de acordo com as sugestões dos usuários. Podemos citar alguns dos trabalhados, a saber: dor; sofrimento; exclusão social; qualidade de vida e saúde; direitos trabalhistas e previdenciários; Educação Popular em Saúde; mudanças de atitudes; nutrição e alimentação saudável; reabilitação profissional; segurança do trabalho; o controle social e as conferências de saúde; fitoterapia; os direitos do trabalhador e o papel da Defensoria Pública da União;

assédio moral, o papel da família no acolhimento do usuário agravado; prevenção do estresse no cotidiano do trabalhador, educação, direito e cidadania no mundo do trabalho; a saúde e a postura corporal no trabalho: implicações ergonômicas.

Esse espaço de vivência e de construção coletiva estimularam e aguçaram a percepção dos atores envolvidos sobre a importância do enfrentamento cotidiano das demandas do mundo do trabalho. As atividades do GOIST são finalizadas com dinâmicas, orientações práticas, reflexão, bem como outras ações, que promovam a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. A potencialidade desse grupo pode ser vislumbrada na fala de um estudante de Medicina participante do Projeto:

Com o trabalho em grupo, junto aos trabalhadores, aprendi a respeitar o limite, a fala e a dor de cada pessoa que, para conquistar os seus direitos à saúde, ao trabalho e a vida, deve superar qualquer tipo de adversidade existente. (L. N., estudante do 5º período de medicina da UFPB).

## **O PEPAST - Contexto atual**

Atualmente, o PEPAST se reconhece como uma atividade extensionista focada na atenção à saúde do trabalhador, numa perspectiva de abordagem integral, interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, centrada no usuário/sujeito. Procura estabelecer vínculos e incentiva a construção coletiva da experiência; desenvolve estratégias de promoção em saúde do trabalhador através de ações educativas em espaços dialógicos; estimula o protagonismo estudantil e o planejamento participativo; fomenta, através da experiência problematizada, o embasamento teórico e a sistematização e a produção de trabalhos acadêmicos, articulando a extensão-ensino-pesquisa nesse espaço.

Também se apropria dos conceitos e dos marcos teóricos da Saúde Coletiva, contextualizando-a no campo da Saúde do Trabalhador e sensibiliza os atores envolvidos nesse processo (usuários, estudantes, e professores) para o cuidado em saúde orientado pelos fundamentos da Educação Popular em Saúde, aproximando práticas e saberes (popular e científico) na busca por superar a doença. Pretende possibilitar a compreensão dialética do processo saúde-doença, seus determinantes e condicionantes, e permitir aos estudantes e professores uma reorientação na formação em saúde de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde e da Educação Popular.

Mais recentemente, o PEPAST tem passado por outras modificações em sua estrutura e organização. A principal delas foi sua progressão para a modalidade *programa de extensão*, através do Programa Educação Popular e Saúde do Trabalhador (PEPST). Com o PEPST, o PEPAST pôde também progredir articulando-se nacionalmente com o Projeto Vidas Paralelas – PVP - na tentativa de ampliar suas ações em consonância com suas Diretrizes Nacionais, tornando-se, assim, o PVP – Saúde do Trabalhador.

## **Considerações finais**

O PEPAST, em seu processo de construção e de caminhada, apontou para outras perspectivas. Sua inserção na Atenção Básica em Saúde contribuiu para ampliar a compreensão do campo assistencial em Saúde do Trabalhador do município de João Pessoa-PB. A parceria com a Equipe de Saúde da Família da USF M<sup>a</sup> de Nazaré permitiu a construção de ações em que o diagnóstico da situação de saúde dos trabalhadores desse território serviu de campo de práticas e de saberes nessa linha de cuidado.

A vivência na comunidade foi uma experiência singular na perspectiva de se compreender a realidade concreta daqueles que vivem em situação socialmente desigual, em seu cotidiano, sem “maquiagens” ou disfarces. Coloca os extensionistas em contato direto com as “tragédias” dos desprovidos de direitos sociais; traz reflexões sobre o direito à saúde, ao trabalho digno, à moradia e à cidadania; traduz a dimensão ampla e subjetiva do cuidado em saúde, que não é vista nas salas de aula tradicionais da formação universitária, apesar de ser tão importante para formar profissionais da área de saúde mais humanizados e comprometidos socialmente.

Por meio da articulação com diferentes projetos de extensão, os estudantes puderam entender, na prática, os significados de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e integralidade, de tão difícil tradução nos compêndios da Academia.

O espaço intersetorial das CISTs é um local privilegiado para se compreender a dimensão multifacetada da saúde do trabalhador. O Projeto, como parte institucionalmente desse Comitê, com um assento formal nas CIST/JP e CIST/PB, pôde contribuir para o debate sobre a importância do papel educativo desse fórum para a compreensão dos direitos à saúde do trabalhador. Fruto dessa inserção tem sido a busca por ações conjuntas de vigilância em saúde do trabalhador nos locais de trabalho, no sentido de assegurar os direitos desses trabalhadores envolvidos.

Reflete-se, portanto, que, apesar dos avanços já visualizados, ainda há um longo caminho a seguir, através do PEPST, que deverá perseverar com paciência, com sensibilidade, com os ouvidos bem abertos para uma escuta qualificada, com a visão ampliada de saúde integral e com o paladar apurado para saborear as palavras do cuidar.

## Referências

ALMEIDA FILHO, N. Reconhecer Flexner: inquérito sobre produção de mitos na educação médica no Brasil contemporâneo. **Rev. Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v.2 6, n.12, p.2234-2249, dez. 2010.

BRASIL. Gabinete da Presidência da República. Diário Oficial da União. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: DOU, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: CONEPS, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução nº196/96**. Versão 2012. Aprova as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CONEP, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Saúde do trabalhador**. Brasília: DAPE, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: SAJ, 1990.

FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Coordenação Nacional do FORPROEX. **Extensão universitária: organização e sistematização**. Org.: Edison José Corrêa. Belo Horizonte: CNFORPROEX, 2007.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão popular**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PORTO, M. F. de S.; ALMEIDA, G. E. S. de. Significados e limites das estratégias de integração disciplinar: uma reflexão sobre as contribuições da saúde do trabalhador. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p 335-347, 2002.

RIBEIRO, K. S. Q. S. **Ampliando a atenção à saúde pela valorização das redes sociais nas praticas de educação popular em saúde**. Tese (Doutorado) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2007.

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Fisioterapia. **Programa de Fisioterapia do Trabalho – PROFIT LER/DORT**. Jerônimo Alencar (Coord.), Maria Cláudia Gatto Córdia (Colab.). Programa Bolsa de Extensão – PROBEX – UFPB. João Pessoa, 2005.

VASCONCELOS, Eymard Mourão (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.

# SIGNIFICADOS DA ARTE E DA CRIATIVIDADE NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM SAÚDE

Daniela Gomes de  
Brito Carneiro



A presente proposta de estudo foi construída a partir da participação da autora em experiências de Extensão em Educação Popular na Universidade Federal da Paraíba, tanto como estudante de graduação, quanto como nutricionista, dando apoio aos projetos nessa linha e facilitando o seu desenvolvimento. A partir dessas vivências, a preocupação central deste texto é traçar alguns elementos que nos ajudem a compreender os significados pedagógicos da arte e da criatividade na formação estudantil, conforme se desenrola nos espaços extensionistas orientados pela Educação Popular.

Durante a graduação em Nutrição, na Universidade Federal da Paraíba, tive a oportunidade de participar de experiências de promoção da saúde comunitária mediatizadas pela Educação Popular, por meio de dois projetos de Extensão: o Projeto de Educação Popular e Saúde da Família (PEPASF) e o Projeto Práticas Integrais de Nutrição na Atenção Básica (PINAB). O primeiro, por cerca de 10 meses, e último, de dois anos. Tais experiências me possibilitaram um encontro com o que eu avaliava ser a minha visão de mundo: cada ser humano precisa estar conectado com sua história e ser comprometido com ela. Através da amorosidade, do diálogo e do respeito ao outro, o ser humano deve se relacionar com os outros, na tentativa de construir uma nação mais justa, solidária e respeitosa. Nesse sentido, para mim, foi novidade perceber que grupos de profissionais de saúde defendiam essas atitudes como fundamentais no processo de trabalho em saúde.

Ao longo das várias atividades e experiências de que participei em cerca de três anos, entre as diversas apresentadas pelos projetos de extensão, chamou-me a atenção não apenas o que esses projetos faziam, mas também como faziam. A interface com a arte, por meio do uso de dinâmicas, místicas, músicas, teatro e outras tantas facetas de atividades criativas, fizeram-me pensar que era isto que eu queria para mim: trabalhar com saúde seguindo os preceitos da Educação Popular, visando contribuir com a construção de iniciativas desveladoras de novas sociabilidades no agir em saúde (BATISTA, 2004).

Foi assim que descobri na Educação Popular um caminho para construir a atuação profissional em saúde, de forma a trabalhar com a subjetividade das pessoas, que é um elemento sobremaneira importante no processo de sensibilização/reflexão e, conseqüentemente, na construção da consciência crítica dos sujeitos.

Concluí a graduação em 2009 e participei de espaços de trabalho, como a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e a Coordenação Acadêmica do Centro de Ensino, Pesquisa e Inovação (CENPI). Todavia, a oportunidade de desenvolver espaços pedagógicos pautados pela Educação Popular de modo intenso continuava a me interessar. Diante de dificuldades em aplicá-la nos espaços de trabalho citados, voltei, voluntariamente, para o Projeto de Extensão PINAB.

Atuando, agora, como profissional de saúde e apoiando a coordenação do Projeto na orientação dos estudantes e dos processos de ação comunitária em Educação Popular, pude confirmar uma reflexão que cultivava desde minha atuação estudantil. Percebia que o PINAB não explorava, de modo consistente, a dimensão da arte e da criatividade em suas práticas pedagógicas. Isso também acontecia em outros projetos de extensão que, mesmo timidamente, conheci como estudante.

Em que pese a persistência de tal lacuna nos últimos anos, constatei que, a partir de 2012, havia avanços no âmbito dos projetos de Extensão Popular da saúde na UFPB, especialmente pela aproximação com um novo projeto, cuja ênfase está no cuidado em saúde através da arte e da criatividade - o PalhaSUS (COSTEIRA, 2010). Esse Projeto articula ações de cuidado em saúde em espaços hospitalares e comunitários, com iniciativas pautadas pela valorização das dimensões da alegria, da amorosidade, da emoção e da humanização, com base nas inspirações teórico-metodológicas do Dr. Hunter “Patch” Adams e do Sociodrama e Psicodrama. No mesmo caminho, vem ocorrendo, desde 2010, uma série de encontros dos extensionistas dos projetos com as experiências da Cenopoesia, a qual constitui uma abordagem construída por Ray Lima (LIMA, 2013) e por sujeitos do Movimento Popular Escambo Livre de Rua, o que se configura como uma perspectiva metodológica que une o teatro, a poesia e a música, articulados aos movimentos sociais populares e comprometidos com a construção de processos educacionais cujos elementos essenciais são a arte, a cultura popular e a criatividade.

Nos últimos anos, a Cenopoesia serviu de referencial para a construção de processos de Educação Popular em gestões públicas, como em Fortaleza – CE, no ‘Projeto Cirandas da Vida’ (DANTAS, 2013). Ademais, vem possibilitando a mobilização e a articulação das práticas de Educação Popular em Saúde no Brasil, através de atividades, de dinâmicas, de místicas, de rodas de conversa e de círculos de cultura desenvolvidos em encontros por todo o país (LIMA, 2013). Seu protagonismo na construção das atividades de educação em saúde tem sido um dos principais caminhos para a construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (BRASIL, 2012) e gerou uma publicação do Ministério da Saúde (LIMA, 2013), voltada para os profissionais do SUS.

No recente processo de fortalecimento da articulação entre diferentes projetos de Extensão em Educação Popular, no setor saúde da UFPB, o que se deu através da criação do Programa de Educação Popular em Saúde, a Cenopoesia tem sido uma das principais prioridades de formação e aprimoramento pedagógico dos corpos docente e discente desses projetos, de modo a incorporar, em suas práticas, a arte e a criatividade, articuladas aos processos pedagógicos no campo da promoção da saúde, conforme destaca Cruz (2012, p. 2013). Todavia, esse processo ainda é recente e carece de mais compreensão e explicitação acerca de seus aspectos pedagógicos e das contribuições no âmbito das iniciativas de Extensão em Educação Popular, especialmente no tocante aos seus significados para a formação dos estudantes envolvidos. Assim, questiona-se: *quais significados a arte e a criatividade podem agregar à formação universitária nas práticas da Extensão em Educação Popular?*

Considerando que os Projetos de Extensão em Educação Popular na UFPB são uma referência em âmbito nacional, especialmente no tocante ao delineamento de caminhos para a formação de seus estudantes, acreditamos ser fundamental estudar esse novo processo que vem sendo desvelado no interior dessas práticas, na perspectiva de compreender bem mais outros possíveis caminhos e abordagens pedagógicas para a formação estudantil universitária, conforme brotam no cotidiano e na construção dessas experiências.

## **A formação em saúde e a Educação Popular**

Influenciados pelas bases das orientações curriculares sistematizadas por Flexner (ALMEIDA FILHO, 2010) no início do Século XX, os Cursos de Graduação na área de saúde, historicamente, formam profissionais voltados para a concorrência do mercado e habilitados

tecnicamente a cuidar da saúde das pessoas, enxergando as patologias e os procedimentos em lugar das pessoas e suas vidas, portanto, uma prática profissional puramente tecnicista e biologicista. Para Vasconcelos (2011), esse modelo decorre de uma visão de mundo segundo a qual o universo é encarado como um mecanismo gigantesco que funciona segundo princípios bem definidos.

O mistério não existiria: há problemas e desafios. Todos os problemas podem ser claramente formulados, investigados e resolvidos se houver investimento e tempo para pesquisas feitas dentro desse modelo de investigação. A Medicina decorrente dessa visão da realidade é materialista, mecanicista e organicista. A doença é vista como um mau funcionamento dos mecanismos biológicos, estudados do ponto de vista da biologia celular, da bioquímica e das leis da física (VASCONCELOS, 2011, p. 363).

Inserida como importante componente para a reforma dos currículos dos Cursos de Graduação encontra-se a Extensão Popular que, segundo Melo Neto (2006), configura-se como um trabalho social útil, com possibilidades de experimentar uma práxis que elabore um conhecimento acadêmico capaz de gerar outra visão de mundo, ancorado à realidade e à troca de saberes sistematizados acadêmicos ou populares (MELO NETO, 2006).

A Extensão Popular é uma perspectiva da extensão universitária pautada pelos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, que, segundo Vasconcelos (1997), é um modo de participação de agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde e outros) no trabalho político. Ela busca desenvolver pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e de investigação sobre o modo de promover o crescimento da capacidade de análise crítica

sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e de enfrentamento (VASCONCELOS, 1997).

A Educação Popular surgiu como um movimento de educadores que trouxeram para seu âmbito profissional e militante teorias e práticas que passaram a se então se chamar de cultura-popular e se considerou como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigente. Inicialmente, aconteceu como uma primeira experiência de educação com as classes populares e, sucessivamente, teve o nome de educação de base e educação libertadora. No Brasil, surgiu como Educação Popular no começo da década de 60 (BRANDÃO, 2006).

Na Paraíba, há um reconhecimento, em nível nacional, da experiência em atividades e projetos de Extensão Popular, como ressalta Melo Neto (2011), quando afirma que, mesmo considerando as diversas experiências de Extensão Popular pelo Brasil, na Paraíba foi mais radical, porquanto os estudantes extensionistas conduziam-se para as dimensões políticas da vida social e buscavam incentivar as pessoas a transcenderem suas difíceis situações de vida a partir de si mesmas (MELO NETO, 2011)

## **Arte e criatividade na formação em saúde: algumas reflexões**

Há um consenso de que a extensão popular, historicamente, permite outra forma de ensino e outra de pesquisa que destoam do modelo de ensino e pesquisa hegemônico nas Academias do Brasil. Orientada pelos princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, a extensão popular valoriza o saber de todos e todas, o que inclui

estudantes, professores e os que não estão na Academia, mas se inserem nela através das ações da extensão popular.

Da mesma forma, na extensão popular, não há regras de condutas a serem seguidas com posturas, falas e prescrições pré-estabelecidas, que moldam todos os sujeitos em uma mesma forma. Há, sim, uma ética a ser adotada, que prega o respeito ao outro, a motivação na busca do “ser mais” e a construção de uma sociedade pautada na horizontalidade de relações, na democracia, na tolerância às diferenças e na justiça. Para tal, algo comum em todas as práticas da extensão popular, no Brasil, é a inserção dos estudantes universitários, cuja maioria é oriunda das classes médias no meio popular. Nos projetos de extensão popular em saúde da Universidade Federal da Paraíba, percebe-se o mesmo princípio, sendo que o campo de atuação é o território adscrito de Unidades de Saúde da Família, que representam, no Sistema de Saúde do Brasil, a Atenção Básica em Saúde. Essa preferência se justifica porque, para se construir uma sociedade justa e igualitária, como propõe Paulo Freire, é necessário que o oprimido, representado nas classes populares, tome consciência crítica de sua realidade e se empodere de ferramentas para transformá-la. E um dos objetivos da extensão popular, como um projeto que adquire conceitos e formas de fazer próprias, é de colaborar com a formação universitária, no sentido de formar profissionais de saúde comprometidos com a construção dessas novas sociabilidades e com a luta do povo por um Sistema de Saúde que seja coerente com o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, em que saúde é entendida como um “direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

Assim, a partir da inserção dos estudantes universitários no universo popular e da constante reflexão sobre as ações desenvolvidas

nesses territórios, há uma mudança na forma de ver o mundo em que se vive e na forma de se relacionar com todas as pessoas. Os egressos da extensão popular e os da saúde já demonstram posturas mais acolhedoras, críticas, maduras, tranquilas e de luta pela garantia dos direitos constitucionais de todos e todas. No entanto, seria somente a inserção desses estudantes no universo popular a responsável por tantas transformações em sua transformação pessoal e profissional? A partir de vivências em algumas experiências da extensão popular, pode-se apontar para uma dimensão potente desse processo educativo: *a criatividade e a arte*.

A criatividade é dimensão importante no fazer em Educação Popular. Rosas (2007) pontua que, ao longo da história, seu conceito vem sendo significado e ressignificado. Ela é compreendida, nesse percurso, como inerente à condição humana. Na obra “*Educação como prática da liberdade*”, Freire (1967) coloca a criatividade como uma “*vocação ontológica humana*”. De acordo com Rosas (2007, p. 3),

para Freire (1967), a criatividade reside na condição humana de pensar e agir criticamente; de refletir para tomar decisões conscientes e comprometidas com outros, com as relações que constroem com o mundo e de onde capta os elementos de sua existência. Sem perder de vista a dimensão razão, propõe que a afetividade seja mediadora às decisões que homens e mulheres tomam, justamente por entender que a capacidade humana de amar seja essencial às relações que constroem. Amorosidade vai constituir-se em vocação ontológica condicionadora da ação criativa. (ROSAS, 2007. pg. 3)

A linguagem da arte tem estado presente em diversas ações de atores e atrizes populares na dimensão da saúde por diversos estados do Brasil. Porém, há de se optar pela concepção de arte com a qual se

quer dialogar. Nesse contexto, concordamos com Vera Dantas (2012), que compreende a arte como um espaço de criação, para que seja possível transcender, produzir sentidos e contribuir para a prática de atos que ultrapassam limites e transformam realidades. É uma dimensão que potencializa a criatividade, “capaz de realizar a suspensão crítica em que se promove a reflexão das ações – situações vividas e se favorece a escuta em rede da experiência coletiva.” (DANTAS, 2012. P. 51).

No contexto de trabalhos sociais que constroem processos educacionais através de interfaces com a Arte e a Criatividade, a Cenopoesia vem ganhando destaque no cenário nacional. Para Nascimento (2008), ela nasce da necessidade que a própria arte contemporânea tem de dialogar e interagir com inteligência e respeito às mais diversas formas de linguagem com o outro, o que consideramos uma carência também humana. Diz, ainda, que, se pudéssemos considerar a arte como um lugar de encontro do ser com suas múltiplas possibilidades criativo-inventivas, de ensinar e aprender, refletir e agir com e sobre o mundo, a cenopoesia seria o lugar de encontro das linguagens com todas as suas capacidades dialógicas, transitivas e infinitamente expressivas, transformadoras e autotransformadoras de criadores e criaturas; dos praticantes e do mundo onde nascem, vivem, morrem ou se perpetuam os homens pela força de suas artes (NASCIMENTO, 2008).

No prefácio da mais recente obra sobre a Cenopoesia, ‘*De sonhação a vida é feita, com crença e luta o ser se faz*’, Cruz (2013) adjetiva essa reflexão como uma reflexão provocante e que a reflexão trazida pela cenopoesia é

amorosa e cheia de diálogo, incentiva um olhar criativo de nós sobre nós mesmos – nossa existência no mundo e o que seguimos produzindo, construindo, articulando, conservando, transformando e testemunhando. (CRUZ, 2013. pg.16)

Todas essas ilustrações acerca da criatividade e dos elementos da Cenopoesia nos levam a relacionar tal metodologia com o pensar e agir das práticas de educação popular na extensão universitária. Recentemente, iniciativas articuladas com a arte e a criatividade vêm colaborando com as atividades de Extensão em Educação Popular no âmbito da saúde da UFPB, como, por exemplo, a Cenopoesia, trazida por alguns parceiros externos às vivências da extensão popular da Paraíba, mas parceiros do campo da Educação Popular.

Certamente, não é possível dizer quando e como houve a inclusão das expressões artísticas na extensão popular em saúde, mas se pode afirmar que, atualmente, ela está presente em grande parte das atividades da extensão, seja por meio do uso de músicas, de danças, de cirandas, de esquetes teatrais, de produção de literaturas de cordéis e poesias, seja por atos trazidos pela cenopoesia e pelas caras pintadas dos palhaços cuidadores do PalhaSUS, o qual Costeira (2010) fundamentou.

Talvez essa dimensão do uso da arte na extensão seja facilitada pela possibilidade e incentivo ao potencial criativo dos estudantes extensionistas, uma vez que os professores coordenadores dos projetos de extensão popular acreditam que os próprios estudantes podem resolver os conflitos e pensar e refletir sobre suas práticas e engendrar-se no processo formativo de educadores populares. Além disso, o profundo respeito ao outro que permeia esses espaços dá liberdade suficiente aos estudantes para que eles se expressem da maneira que julgarem necessário nas diferentes atividades da extensão.

## **Considerações finais**

É difícil dizer se essas expressões artísticas são facilitadas pelo incentivo à criatividade ou se a criatividade é incentivada por elas. O que é possível ensaiar dizer é que a possibilidade constante

de se utilizarem expressões artísticas certamente colabora com o encantamento que alguns estudantes experimentam ao adentrar a Extensão Popular, além da possibilidade de facilitar, por meio dessa dimensão, a capacidade desses estudantes de expressarem seus pensamentos, desejos e inquietações de forma leve, intensa, verdadeira e exercitar constantemente o seu potencial criativo para que se tornem profissionais capazes de lidar com as adversidades encontradas no trabalho em saúde de forma leve, autêntica e criativa.

## **Referências**

ALMEIDA FILHO, N. Reconhecer Flexner: inquérito sobre produção de mitos na educação médica no Brasil contemporâneo. **Rev. Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v. 26 n. 12, p. 2234-2249, dez. 2010.

BATISTA, M. do S. X. **Movimentos Sociais e Educação Popular: construindo novas sociabilidades e cidadania.** In: **Anais VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais** (Coimbra, 2004).

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular.** Editora Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde.** Brasília: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2012.

COSTEIRA, A. A. de M. F. **I Oficina do riso do Curso de Medicina.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: [s.n.]. 2010.

CRUZ, P.J.S.C. **Cenopoesia e Extensão Popular: um (re) encontro amoroso e crítico para a mudança da formação universitária e de seu compromisso social (Prefácio).** In: LIMA, R. **De sonhação a vida é feita, com crença e luta o ser se faz: roteiros para refletir brincando: outras razões possíveis na produção de conhecimento e saúde sob a ótica da Educação Popular.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

DANTAS, V. L. A. Tese de Doutorado. **Dialogismo e Arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas cirandas da vida em Fortaleza-CE**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/handle/123456789/3282>. Acesso em: 10 jul. 2013.

DANTAS, V. L. A. *et al.* Cirandas da Vida: dialogismo e arte na gestão em saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, 2012, v.21, supl.1, p.46-58.

LIMA, R. **De sonhação a vida é feita, com crença e luta o ser se faz:** roteiros para refletir brincando: outras razões possíveis na produção de conhecimento e saúde sob a ótica da Educação Popular. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

LIMA, R. **Pelas ordens do Rei que pede socorro.** Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2012.

LIMA, R. **Cartilagens tensionando, conflitando, sem atritos.** Jornal A Gargalhada, São Paulo, nº 18, p.5, out./nov. 2010. Disponível em: [http://www.buracodoraculo.com.br/jornal\\_out2010.pdf](http://www.buracodoraculo.com.br/jornal_out2010.pdf)

LIMA, R. **Tudo é poesia I.** Mossoró: Editora Queima Bucha, 2005.

LIMA, R. Roteiro cenopoético. In: \_\_\_\_\_; DANTAS, V.; SOARES, J. **Curso de Terapia Comunitária: oca de índio: projeto quatro varas.** Beberibe: [s.n.], 2008.

LIMA, R. **Sinfonias para uma ciranda da cidade.** Fortaleza: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://palcomp3.com/cirandasdavid/>

LIMA, R. **Atos para a Infância.** [S.l.]: [s.n.], 1998.

LIMA, R. **Nhandupo nhandu ema nhanduiema nhandupoiema.** Mossoró: Editora Queima Bucha, 1994.

MELO NETO, J. F. de. Extensão Popular – A universidade em movimento. In: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P.J.S.C. (org). **Educação Popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência. Editora Universitária: João Pessoa. 2011.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão Popular**. In: MELO NETO, José Francisco de. Extensão Popular. 1a.ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

NASCIMENTO, E. V. **Onde nasce a poesia**. Cenopoesia para crianças. Maranguape: Editora Conhecimento, 2008.

ROSAS. A.S. **Criatividade em Educação Popular**. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. GT – Educação Popular. Maceió- AL. 2007.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I. n.1, p 1-15, jul.2009.

SILVA, E.L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. **Rev.Atual**. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular nos serviços de saúde**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular e o movimento de transformação da formação universitária no campo da saúde**. In:

VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org), **Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária, 2011.



**ARTE NA FORMAÇÃO  
EM SAÚDE A PARTIR  
DAS PRÁTICAS DA  
EXTENSÃO POPULAR**

Mateus do  
Amaral Meira

No percurso das experiências de formação das quais participei, a Arte me chamava a atenção como uma potência transformadora e questionadora da realidade. Isso decorreu durante o Curso de Graduação em Psicologia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), assim como em iniciativas de Extensão em Educação Popular, através dos Projetos Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) e do Projeto Para Além da Psicologia Clínica Clássica, ambos da UFPB.

Além da Residência Multiprofissional em Saúde da Família (CCS/NESC/UFPB) e como trabalhador em espaços de gestão e serviços em Saúde Coletiva, seja na formação como estudante, no trabalho de gestão ou no encontro entre trabalhadores e usuários dos serviços de saúde, a Arte, em suas diferentes formas, apresentava-se como uma linguagem possível, com abordagens pedagógicas e relacionais diretamente articuladas ao enriquecimento do diálogo e da problematização das situações vividas, desvelando caminhos surpreendentes de descobertas e sentidos para o meu trabalho e para o trabalho coletivo.

## **Contexto inspirador**

Através de vivências mais recentes, em eventos organizados pelos coletivos nacionais de Educação Popular em Saúde, nas Tendas Paulo Freire e em momentos de vivências com a abordagem da Cenopoesia, organizados por projetos de Extensão Popular da UFPB, fui percebendo a necessidade de me debruçar mais sobre os significados da Arte nas práticas da Extensão Popular.

Nos eventos nacionais, embora a Arte estivesse muito presente nas rodas de conversa, como elemento de construção e ampliação do diálogo e das problematizações, os artistas educadores populares ainda formulavam críticas em relação à forma como alguns a tratavam nesses espaços pedagógicos. Esses artistas diziam que não eram meros “animadores” da roda e reivindicavam um reconhecimento para além do uso instrumental da Arte; reclamavam ser, efetivamente, educadores populares.

Nas práticas da Extensão Popular, a Arte também está presente: em dinâmicas, brincadeiras, em momentos de avaliação, de comemoração etc., no entanto, seu uso é quase sempre pontual, pois se reserva, muitas vezes, às dinâmicas de integração inicial, descontrações, entre outras, o que acaba por minimizar o significado dessa linguagem e desperdiçar a possibilidade da reflexão crítica sobre esse fenômeno.

Ora, se essa é uma realidade da extensão popular e constata-se que a literatura é ainda pequena nesse sentido, a necessidade de apreender, de forma mais elaborada e sistematizada, o significado da Arte para as práticas de Extensão em Educação Popular constitui-se como um objeto de estudo relevante nessa área, uma vez que acreditamos que o trabalho com a Arte e a poesia reforça o vínculo e o sentido de solidariedade humana das ações por enfatizar a necessidade de se trabalhar a dialogicidade no nível mesmo das condições elementares para exercitá-la, abrindo-se ao novo e refletindo, de maneira profunda, sobre a interação com dimensões humanas e sociais pouco exploradas em nossa cultura racional-acadêmica fria, desumana e impessoal (CRUZ, 2012).

## **Referencial teórico: problematização e objeto de estudo**

### **A arte**

Dantas et. al (2012) entendem a Arte como um espaço de criação, uma transcendência capaz de produzir sentidos, trajetos e sentimentos e que contribui para construir as trilhas do caminho, dos projetos de futuro e dos atos que ultrapassam limites e transformam realidades. Eles refutam, portanto, a ideia de Arte como instrumento e a entendem como dimensão que potencializa a dialogicidade criativa, capaz de realizar a suspensão crítica em que se promove a reflexão das ações e das situações vividas e se favorece a escuta em rede da experiência coletiva.

Como observa Linhares (2003, p.83), “por deixar o significado deslizar, a Arte, sem apunhalar um sentido único, mas abrindo-se o signo para um feixe de significações, realiza como que a suspeita de que as coisas estão plenas dos possíveis.” A Arte, no processo de conhecer, chama a si a utopia, e conhecer no modo da Arte nos permite incorporar dimensões e elementos do ser que ela envolve na produção do sentido, um sentido que não se reduz ao que é aprisionado pelo conceito verbal.

Uma das expressões de Arte que entendemos como relevante destacar no presente estudo é a Cenopoesia, que surgiu ainda nos anos 80, no Rio de Janeiro, como uma espécie de linguagem híbrida que mistura teatro e poesia, música e outras linguagens e trouxe leveza e lirismo ao espetáculo, mesmo quando trata sobre temas “salgados” do nosso cotidiano. O poeta Ray Lima foi o primeiro a usar o termo para intitular um espetáculo encenado na UERJ por vários jovens poetas,

que, daí em diante, passaram a utilizá-lo em suas atuações em bares, teatros e nos mais diversos espaços (LIMA, 2013).

## **Educação popular**

Segundo Carlos Brandão (1981) *apud* Vasconcelos (2011, p. 28.), a “Educação Popular não visa criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos, polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e cagando em fossas sépticas.” Ela visa participar do esforço que já fazem hoje as categorias de sujeitos subalternos para a organização do trabalho político que, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos.

Nesse entendimento, a Educação Popular é um modo de participação de ativistas sociais (professores, estudantes, profissionais da saúde, artistas populares, lideranças comunitárias etc.) no trabalho político. Ela busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos nos processos de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e de investigação, de forma que promova o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia com a qual se pode promover a participação popular no redirecionamento da vida social (VASCONCELOS, 2011).

No campo da saúde, a Educação Popular tem sido utilizada como estratégia para se superar o grande fosso cultural existente entre os serviços de saúde e o saber dito científico e a dinâmica de adoecimento e de cura do mundo popular. Atuando para resolver problemas de saúde específicos ou questões ligadas ao funcionamento global dos serviços, procura entender, sistematizar e difundir a lógica, o conhecimento e os princípios que regem a subjetividade dos vários atores envolvidos,

a fim de superar as incompreensões e os mal-entendidos ou tornar conscientes e explícitos os conflitos de interesse (VASCONCELOS, 2006).

## **Extensão popular**

Não diferente da Educação Popular, a Extensão Popular nasce no interior dos vários esforços e empreendimentos das classes populares em suas buscas por ser mais (FREIRE, 2005). Deriva também do trabalho de diversos grupos sociais (autônomos e institucionais) para amenizar ou superar a pobreza, cuidando das classes populares de forma dialogada, empenhando seu trabalho para o popular. Esse jeito de fazer extensão se origina de várias ações e interações que se articulam, visando ao empoderamento, à conscientização e à conquista de emancipação (CRUZ, 2013).

Segundo Melo Neto (2006), as práticas de Extensão Popular visam desenvolver ações geradoras de autonomia, especialmente nos setores mais desfavorecidos da sociedade; transpõem os muros institucionais, abrangendo ações educativas em movimentos sociais e outros instrumentos organizativos da sociedade civil; propõem mudanças na Universidade, numa perspectiva educativa democrática, libertadora e, por conseguinte, humanamente ética. É um trabalho social útil (MELO NETO, 2006), cuja intenção não é somente de intervir na realidade social ou observá-la, mas também de contribuir, de maneira significativa, para sua transformação.

Podemos pensar a Extensão Popular, portanto, como uma ação que dá corpo prático às ações de extensão no campo de enfrentamento a todas as formas de irracionalidade e a promoção de emancipação dos setores populares. Portanto, é, necessariamente, humanizadora (MELO NETO, 1999).

## **Formação em saúde**

Entendemos a Formação em Saúde como um projeto educativo que extrapola a educação do domínio técnico-científico das profissões e se estende pelos aspectos estruturantes de relações e de práticas em todos os componentes de interesse ou relevância social que contribuam para elevar a qualidade da saúde da população, tanto no enfrentamento dos aspectos epidemiológicos do processo saúde-doença, quanto nos aspectos de organização da gestão setorial e estruturação do cuidado voltado para a saúde (CECCIM e FEUERWERKER, 2004).

A formação universitária em saúde mostra-se ainda muito marcada pelo modelo de ensino que se consolidou nos EUA, no início do Século XX, a partir dos estudos propostos de Flexner, que criou os padrões de organização do ensino para todos os cursos de Medicina do seu país. Esse modo de organizar o ensino se espalhou para todos os países e para todos os outros cursos universitários de saúde, que se adequaram ao jeito de lidar com os problemas de saúde do paradigma newtoniano e cartesiano de ciência. A Medicina decorrente dessa realidade é materialista, mecanicista e organicista (VASCONCELOS, 2006).

O método da ciência newtoniana e cartesiana de abordar a realidade, procurando expulsar da pesquisa e do estudo as dimensões emocionais dos próprios profissionais com mais objetividade, faz com que a riqueza e a complexidade da vida sejam analisadas apenas racionalmente e de modo fragmentado. Os fatos mais significativos da vida, sempre acompanhados de forte emoção, quase não têm espaço na Academia (VASCONCELOS, 2006).

Ressalte-se, no entanto, que a vida ainda pulsa intensamente no cotidiano da universidade, através da vida pessoal de estudantes,

professores, pacientes e comunidades atendidas (VASCONCELOS, 2006). E as experiências de Extensão Popular no campo da saúde têm demonstrado mudanças significativas em várias dimensões: o encontro com situações e pessoas das classes populares, que vivem em situação social de risco, provoca no profissional e no estudante da saúde um profundo desconcerto. Os hábitos alimentares e higiênicos, a concepção do corpo e, de modo particular, a miséria, a doença e a morte afetam profundamente o campo da subjetividade do profissional e do estudante. Eles evidenciam processos trágicos, que o interpelam a rever e a reconstituir seus modos de ser no mundo. Descobrem suas próprias ambivalências que, em interação com a complexidade do ser do outro, colocam múltiplos desafios, abrem infinitas possibilidades e exigem um salto de dimensão nos seus modos de entender a prática científica, profissional, social e cultural (FREURI, 2006).

### **Algumas reflexões**

Tenho observado que a linguagem da Arte, nesse contexto de frequente contato com as classes populares, com a situação de dor, de exclusão e de adoecimento, tem demonstrado alguns significados para o campo da formação em saúde: (1) a Arte ajuda na elaboração subjetiva dos estudantes envolvidos; (2) possibilita a promoção do cuidado de maneira mais profunda e sensível e (3) ajuda a fortalecer uma rede de relações mais solidária entre os atores envolvidos.

A Arte possibilita a elaboração subjetiva dos estudantes envolvidos na medida em que facilita a expressão dos sentimentos e das emoções presentes no processo pedagógico. Na preparação de uma dinâmica de avaliação, no envolvimento com a mística que se propõe, na pecinha de teatro organizada para envolver o grupo de crianças, na poesia escrita e manifesta numa avaliação do grupo, ou no violão trazido

para comemorar o lual do projeto, nessas manifestações pontuais e despreziosas, a timidez é desafiada, e os alunos descobrem que aquela característica pessoal que antes era motivo de vergonha ou medo passa a ter um sentido coletivo, e mais, produz resultados para o grupo e para o cuidado em saúde com os usuários dos serviços e os comunitários. Os estudantes são desafiados a sair de si e se tornam capazes de exercer uma liderança mais criativa, instigante e sensível.

A dor e o sofrimento causado pelo contato com o mundo das classes populares encontram na linguagem da Arte outro caminho simbólico de ser expresso e de ser cuidado. O desconcerto e o estranhamento de que nos fala Freuri (2006), provocados por esse contato com a realidade social, abre-se à possibilidade de ser problematizado de maneira mais leve, criativa e, por vezes, até, alegre, juntamente com os sujeitos envolvidos, sem que isso signifique maquilar, pormenorizar ou desdenhar de tais aspectos da vida dos sujeitos populares. Todos os envolvidos são postos a expressar seus sentimentos, gestos e palavras, num espaço de criação que favorece a escuta em rede da experiência coletiva, pois, como nos lembram Dantas et. al (2012), a Arte é uma transcendência capaz de produzir sentidos, trajetos e sentimentos que contribuem para construir as trilhas do caminho, dos projetos de futuro e dos atos que ultrapassam limites e transformam realidades.

Nesse sentido, está posto, também, ainda que não apreendido pela maior dos que fazem extensão popular, um tipo de sociabilidade mais solidária e mais sensível que convida à participação e estimula a criatividade. A Arte, entendida dessa forma, pode ter um sentido no fortalecimento das relações pessoais e intersubjetivas dos atores envolvidos e é e um fio condutor sutil que ajuda a construir uma rede de relações mais solidária, mais sensível, mais criativa e questionadora.

## **Algumas considerações**

Nesses quase dois anos de reflexão e de prática em alguns projetos de extensão popular, percebo certo avanço no exercício de dialogar e problematizar por meio da linguagem poética. Por outro lado, alguns entraves burocráticos têm dificultado a continuação de oficinas de cenopoesia no Progeps, por exemplo, e a própria correria do trabalho na extensão, por vezes, dificulta a abertura para esse exercício em caráter experimental, ou seja, de treinar e formar atores abertos à transcendência poética da Arte no cuidado em saúde. Ressalte-se, todavia, que não é de qualquer modo que podemos adentrar uma dimensão poética para tratar de assuntos “salgados” do cotidiano de vida e trabalho no campo da Extensão Popular (LIMA, 2013). É preciso um mínimo de abertura pessoal e uma ambiência coletiva acolhedora.

Assim, queremos uma educação problematizadora, humanizadora, crítica e criativa, pois a Arte, em suas diferentes formas, não deve ser entendida apenas como um anexo das práticas de extensão popular, ou um instrumento com certa finalidade, mas numa perspectiva transversal, como valor em si mesmo, presente pelos sentidos, pelos gestos e pelas palavras. Portanto a Arte deve estar no início, no meio e no fim, transversalmente presente.

## **Referências**

CRUZ, P. J. S. C. Extensão Popular e cultura - um diálogo para a transformação da formação universitária e de seu compromisso social. In: Márcio R. O. Pozzer. (Org.). **Cultura e extensão universitária: perspectivas de institucionalização de uma política pública**. 1ed. São João del Rei: Malta, 2012, v. 1, p. 112-137.

CECCIM, R. B., FEUERWERKER, L. C. M. Rev. **Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(1):41- 65, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a04.pdf>. Acesso em 10 jul. 2013.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão Popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social na universidade. In: CRUZ, P.J.S.C.; et. al. **Educação Popular na Universidade**: reflexões da Articulação Nacional de Extensão Popular. Editora Hucitec, 2013 (no prelo).

DANTAS, V. L. A. *et. al.* **Cirandas da vida**: dialogismo e arte na gestão em saúde. *Saúde Soc.* São Paulo, 2012, v.21, supl.1, p.46-58.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FLEURI, R. M. Formação de profissionais da saúde: reflexões a partir de vivências estudantis. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 231-264.

LIMA, R. Blog **Cenopoesia do Brasil** [Internet]. Disponível em :<http://www.cenopoesiadobrasil.blogspot.com.br/2010/03/por-ray-lima.html>. Acesso 20 Jul 2013.

MELO NETO, J. F. **Extensão Popular**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2006, vol1.

MELO NETO, J. F. Educação Popular: uma ontologia. In: MELO NETO, J. F., SCOCUGLIA, A. C. (Orgs.) **Educação Popular: outros caminhos**. 2ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1999, vol1, p. 31-75.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

VASCONCELOS, E. M. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Espiritualidade no trabalho em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006a, pp.13-153.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L. H. & SIMON, E. (org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Hucitec,2006b, vol. 1, pp. 265-308.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular, um jeito de conduzir o processo educativo. In: VASCONCELOS, E. M., CRUZ, P. J. S. C. (Orgs.). **Educação Popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo, Hucitec; João Pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2011.

An illustration in a sketchy, hand-drawn style. It depicts three people in a conversation. On the left, a man wearing a cap and a red shirt is leaning forward, looking towards the other two people. In the center, another man with his arms crossed stands looking towards the man on the left. On the right, a woman with curly hair, wearing a dark purple shirt and light-colored pants, stands looking towards the man on the left. The background consists of abstract, textured brushstrokes in shades of blue and red. The overall style is informal and artistic.

**PARTICIPAÇÃO  
LOCAL EM SAÚDE**  
situações-limite e  
inédito-viáveis a partir  
de uma experiência em  
Educação Popular

**Islany Costa Alencar**

## **Contexto inspirador**

A participação social em saúde pode ser entendida como um processo contínuo de democratização e valorização da gestão participativa em saúde, tanto no âmbito local quanto municipal, estadual e nacional. A inclusão da participação social como eixo central da proposta da Reforma Sanitária se relacionava à sua compreensão para além da expansão do direito e da reforma setorial. Mas, como estratégia de democratização social, a saúde é vista como um potente conteúdo transformador. O resultado é que se avançou na democratização e na questão social, mas pouco em relação ao arranjo previsto (FLEURY; LOBATO, 2009).

Xavier (2007) afirma que, historicamente, a participação dos movimentos populares no campo da Saúde Pública brasileira tem incidido na defesa do direito à saúde de maneira que seus serviços sejam geridos de forma democrática, rompendo com o caráter assistencialista e meramente previdenciário constituído durante a Era Vargas.

Até meados de 1960, houve mudanças no sistema previdenciário, e o Estado criou uma nova forma de organização, o que alterou o sistema sanitário brasileiro, com ênfase na assistência médica e no crescimento progressivo do setor privado. Essas mudanças não permearam por muito tempo, pois tal fato ocasionou uma migração de pacientes de alguns institutos e a superlotação de alguns hospitais, gerando filas, demora no atendimento e outros problemas, o que culminou em uma

insatisfação geral (BAPTISTA, 2007). Contudo, a partir da instalação da ditadura militar, em 1964, os processos de reivindicação da saúde como um direito de todas as pessoas passaram a encontrar obstáculos sistemáticos em meio à repressão política dos movimentos de luta pela redemocratização e pela liberdade de expressão (CRUZ et. al, 2012).

Nesse contexto, as crises político-econômicas, no cenário nacional e no internacional, intensificaram os problemas sociais. Isso levou a população a reivindicar melhorias para a infraestrutura e o atendimento no âmbito da saúde, a requisitar serviços públicos locais e a exigir participação no controle dos já estruturados (STOTZ, 2005).

A partir da década de 1970, em nível internacional, agências internacionais de desenvolvimento estimulavam a participação da comunidade ou popular. A Declaração dos Cuidados Primários de Saúde, de 1977, pode ser considerada como a contribuição mais significativa para consolidar as políticas que promoviam a participação comunitária ou popular em diversos países (STIEFEL; PEARSE, 1982; WOLFE, 1982; MIDGLEY, 1986).

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, identificava-se a formação de uma comunidade política, que se autodenominava ‘movimento sanitário’, articulando atores estatais e sociais para defenderem a universalização do acesso a serviços, combinada com a democratização política do país e, mais especificamente, da área de saúde (CÔRTEZ, 2009).

Então, devido à necessidade de assegurar a garantia do direito à saúde e a configuração de uma política de proteção social em saúde abrangente (para todos e de forma igualitária), foi promulgada a Constituição Federal em 1988 (BATIPTA, 2007). Esse fato culminou com a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio

do qual ficou assegurada a participação da comunidade na gestão do SUS (artigo 1o), de acordo com a Constituição Federal, no Capítulo da Seguridade Social, art. 198 (BRASIL, 1988), e por meio da Lei nº 8.142 (BRASIL, 1990). Essa participação, segundo o referido documento, deve ocorrer por meio dos conselhos de saúde, que constituem instâncias de ação política que articulam, no interior do campo da saúde, as ações do Estado e da cidadania, com a finalidade de ampliar o Controle Social na gestão do SUS (CRUZ et. al, 2012).

Entretanto, para que ocorra a efetiva participação social na gestão da saúde, é fundamental que se implementem mecanismos de mobilização dos diferentes sujeitos relacionados ao SUS e se fortaleça a cidadania plena. Assim, os conselhos assumiram, institucionalmente, um papel primordial no processo de afirmação da cidadania, com a função de formular estratégias e controlar a execução das políticas. Ainda hoje, é um importante instrumento de controle social e mecanismo estratégico na garantia de direitos (MARTINS, et. al., 2008).

Além dos conselhos, outro modo de formalizar a participação popular são as Conferências de Saúde, que surgem como uma das arenas em que se antecipa a formulação de políticas, pois se volta para desenhar os princípios, as diretrizes e os pressupostos que devem orientar todo o processo de formulação de políticas de saúde no período seguinte. E é nesses espaços que o princípio da participação da comunidade assume explicitamente um caráter decisório acerca da configuração do sistema (GUIZARDI et. al, 2004).

Esses espaços são de fundamental importância para que a população possa ter vez e voz e estimular sua autonomia como protagonista e cidadãos comprometidos e participativos com o bem-estar da sociedade. Contudo, neste trabalho, deter-nos-emos apenas aos Conselhos de Saúde, visto que, desde a constituição dos conselhos,

sua construção tem sido desafiadora, tanto em nível nacional, quanto estadual, municipal e local, pois, em cada realidade específica, coexistem diferentes interesses, concepções e utilidades nesse espaço social, uma vez que os conselheiros atuam com distintas perspectivas metodológicas e políticas (CRUZ et. al, 2012).

A participação popular na gestão dos serviços de saúde é um desafio, cujo enfrentamento vem sendo produzido através de experiências empreendidas por movimentos populares, gestores e trabalhadores de saúde. A criação de Conselhos Locais de Saúde (CLS) parece ser um caminho, principalmente por estarem próximos da população, localizados no espaço estratégico da Atenção Básica à Saúde (ABS). Contudo, existem barreiras para implementar os CLS, pois instituir tais conselhos tem exigido dos sujeitos envolvidos habilidades para trabalharem em equipe (trabalhadores, gestores e usuários), pois a maior proximidade entre eles e os problemas do cotidiano dificulta o diálogo e gera conflitos de interesses, prejudicando a instituição efetiva do conselho como instância de controle social, e a interação do serviço e da comunidade torna-se um desafio (CRUZ et. al, 2012).

Nessa caminhada, a Educação Popular em Saúde tem se configurado como uma das estratégias utilizadas em diversos movimentos sociais, práticas populares e serviços de saúde para impulsionar o controle social no SUS, através de práticas educativas no cotidiano da assistência, com um olhar, uma escuta e um “fazer com” que se contrapõem à cultura autoritária dos serviços e exercitam uma ética transformadora de convívio que valoriza o saber popular e o do usuário, fazendo ver aos profissionais o caráter educativo das ações de saúde. Isso facilita a participação de importantes atores sociais da comunidade no processo de construção da saúde (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004).

Através do aprendizado mútuo e do estímulo ao pensamento criativo, a Educação Popular mobiliza a reflexão e, espera-se, a ação dos sujeitos para tornar possíveis outras realidades, mais propícias à garantia da saúde como direito, no plano da vida e do acesso a serviços (FIRMINO et. al., 2010 ).

Em João Pessoa-PB, reivindicações populares para a instalação de CLS têm motivado o surgimento dessas experiências. Na Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde, essa construção vem se desenvolvendo na perspectiva da Educação Popular em Saúde (EPS), o que permitiu a criação de um espaço permanente de diálogo entre a comunidade e o serviço. Assim, ampliam-se as perspectivas de fortalecimento e de consolidação dessa iniciativa. Nesta pesquisa, pretende-se superar esse ponto por meio de um estudo qualitativo, de forma a contribuir para se compreender bem mais os prementes para a constituição de um Conselho Local de Saúde, observando suas situações-limite e os inéditos viáveis.

## **Caminhos metodológicos**

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, tem como foco a sistematização de experiências e como unidades de análise, as *situações-limite e inédito-viáveis* em torno da experiência do ‘Espaço de Diálogo’, que vem se configurando como lócus da construção de um Conselho Local de Saúde, de fato e de direito.

As situações-limite e inédito-viáveis correspondem a categorias desenvolvidas por Paulo Freire, nos livros *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Esperança*, em que Freire (1992) traz a esperança e o sonho como necessidades para a existência humana, e a luta, como meio de construí-la melhor. Porém, para atingir o sonho, é necessário enfrentar as “situações-limite”, que são as barreiras e os obstáculos

que precisam ser transpostos ao longo de nossa vida pessoal e social. Com isso, as pessoas recorrem a várias estratégias para superar essas situações em que se sentem desafiadas a resolver os problemas da sociedade onde vivem da melhor maneira possível. Encontram na esperança e na confiança a determinação para reagir com os “atos-limites”, através de uma postura crítica e decidida, ampliando a liberdade dos oprimidos e solucionando os problemas e descobrem o “inédito-viável”, que constitui algo inédito, mas já sonhado, como um sonho utópico, que só será atingido após a reflexão-ação, alcançada na práxis libertadora, transformando o sonho em realidade.

Esses termos foram utilizados com o intuito de destacar as “situações-limite” como os obstáculos e as dificuldades sentidas na experiência do Espaço de Diálogo, enquanto os “inédito-viáveis” correspondem às possibilidades sonhadas, na perspectiva de intervir no meio, potencializando-o de modo a transformá-lo.

Esta pesquisa foi estruturada a partir de uma experiência de Extensão Popular desenvolvida pelo projeto PINAB. Minha implicação como ator contribui decisivamente para o processo de construção da pesquisa, participando ativamente do seu processo de construção, tendo como perspectiva a realização de futura análise e sistematização dessa experiência.

A pesquisa documental foi utilizada para compreender melhor a história do Espaço de Diálogo. Como fontes documentais foram usadas: relatório e vídeos-documentários do projeto. Além da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas. Nas entrevistas, foram abordados assuntos referentes à percepção dos usuários, dos profissionais de saúde e dos gestores sobre o Espaço de Diálogo - como foi construído, as potencialidades e os desafios dessa experiência, a participação da Educação Popular

nesse processo e quais os caminhos possíveis para o fortalecimento dessa experiência.

A pesquisa foi realizada nas Comunidades de Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança, localizadas no Bairro do Cristo em João Pessoa- PB. Os sujeitos participantes foram: a) dois moradores das comunidades; b) três estudantes envolvidos com a experiência do Projeto de Extensão PINAB; c) três trabalhadores da Unidade de Saúde da Família “Vila Saúde” e dois gestores.

Para o tratamento e a análise dos materiais, procedeu-se à transcrição, na íntegra, das gravações obtidas nas entrevistas, leitura fluente e exaustiva do material e estruturação dos resultados em análise do conteúdo, utilizando-se a hermenêutica-dialética. O projeto de pesquisa foi submetido a análise pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba e obteve um parecer favorável ao seu desenvolvimento.

## **Algumas reflexões**

O Espaço de Diálogo (ED) é uma experiência articulada à efetivação do controle social em saúde e do exercício da cidadania, constituída por meio de encontros mensais pactuados entre usuários, trabalhadores locais e gestão de saúde. Através de rodas de conversa, busca-se favorecer o diálogo com todas as partes, de modo que todos se expressem, sejam ouvidos e exponham suas principais inquietações e anseios em relação aos problemas sociais vivenciados no cotidiano dos serviços e do território, com o intuito de superar essas dificuldades e construir, junto com os demais, uma saúde melhor para todos.

De acordo com um dos entrevistados, o ED é

um espaço onde as pessoas têm a oportunidade de compartilhar seus anseios, trazer suas dificuldades, suas necessidades, trazer também propostas, na verdade é um espaço onde comunidade e serviços de saúde constroem junto algo de bom que a comunidade quer (Gestão 2).

O ED surgiu como uma estratégia para potencializar a participação local em saúde nas Comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, no Bairro do Cristo Redentor em João Pessoa-PB. Esses espaços são essenciais para se construir a cidadania, visto que, além de discutir sobre problemas, a população é estimulada a buscar o conhecimento, através da metodologia freireana, com a realização de rodas de conversa, debate sobre textos, vídeos, entre outras formas, com o propósito de estimular a população a conhecer mais sobre o SUS, a Atenção Básica, seus direitos e deveres como cidadãos, usuários e profissionais de saúde, identificando espaços de luta e de consolidação de direitos.

O Projeto de Extensão Popular Práticas Integrais da Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB) é um projeto do Departamento de Nutrição e do Departamento de Promoção à Saúde da Universidade Federal da Paraíba, que atua no mesmo território já citado, nas Comunidades de Jardim Itabaiana, Boa Esperança e Pedra Branca, com ações desenvolvidas por estudantes universitários em parceria com a associação de moradores, com a Unidade de Saúde da Família (Vila Saúde) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos (EMEFAA).

O Projeto utiliza a Educação Popular como eixo metodológico, privilegiando o diálogo e a construção conjunta dos saberes, e vislumbra

a emancipação social, a autonomia popular e a promoção da saúde como objetivos-fins. Atua através de visitas domiciliares e grupos operativos, como o Grupo Saúde na Comunidade, o Grupo de Escolares e o Grupo Mobilização Popular.

Nessa dimensão, este último grupo atua diretamente no Espaço de Diálogo, de forma a inserir a voz ativa da comunidade na gestão do serviço, reivindicar seus direitos, compreender seus deveres, lutar por seus ideais, oportunizando também a contribuição dos trabalhadores de saúde e da gestão, escutar as reivindicações dos usuários, responder às críticas ao sistema de saúde e delimitar suas potencialidades e seus limites em nível local, regional e municipal pela gestão.

A ideia de construir o ED surgiu a partir de vários embates que estavam ocorrendo entre usuários e profissionais de saúde. Nas próximas páginas, situaremos historicamente o desenrolar dessa experiência e teceremos algumas considerações sobre as situações-limite e inédito-viáveis em torno dela.

## **As bases para a construção do Espaço de Diálogo**

O Espaço de Diálogo nasceu das ações de luta e mobilização da comunidade na busca por um dispositivo local em potencial para estimular a participação em saúde. A história de movimentos de luta pelos direitos da Comunidade Boa Esperança começaram ainda com sua construção. Depois de várias lutas e conquistas da comunidade em relação a energia, água, moradia e calçamento, chegou uma época em que começou a haver muitos conflitos entre os profissionais de saúde e a comunidade, de forma que foi possível perceber que tantas reclamações decorriam da falta de espaços permanentes de diálogo do serviço com a comunidade. Devido a isso, surgiu a ideia, a partir de experiências anteriores vivenciadas por outros profissionais e usuários,

de construção de criar um Conselho Local de Saúde, visto que eram considerados espaços institucionais de garantia dos direitos.

Nessa mesma época, o projeto PINAB iniciou sua atuação na comunidade no ano de 2007, procurando se situar na realidade da comunidade. Desse modo, o projeto acompanhou de perto os principais movimentos de luta e as reivindicações da comunidade por melhores condições de saúde, participando deles e com eles, o que resultou na criação de um vínculo dos estudantes com a comunidade e com os profissionais de saúde. Depois, o projeto sentiu a necessidade de participar mais de perto dos espaços de lutas e reivindicações da comunidade. Assim, foi criado o grupo Mobilização Popular (MP), com o objetivo de unir os interesses dos profissionais de saúde aos da comunidade.

Então, foram realizadas atividades educativas para otimizar esses problemas e imbuir nas pessoas a necessidade da participação popular, e de um conselho participativo, gerado a partir do aprimoramento do senso crítico, da reflexão e da problematização. Com o passar dos anos, a participação ativa dos extensionistas no processo de formação do CLS foi primordial. Com enfoque no apoio às ações educativas desenvolvidas, a busca ativa por lideranças comunitárias que estivessem dispostas a somar conhecimentos e perspectivas e a realização do mapeamento dos movimentos sociais existentes na comunidade ampliaram as perspectivas de resolver ou de melhoria dos problemas enfrentados na comunidade.

Após dois anos de capacitação com oficinas educativas e reuniões constantes com a comunidade e o serviço, a Comissão Organizadora do Conselho Local procurou o Conselho Municipal de Saúde (CMS) para saber sobre a formação do CLS e acabou não obtendo uma resposta positiva em relação a sua institucionalização, devido à falta de uma legislação municipal que o fundamentasse e por se tratar de um ano

eleitoral, o que desmotivou os membros da comissão. Diante dos fatos, foram realizados vários encontros e debates com a comissão do CLS, e depois de várias discussões e reflexões, os conselheiros perceberam que o controle social poderia ir além dos espaços institucionais e ser desenvolvido em espaços aparentemente informais.

Depois de todo esse processo de reflexão com a participação do PINAB e dos atores locais, foi criado um fórum permanente, chamado Espaço de Diálogo, visto que o CLS já existia na prática e, de fato, através das pessoas e de seu comprometimento coletivo, buscava a quebrar as barreiras existentes entre os sujeitos. Nesse espaço, foram organizados encontros de forma sistemática e pedagógica, através de rodas de conversa. As reuniões ocorriam mensalmente em cada comunidade, nas terças-feiras, no horário das 14 às 17h, e contava com a participação dos atores locais da comunidade, suas lideranças sociais, trabalhadores da USF e os extensionistas do PINAB. Eram organizados em espaços da própria comunidade, como igrejas, associações de moradores, centros comunitários e escolas e, geralmente, eram divididos do seguinte modo: na primeira terça-feira de cada mês, na Comunidade de Boa Esperança, chamada desse modo pela comunidade, mas que constituiu parte do território da Pedra Branca II, com as unidades de Pedra Branca I e II; a segunda semana era referente à Unidade de Jardim Itabaiana I e II, com a realização das reuniões na Comunidade São Francisco; e na terceira terça-feira do mês, ocorreria uma reunião da comissão organizadora do ED.

Essas reuniões da comissão eram realizadas na USF e compostas por membros representativos das lideranças comunitárias, dos trabalhadores da USF e dos estudantes do PINAB, em que eram encaminhadas as decisões que eram pactuadas nas reuniões dos Espaços de Diálogo para suas devidas instâncias. Essas reuniões

eram feitas de acordo com a demanda da própria comunidade e tinham caráter pedagógico e político.

Em relação à parte pedagógica, foram abordados temas como a criação, a organização e as formas de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), função e princípios do Conselho Local de Saúde, propostas do Programa Saúde da Família (PSF), discussão sobre “o que é saúde?”, as propostas de humanização e acolhimento na USF, a influência da violência na saúde comunitária, condições locais de saneamento, o contexto da educação nas comunidades, entre outros. A parte política era composta por discussões acerca das necessidades e das demandas da comunidade, com reflexões que objetivavam encontrar soluções e superar os problemas locais.

### **Situações-limite e inédito-viáveis**

Como já foi referido, o Espaço de Diálogo corresponde a um ambiente de encontro entre os usuários e os trabalhadores de saúde, visando ao compartilhamento de opiniões sobre as dificuldades encontradas, buscando, de forma conjunta, caminhos para melhorar a qualidade do serviço. Dentre as diversas situações-limite encontradas no decorrer deste estudo, podemos citar como principais a seguir.

Alguns entrevistados apontaram como uma das dificuldades a falta de local fixo para as reuniões e o desconforto dos participantes no espaço. A falta de maturidade de alguns profissionais e usuários quanto às críticas e a forma de externá-las, muitas vezes, repletas de agressividade causou divergências de interesses na construção do diálogo entre usuários, trabalhadores e gestão.

É importante avaliar esse aspecto, visto que o bom relacionamento entre ambos é necessário para o desenvolvimento completo do controle

social, porquanto fortalece na comunidade o direito de contribuir com a gestão na tomada das decisões, extrapolando as tarefas relativas à fiscalização. A pouca participação dos comunitários, dos profissionais de saúde e dos gestores foi identificada nas reuniões comunitárias. Isso denota a falta de comprometimento dos participantes.

Esse distanciamento da população dos espaços de participação popular pode ser respondido através de três pontos de vista distintos: o olhar da comunidade, dos profissionais de saúde e da gestão. Pela comunidade, pode-se levar em consideração o aspecto cultural, em decorrência de sua colonização, em que a política democrática ainda é frágil e incipiente. Quanto aos profissionais de saúde, percebemos certa resistência à participação, principalmente porque têm dificuldade de aceitar mudanças, de escutar críticas e de compreender a importância desses espaços. Além disso, há também o quesito das inúmeras demandas impostas pelo serviço, que dificulta a participação desses profissionais durante as reuniões. Os gestores do SUS justificam suas ausências por ficarem afundados, muitas vezes, na burocracia do serviço e acabam por não poder participar desses espaços, o que é um obstáculo para a resolução dos problemas e a potencialização desses espaços.

Segundo Junqueira (1990), é muito importante que os dirigentes da saúde se comprometam a produzir serviços de qualidade, para suprir a demanda da população, ao invés dos interesses dos burocratas da saúde, pois, do jeito como está, a população ficará cada vez mais distante dos serviços de saúde, utilizando-os, apenas, quando não houver alternativa. Por isso, é importante ter os gestores e a população como aliados, buscando formas de participação, para que eles expressem suas necessidades e alcance, seus direitos. Ainda segundo esse autor, desse modo, os gestores de saúde não podem ficar atrelados apenas à burocracia, pois sua gestão deve ser voltada para a população, em

toda a sua plenitude, e se preocupar em entender à realidade local, para poder exercer seu gerenciamento.

Uma questão destacada nesse cenário sobre as ausências sistemáticas aos encontros ocorre devido às reuniões conflitantes e à falta de resolutividade dos encaminhamentos propostos. Outra situação-limite identificada foi a falta de compreensão da comunidade sobre os objetivos envoltos do Espaço. É possível perceber que a comunidade enxerga o ED apenas como um *balcão* de reclamações, e não, como um local de encontro da comunidade e do serviço para a construção conjunta de melhorias e encaminhamentos futuros.

Feitas essas reflexões, é possível perceber a necessidade de sensibilizar a comunidade quanto à importância em potencial de se criarem espaços de encontros e articulação direta entre a equipe de saúde e a comunidade, visando melhorar os serviços oferecidos. Através de rodas de conversa, é possível levar as propostas da comunidade e dos profissionais de saúde e encaminhá-las ou resolvê-las, segundo critérios das demandas mais urgentes.

Com essas dificuldades apresentadas, é possível identificar, como fragilidades do ED, a necessidade de investir mais na força de vontade da comunidade e de torná-la protagonista de sua história, através da exposição de espaços adequados para se protestar e desvendar quais as metodologias que devem ser empregadas para chamar a atenção dos governantes. Algumas das estratégias utilizadas pelo espaço de diálogo foram: a elaboração de cartas propostas, ofícios, abaixo-assinados, divulgação nas mídias digitais além de outras estratégias, como estimular a participação dos usuários e profissionais de saúde a procurarem os espaços institucionais de luta pelos direitos, como os orçamentos democrático ou participativo e os conselhos e as conferências de saúde. Em todo esse processo, o projeto PINAB exerceu um papel

essencial nessa questão, investindo na educação em saúde, através da realização de oficinas, cursos de qualificação em controle social, reuniões teóricas etc.

Feitas essas considerações, é possível perceber que a resolutividade pode ser alcançada por meio de uma escuta acolhedora, mediante a responsabilização da comunidade e da equipe em relação às propostas levantadas durante as reuniões do ED, com atitudes proativas, criativas e flexíveis nos devidos espaços de reivindicação.

Como inédito-viável, podemos destacar a própria experiência do Espaço de Diálogo (ED), que correspondeu a algo *inédito e viável* para as Unidades de Saúde da Família de João Pessoa, visto que estava substituindo uma estratégia de participação local, o CLS, num período bastante delicado e necessário. Com isso, demonstrou um espaço em potencial, onde usuários, profissionais de saúde e gestores articulam a resolução dos problemas locais. Diante disso, é possível compreender que, apesar das diversas dificuldades, o ED também tem alcançado seus objetivos, atingindo diversas conquistas, visto que é um espaço capaz de escutar, acolher e dar resposta aos usuários, responsabilizando-se e formando vínculo de modo a potencializar o serviço de saúde.

Outro ponto destacado pelos próprios entrevistados foi que o espaço procura consolidar os direitos da população com a apropriação dos seus direitos e deveres como usuário do Sistema Único de Saúde e pode intervir de maneira correta nas instâncias ou nos espaços devidos.

A potencialização da Educação em Saúde dentro do ED contribuiu para que os usuários e os profissionais de saúde compreendessem mais as questões relativas aos seus direitos e deveres. Isso melhorou o relacionamento entre ambos e pode transformar realmente o espaço em um local de concretização de direitos.

## **A Educação Popular e seu papel na participação popular**

Foi destacada a influência da Educação Popular como estímulo para o aumento da participação popular, “despertando esperanças, restabelecendo utopias e reconstruindo o sentido de uma história aberta, feita pelos próprios seres humanos, por suas escolhas e lutas” (LEITE, 2001).

Segundo um dos comunitários,

[...] a educação popular contribui bastante só em esclarecer e fazer com que o pessoal se aglomere, pois é de grande importância à participação popular (Comunitário 2).

Segundo Vasconcelos (2011), a Educação Popular, em vez de impor conceitos considerados corretos, procura ensinar a refletir e a problematizar o que está incomodando o oprimido. Opta por uma relação com os movimentos sociais, por serem uma expressão mais organizada e engajada na luta pelos direitos das classes oprimidas da sociedade, cujas falas são consideradas desqualificadas nos diálogos e nas negociações. Dessa forma, a Educação Popular constitui a construção de uma sociedade fundamentada na solidariedade e na justiça com a participação de todos.

Devido à sua tradição no trabalho pedagógico problematizador, a Educação Popular emerge, portanto, como um espaço cultural e formativo capaz de intensificar o potencial humanizador e democrático dos conselhos de saúde (CRUZ et al, 2012).

A convivência e o diálogo intenso dos profissionais de saúde com as classes populares têm ensinado um novo jeito de conduzir seu processo de trabalho, de superar o modelo da Biomedicina,

romper com atitudes frias dominantes e passar a criar uma relação de comprometimento social e de vínculo emocional com as pessoas. Uma das entrevistadas relata que a vivência do ED oportunizou a construção de conhecimentos, saberes e aprendizados junto com a comunidade e com os trabalhadores de saúde, em que mais do que realizar atividades, apreendeu-se sobre princípios éticos, posturas e jeitos de fazer delineadores de novos horizontes para a prática de saúde.

Nessa caminhada, a amorosidade é vista como sinônimo de ser e fazer mais, e, junto com ela, é necessário utilizar elementos como o respeito aos diversos saberes, a paciência pedagógica, a humildade, a consciência do inacabamento e o diálogo, como elemento fundante dessa prática, na perspectiva de qualificar o sucesso das ações e contribuir para que a população decida sobre os próprios rumos, proporcionando transformações. Nessa perspectiva, a Educação Popular não visa somente valorizar a discussão sobre as causas dos problemas e das estratégias de superação, mas também compreender o que significam para as pessoas (VASCONCELOS, 2008).

## **Considerações**

Este estudo surgiu a partir de vivências e inquietações ocorridas depois de alguns anos como extensionista, quando acompanhei de perto as ações teóricas e práticas, conheci a realidade local daquela comunidade, vivenciei seus anseios e dificuldades, aprendi um pouco mais sobre as políticas de saúde e acreditei na Educação Popular como uma metodologia libertadora, que luta por uma sociedade equânime, democrática e participativa e encharca nosso mundo de esperanças e de sonhos, moldando seus princípios e diretrizes para a vida.

Depois de fazer algumas reflexões, constatei que a participação popular é uma força capaz de modificar a sociedade como um todo,

intervindo na formulação e no fortalecimento das políticas públicas. A pesquisa me fez compreender as dificuldades em torno da formação de um Conselho Local de Saúde e as potencialidades para se construir um espaço informal de participação popular.

Através da integração ensino-serviço-comunidade, identifiquei as situações-limite e inédito-viáveis em torno dessa experiência, para a prática do controle social, visto que sua concretização serviu para elencar diversos pontos e agregar as opiniões dos usuários e dos representantes da USF, de forma que ambos pudessem ter voz e vez e contribuir para qualificar os serviços de saúde.

O projeto de extensão popular PINAB contribui com a inserção dos estudantes, como elemento primordial, introduzindo a metodologia da Educação Popular nesses espaços, formando-se uma base sólida para se atingir uma atenção integral à saúde, através do estímulo ao senso crítico, compreensivo, participativo e democrático, além de fortalecer a gestão participativa através da potencialização desses espaços de reivindicações, para colocar realmente as demandas e os saberes da comunidade em foco com papel protagônico, sensibilizando seus participantes para a importância da responsabilidade e do compromisso social. A Educação Popular emerge, portanto, como um espaço formativo capaz de intensificar o potencial humanizador e democrático dos conselhos de saúde, construindo uma instância não somente representativa, mas também efetivamente participativa, através da (RE) orientação de suas práticas.

## **Referências**

ALBUQUERQUE, P.C.; STOTZ, E.N. A Educação Popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. *Interface (Botucatu)* [online]. v.8, n.15, pp. 259-274, 2004.

BAPTISTA, T.W.F. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, G.C. **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. Disponível em <http://157.86.173.10/beb/textocompleto/007739>. Acessado em 02/07/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, Brasília, 1990. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134238>>. Acesso em: 22 junho de 2013.

BRASIL. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências, [on-line], Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134561>>. Acesso em: 22 junho 2013.

CÔRTEZ, S. M. V. **Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade**. In: FLEURY, S; LOBATO, L. V. C. (Org.). **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, p.104. 2009.

CRUZ, P. J.S.C. et al. Desafios para a participação popular em saúde: reflexões a partir da Educação Popular na construção de conselho local de saúde em comunidades de João Pessoa, PB. **Saúde soc.** [online]. v.21, n.4, p. 1087-1100. 2012.

FIRMINO, R.; PATRÍCIO, J; RODRIGUES, L; CRUZ, P.; VASCONCELOS, A. C. Educação Popular e promoção da saúde do idoso: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária com grupos de idosos em João Pessoa-PB. **Rev. APS**, Juiz de Fora, v. 13, n. 4, p. 523-530, out./dez. 2010.

FLEURY, S; LOBATO, L. V. C. (Org.). **Participação, democracia e saúde** Rio de Janeiro: Cebes, p.9.2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 245 p.

GUIZARDI F. L., et. al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das Conferências Nacionais de Saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.15- 39. 2004

JUNQUEIRA, L .A. P. Gerência dos serviços de saúde. **Cad. Saúde Pública** [online]. v.6, n.3, p. 247-259. 1990.

LEITE, J. C. A esquerda brasileira e o novo internacionalismo. 2001. Disponível em: <http://www.portoalegre2003.org/>. In: BATISTA, M. do S. X. Movimentos sociais e educação popular: construindo novas sociabilidades e cidadania. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

MARTINS, P. C. et al. Conselhos de saúde e a participação social no Brasil: matizes da utopia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 105-121. 2008.

MIDGLEY, J. **Community participation, social development and State**. London: Methuen, 1986.

STIEFEL, M.; PEARSE, A. UNRISD's popular participation programme: an inquiry into power, conflict and social change. **Assignment Children**, v. 50/60, n. 2, p. 145-161. 1982.

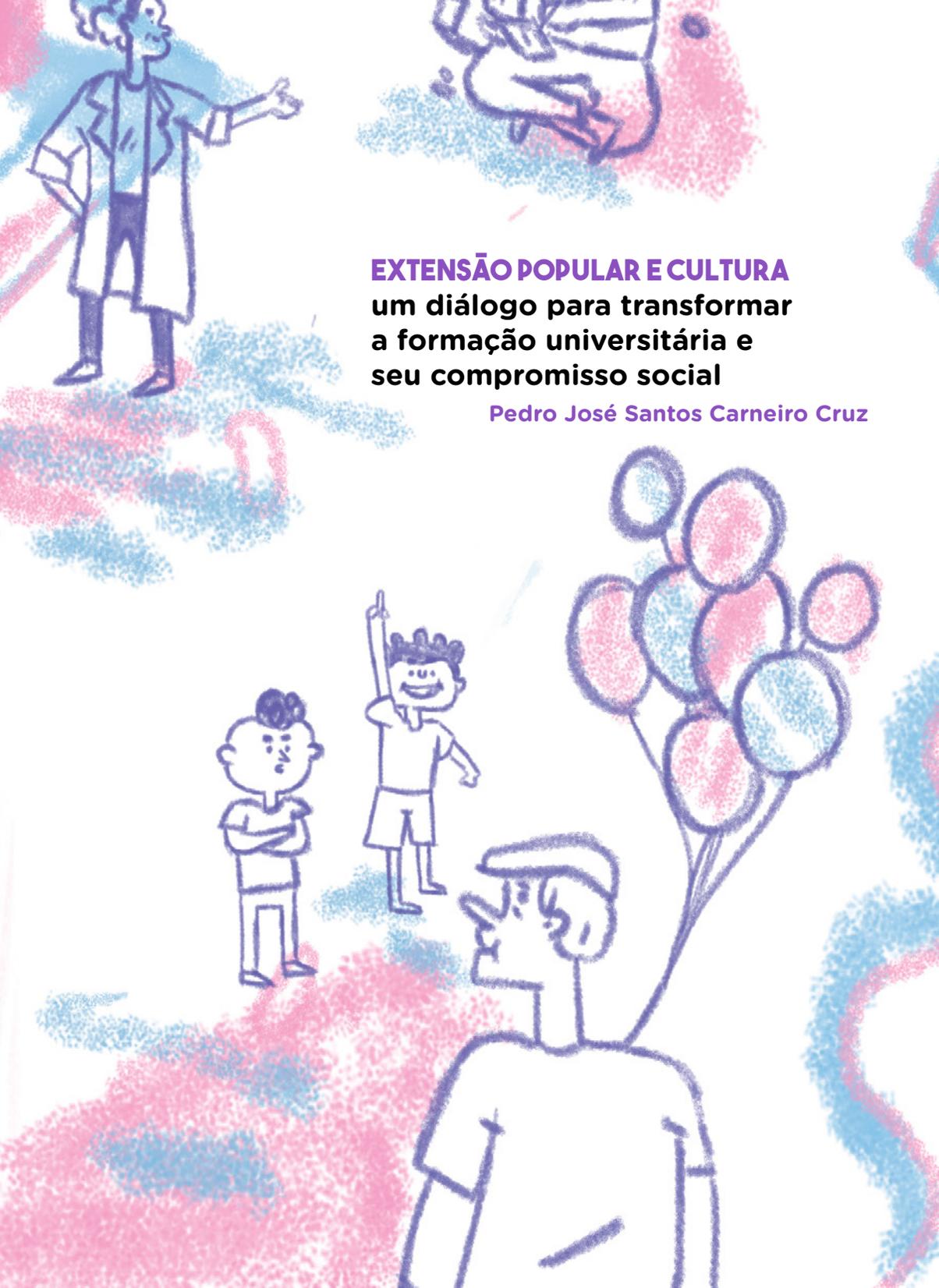
STOTZ, E. N. A Educação Popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.9-30. 2005.

VASCONCELOS, E.M. Educação Popular, um jeito de conduzir o processo educativo 2011, pp. 34. In: VASCONCELOS E.M., CRUZ, P.J.S.C. (organizadores). Educação Popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

VASCONCELOS, E. M. Espiritualidade, Educação Popular e luta política pela saúde. **Rev. APS**, v. 11, n. 3, p. 314-325, jul./set. 2008.

WOLFE, M. Participation in economic development: a conceptual framework. **Assignment Children**, v. 59/60, n. 2, p. 79-109. 1982.

XAVIER, E. Garantia de um sistema de saúde universal e democrático. In: Multimídia - Artigos. Brasília, 7 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.eudesxavier.org.br/artigos/143/07082007/Garantia+de+um+sistema+de+saude+universal+e+democratico.html>>. Acesso em: 25 junho 2013.



**EXTENSÃO POPULAR E CULTURA**  
um diálogo para transformar  
a formação universitária e  
seu compromisso social

Pedro José Santos Carneiro Cruz

“EITA, MENINO!  
EITA, MENINA!  
A prosa vai ser misturada  
O linguajar meio louco  
Vai ter papo de caboco  
Conversa de doutorado  
Riso, canto e balada  
Repente feito de rima  
Receita de medicina  
E remédio popular  
História de arrepiar  
EXTENSÃO POPULAR E CULTURA  
Êta conversa arretada!<sup>2</sup>”  
(Júnio Santos)

Para muitos setores de nossa sociedade, *Cultura* pode significar a expressão diversa e multifacetada de sentimentos, costumes, ideias, interesses, desejos, concepções e sabedorias que são direcionados à dominação de uns seres sobre os outros. A Cultura é, ainda, um elemento mantenedor das desigualdades humanas e sociais do mundo. No entanto, gostaríamos de iniciar este texto resgatando uma concepção de *Cultura* desenvolvida, aperfeiçoada e defendida veementemente por muitos setores de nossa sociedade, através da

---

2 **Júnio Santos** é ator, poeta e educador popular do Movimento Escambo Popular Livre de Rua; atualmente mora no Rio Grande do Norte e é parceiro da Articulação Nacional de Extensão Popular.

qual a *Cultura* pode significar a expressão diversa e multifacetada de sentimentos, costumes, ideias, interesses, desejos, concepções e sabedorias direcionados para humanizar permanentemente os homens e as mulheres; à expressão mais cristalina da vocação dos seres humanos em saber e poder *ser mais*, encharcando as relações sociais de práticas e ideais de solidariedade, colaboração, participação, igualdade de direitos e justiça.

Assim, acreditamos na Cultura não como instrumento ou dispositivo de dominação, mas como um elemento ético inspirador da vocação humana de melhorar constantemente o mundo e as condições de viver para todas e todos. *Cultura* como caminho para expressão de produtos (artes, criatividade, subjetividades) estritamente direcionados à emancipação social, humana e material. Nessa direção, muitas iniciativas lideradas por diferentes sujeitos sociais vêm buscando desenvolver empreendimentos culturais voltados para a construção de caminhos de superação das desigualdades sociais e de fortalecimento da identidade e da autonomia dos setores mais excluídos das realizações sociais de cidadania.

No campo acadêmico, o desenvolvimento de experiências, projetos e programas de Extensão Universitária orientados pela Educação Popular vem cultivando, não apenas na área cultural, mas nas várias áreas do conhecimento e inserção social, uma perspectiva diferente e inovadora de interação Universidade/Sociedade. Como expressado no interior das muitas iniciativas promovidas em todo o país (VASCONCELOS, FROTA, SIMON, 2006; VASCONCELOS, CRUZ, 2011), a *Extensão Popular* dá sentido e direcionamento a uma cultura universitária em que os esforços empreendidos por comunitários, estudantes, técnicos e professores concretizam-se em metodologias que podem promover o

apoio acadêmico aos esforços das classes populares na luta cotidiana pela conquista plena da cidadania, na realização de seus direitos.

Seja na área da educação, da cultura, da saúde, dos direitos humanos ou da tecnologia, a *Extensão Popular* conforma ações com base em aspectos teóricos, filosóficos e metodológicos direcionados ao enfrentamento da exclusão social, visando transformar as condições sociais e econômicas que incomodam e oprimem os setores mais desfavorecidos de nossa população. Isso tem sido verdade para as vivências de Extensão Popular e Cultura, a partir das quais estudantes, professores e técnicos vêm coprotagonizando (junto com a população e seus movimentos) o delineamento de caminhos para o respeito, a valorização e a difusão da cultura popular, expressados não apenas através de seus costumes, tradições, saberes e interesses, mas também de suas formas de luta, resistência e enfrentamento ao que incomoda e oprime.

Nesse encontro transformador, Cultura e Extensão Popular vêm sendo capazes de articular a ênfase na cultura popular a um processo de estímulo à capacidade crítica e criativa da população em reforçar sua emancipação social, humana e material, além de gerar subsídios pedagógicos e políticos suficientes para entender seus direitos humanos e sociais e mobilizar os recursos necessários para conquistar uma vida com dignidade, realização e felicidade coletiva. No seio desses empreendimentos, é cotidianamente alimentado um acervo cultural vivo, vibrante e ativo, expressado por conhecimentos, tecnologias, práticas e saberes úteis à construção de possibilidades de ação social participativa no âmbito acadêmico.

Assim, com base nas experiências de Extensão Popular, tem sido possível ressignificar as perspectivas da Extensão Universitária, especialmente daqueles empreendimentos mais situados na área cultural. Não obstante, o diálogo entre Extensão Popular e Cultura vem

permitindo uma compreensão desta última não apenas como uma área de atuação, mas – preponderantemente – como um princípio ético e um elemento social impulsionador dos processos de mudança estrutural na vida em sociedade. No campo acadêmico, especialmente por novas balizas na formação acadêmica e por novos horizontes a serem vislumbrados para o comprometimento social da universidade.

Diante dessas considerações, cumpre destacar que ainda é tímido o debate em torno da Extensão Popular e seu diálogo com a Cultura, mesmo que grande parte dos empreendimentos culturais em extensão se oriente pela perspectiva da Educação Popular. Ademais, no Movimento Nacional de Extensão Popular, pouco se discute sobre a relevância singular e a contribuição significativa que as experiências extensionistas na área de cultura e a cultura – como campo do saber – vêm gerando nesse desafiador processo de repensar a universidade.

Por isso, neste texto, indicamos algumas considerações que julgamos prementes para alimentar esse debate necessário – Extensão Popular e Cultura. Pretendemos, com isso, aproximar os empreendimentos de extensão em cultura das perspectivas trazidas pela Educação Popular, além de fortalecer as reflexões do Movimento Nacional de Extensão Popular sobre suas realizações no campo cultural. Para tanto, iniciamos com um painel necessário acerca da Extensão Popular – qual é mesmo sua proposta, que os seus contornos pedagógicos e metodológicos e qual sua intencionalidade e arcabouço teórico inspirador. Em seguida, apresentamos esse debate em âmbito político nacional, demonstrando que a Extensão Popular é hoje um movimento nacional amplo, diverso e difuso.

Finalmente, apresentamos alguns desafios para se pensar sobre a Cultura e a Extensão Popular como elementos dialogantes de um processo – em pleno andamento – de mudança na prática e na filosofia acadêmica. Para nos lançarmos nessas reflexões, contamos com o apoio poético,

crítico e propositivo dos educadores Júnio Santos e Ray Lima, que são companheiros de caminhada na vida e na luta e tiveram a ousadia e o carinho de ceder suas palavras para tornar mais poético este texto.

Cultura e Extensão Popular não são apenas ações com diversas e promissoras realizações. No seio de suas práticas, desvelam perspectivas teóricas, metodológicas e pedagógicas capazes de orientar mudanças significativas para a universidade como um todo, especificamente no que tange à formação estudantil e ao compromisso social da instituição.

### **Extensão popular**

“Bocado de molambos molhados  
manchando o chão,  
mas o que tinha dentro  
era gente ainda  
era gente ainda

Cá de baixo  
a gente vê tudo pixitinho:  
bocado de molambos embolados  
flutuando pelos céus  
ralando aqui no chão

mas quando a gente olha, vê  
que dentro tem um quê  
o que tinha dentro  
era gente ainda  
era gente ainda<sup>3</sup>”  
(Ray Lima)

---

3 **Ray Lima** é ator, poeta e educador popular do Movimento Escambo Popular Livre de Rua, que trabalha no projeto “Cirandas da Vida,” da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, e parceiro da Articulação Nacional de Extensão Popular.

Apesar de sustentada e (em teoria) criada para atender às necessidades sociais mais emergentes, a Universidade caracterizou suas práticas de extensão, pesquisa e ensino por um afastamento dos problemas, dos saberes e das práticas constituídas no seio das camadas mais excluídas da sociedade. Por mais dilemas, sofrimentos e desigualdades que esse povo sofresse – ao longo dos anos – as universidades públicas mantiveram-se distantes de um real esforço comprometido com os grupos populares e suas questões, mantendo apenas relação quando procuraram – a fim de amenizar as pressões sociais – fazer serviços para as comunidades, sem, no entanto, envolver seus protagonistas comunitários como sujeitos para uma resolução estrutural e permanente dos problemas sociais. Viam-se os *mulambos molhados* manchando o chão, mas não se via que tinha gente ali.

Diante desse histórico, ao longo dos últimos anos, têm crescido substancialmente, nesse país, perspectivas diferentes de pensar e fazer a Extensão Universitária, através de iniciativas de muitos setores acadêmicos insatisfeitos com o modelo preponderante de ensino, pesquisa e trabalho social acadêmico e seu escasso diálogo com os grupos populares. Dentre os diversos empreendimentos desenvolvidos, uma série de experiências vem merecendo destaque, não apenas por indicar um jeito diferente de fazer as ações extensionistas, mas, sobretudo, por conformar, através de suas realizações práticas, princípios teóricos, caminhos metodológicos e elementos pedagógicos específicos, que constituem conhecimentos e tecnologias úteis no processo de mudança e transformação da universidade, da formação estudantil e do compromisso social acadêmico. Trata-se, pois, da *Extensão Popular*.

Como refere Cruz (2011), com o desenrolar de uma diversidade de experiências, a *Extensão Popular* vem se configurando como

um movimento nacional na universidade brasileira, presente em diversas instituições e formado por estudantes, professores e técnicos universitários, além de membros de coletivos e organizações populares. Esse movimento nasceu do inconformismo desses atores com a atual estrutura acadêmica e se expressa nas iniciativas de seus protagonistas em fortalecer o debate regional e nacional acerca da Educação Popular na Universidade, bem como por seu interesse em propiciar trocas de experiências e vivências nesse campo. Assim, vem atuando com estratégias como a promoção de eventos locais, regionais e nacionais para se discutir sobre o tema; a criação de grupos de pesquisa e extensão nas universidades; a organização de livros sobre a temática; a construção de ambientes virtuais de comunicação e trocas de experiências; a realização de estágios de vivência em comunidades, entre outras, como analisado em Vasconcelos & Cruz (2011).

No contexto dominante do afastamento da universidade da realidade social circundante e de seu tímido ou inexistente comprometimento com o sofrimento das camadas mais excluídas da população, a Extensão Popular tem significado – em todo o país – uma oportunidade concreta de resistência e criatividade, apontando novos e promissores rumos para a formação estudantil e o compromisso acadêmico com as lutas populares. Através desse pilar universitário, muitos atores sociais encontraram abrigo para o desvelamento de ações marcadas pelo encontro transformador do saber científico com o saber popular.

Inserida no campo de práticas, das reflexões e dos conceitos da Extensão Universitária, a Extensão Popular não significa uma área específica a mais ou um setor em especial da Extensão como um todo, mas um jeito diferente de pensar, de conduzir e de organizar as ações extensionistas com base no referencial ético, teórico e metodológico da *Educação Popular*, o qual implica, para Calado (2008, p.230/231),

um processo formativo protagonizado pela classe trabalhadora e por seus aliados e continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção, de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, em um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes a esse mesmo horizonte.

*A Extensão Popular* (Cruz, 2011) compreende uma série de experiências por meio das quais os saberes populares e tradicionais são valorizados e constituem a base das ações extensionistas. Para tanto, o diálogo de saberes e a análise crítica da realidade compõem pré-requisitos básicos, na construção de intervenções realizadas preponderantemente de modo coletivo e orientadas com base nos interesses e nos anseios dos setores populares. Seu objetivo primordial é a mudança, com ações coletivas e participativas para transformar as condições objetivas de desconforto, dor e opressão que incomodam esses grupos e lhes alienam as possibilidades de fazer cidadania.

Participativa, essa extensão prima pelo diálogo entre sujeitos, está baseada nos saberes populares e orientada por anseios emancipatórios de liberdade, justiça, igualdade e felicidade. É desenvolvida com a vivência contínua dos extensionistas com a comunidade, em suas ruas, associações, casas e famílias, através de estratégias como rodas de conversa, ações educativas, grupos focais, visitas domiciliares, participação em reuniões, ações de mobilização, entre outras.

Nas práticas de Extensão Popular, através do diálogo com os sujeitos das comunidades e o engajamento nas suas lutas cotidianas, diversos estudantes vêm percebendo os limites e as inconsistências da relação autoritária com a população, bem como os limites do próprio saber científico-acadêmico. No lidar com os problemas em suas raízes, as palavras dos livros tomam corpo, calor, cor e cheiro de gente, portanto,

ganham significado. O aprendizado e a atuação acadêmica empenham-se na promoção da vida.

Extensão Popular é também um processo educativo, que não é orientando por qualquer perspectiva, mas por aquelas correntes educacionais norteadas pela categoria do popular, que se cristalizam na Educação Popular. Esse jeito de conduzir o trabalho educativo confere uma dimensão marcante para a Extensão Popular, pois interage de maneira radical sobre seus sujeitos, significando não apenas uma metodologia de trabalho social, de como conduzir, mas que vai além e se concretiza num jeito de estar no mundo, de viver as relações humanas e sociais. Trata-se de um verdadeiro arcabouço ético-político-social (CRUZ, 2011).

Mas que jeito seria esse? É o jeito da *Educação Popular*. Vamos retomar, agora, alguns aspectos fundantes dessa educação.

Melo Neto (1999) nos dá algumas pistas sobre como a Educação Popular inspira e orienta as ações sociais, destacando alguns elementos importantes inerentes a essa vertente educativa e ética. Afirma que ela pressupõe a crença no homem, nas expectativas de mudança para um sistema social mais justo, espaços abertos, compartilhados por todos, sem barreiras de classes; a dimensão da resistência e a superação da alienação das pessoas; a participação popular, a organização popular, a crença e o estímulo na construção da força do povo. É, também, um princípio ético organizativo e uma prática moral que promove a cidadania; processos que envolvem o entendimento e a assimilação da realidade individual e coletiva e a capacitação para a ação, através da reflexão conjunta sobre as condições de vida e as ações programadas; uma oportunidade de cada um se rever no compromisso com grupos populares. A Educação Popular é uma oportunidade de ultrapassar o conceito de conscientização e de valorização da cultura popular

para assumir a noção de conflito, o que implica tensões permanentes, numa prática educativa radical, que se coloca em relação com outros processos sociais, de construção de uma nova cultura e de um projeto de sociedade, de formação da identidade de classe e de construção de cidadania.

É um sistema educativo, caracterizado por um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas e que são relacionados entre si, ordenados segundo princípios e experiências (MELO NETO, 1999). É um trabalho pedagógico voltado para construir uma sociedade cujo poder esteja sendo encaminhado para as mãos dos responsáveis pela produção social – os trabalhadores (FLEURI, 1988). Constitui-se como o conjunto de processos educativos desenvolvidos pelas classes populares em suas lutas pela vida em condições mais dignas. Muitas vezes, configura-se como uma estratégia de persistência desses setores, que vai se direcionando para construir hegemonia e resistir à exploração e à dominação capitalista.

Portanto, quando falamos de Extensão Popular, não defendemos uma concorrência entre ela e a Extensão em Biologia, Engenharia, Ecologia, Cultura, Artes, nem em Saúde. Falar de Extensão Popular é falar de um referencial diferente de extensão – identificado com a busca por um referencial humano, democrático e justo nas relações educativas, independentemente do espaço onde elas aconteçam. Falar de Extensão Popular é falar de reflexão crítica sobre as práticas sociais, inclusive sobre nós mesmos. Portanto, estamos nos referindo a uma crítica profunda ao modo dominante como a Extensão vem sendo realizada. E, para além da crítica, já apontamos uma possibilidade, que toma corpo noutro tipo de extensão - a Extensão Popular. Vivenciá-la é concretizar outro tipo de inserção universitária na vida em sociedade, que caminha rumo à construção de uma organização social mais justa,

humana e democrática. Recomenda que se lute pela emancipação das classes e dos grupos desfavorecidos de nossa sociedade.

Assim, inspirada na categoria teórica da Educação Popular, essa Extensão exige fé nas pessoas.

Fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. (...) A fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo. Por isto, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles (FREIRE, 2005).

Mas exige também luta e conscientização política.

Não há humanização, assim como não há libertação sem transformação revolucionária da sociedade de classes, em que a humanização é inviável. Analfabetos ou não, os oprimidos, enquanto classe, não superarão a situação de explorados a não ser com a transformação radical (FREIRE, 1984).

A Educação Popular é o instrumento dessa luta. Uma pedagogia do oprimido, como fundamentou Freire, “tem de ser forjada com ele, e não, para ele, como homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que essa pedagogia se fará e se re fará” (FREIRE, 2005). Por isso, reforçamos: fazer Extensão Popular é propor a mudança da sociedade e das relações educativas nela presentes. É não apenas pensar, mas fazer diferente e lutar contra todo tipo de verticalismo, autoritarismo, hierarquia, irracionalidade, exploração e desumanização.

O corpo teórico e metodológico da Educação Popular provê bases pedagógicas que pressupõem a formação de cidadãos com consciência crítica, ativa e reflexiva, portanto, questionadora. Gente questionadora para o desenvolvimento de uma ciência humana, social e ambientalmente edificante<sup>4</sup>.

A Extensão Popular nasce a partir de movimentos contra-hegemônicos de quem se espanta e se indigna *não apenas* com a imaginação da Universidade/Sociedade como seria ou como foi, mas, principalmente, com a *constatação* do que é hoje e como será seu futuro caso seus sujeitos não encontrem saídas para superar suas ideologias dominantes. Conforme destaca Vasconcelos (2008, p.11),

a extensão universitária é o espaço acadêmico mais flexível, que permite o novo e o emergente acontecerem. Permite que movimentos sociais, ainda balbuciando propostas e práticas pouco consolidadas, se organizem em pequenos projetos. É espaço de experimentação e consolidação de novas formas de atuação acadêmica.

A efetivação de ações educativas pautadas por princípios éticos definidos, com reforço ao coletivo e com preocupações voltadas às maiorias sociais, será conduzida *no sentido de garantir que alternativas sejam possíveis*, inibindo modelos de produção que só mantenham ou fortaleçam os mecanismos de exclusão (MELO NETO, 2006, p.42, grifo nosso).

## **A Extensão Popular e a formação de subjetividades inconformistas para se repensar a sociedade**

Como ressalta Boaventura de Sousa Santos, segundo Oliveira (2006), redefinir as possibilidades de atuação e de inserção política no mundo significa ressignificar a forma como atuamos no mundo através do

---

4 Como nos lembra Boaventura de Sousa Santos.

campo de nossa subjetividade, espelhada em como incorporamos saberes formais e cotidianos, bem como os valores e as crenças com os quais entramos em contato. Para tanto, revela-se de fundamental importância considerar prioritária a formação de *subjetividades inconformistas* que se engajem no mutirão de construção de outro mundo possível. Para Santos (1996, p.17), isso exige imaginar e delinear um *projeto educativo emancipatório*, cuja aprendizagem se dê com conhecimentos conflitantes com o objetivo de “produzir imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais (...), imagens capazes de potencializar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, *para o inconformismo*”.

Acreditamos que a Extensão Popular está situada – hoje – como uma das principais alternativas de formação de subjetividades inconformistas no campo acadêmico. Ora, o envolvimento de estudantes com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva pode despertar da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude, conforme assinala Vasconcelos (2006).

Como vemos, se, para Santos (1996, p.18), a educação para o inconformismo tem de ser *ela própria* inconformista, (...) assentando igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares *sentidos inesgotáveis*, para Fleuri (2006), as experiências de Extensão Universitária em Educação Popular oportunizam mudanças muito significativas em várias dimensões. Por exemplo, redescobre o significado de trabalho interdisciplinar, revaloriza o comprometimento social e ressignifica a espiritualidade. Ademais, reforça a constituição emergente de outro fazer científico. Fleuri (2006, p.233) afirma que o extensionista “descobre suas próprias ambivalências que, em interação com a complexidade do ser do outro, coloca múltiplos

desafios, abre infinitas possibilidades e, sobretudo, exigem um salto de dimensão no seu modo de entender a prática científica, social e cultural”

Para Vasconcelos (2006), a inserção dos estudantes nos projetos de extensão orientados pela Educação Popular tem gerado uma atuação eficaz, no sentido de proporcionar seu envolvimento com a totalidade dos problemas familiares e sociais que encontram. Emocionam-se com o que veem e, mobilizados por essa emoção, desdobram-se em pesquisas, conversas e articulações para enfrentar os problemas. Isso tem sido particularmente verdadeiro para os estudantes dos períodos iniciais de curso. Muitos dos que se inserem no projeto no final de seus cursos já demonstram uma aplicação mais técnica da ciência, procurando por problemas concretos para trazer soluções técnicas eficazes, podando as possibilidades de escuta e de construção compartilhada do conhecimento.

Vasconcelos (2006, p.284) afirma que é fundamental inserir precocemente o estudante “em convivência estreita com a dinâmica de vida da população, com suas lutas pela alegria e a realização plena de seus anseios profundos”. Coloca como um dos pontos-chave para essas experiências o desenrolar de um vínculo entre a população e os extensionistas envolvidos, o qual orienta todas as ações porque não prescinde do compromisso. Para ele (2006, p.300),

essa perspectiva de trabalho pedagógico vai além da interdisciplinaridade, pois não se restringe à integração de saberes das diferentes disciplinas científicas, na medida em que articula também os saberes e iniciativas populares presentes na comunidade.

As ações de Extensão Popular desvelam realizações transgressoras da realidade acadêmica e social. Para Silveira (2008, p.23), ocorre “o desenvolvimento de autonomia solidária (...), (...) apropriação de

tecnologias leves com criatividade, (...) valorização das subjetividades e do saber popular, aprofundamento da capacidade de escuta para uma atuação pactuada.”

Mas, o que fazer com essas novas *subjetividades inconformistas*? Acreditamos que os escritos de Boaventura apresentam algo de novo e necessário para pensarmos em outros desafios teóricos e epistemológicos para a Extensão Popular: democracia e redes de sujeitos. Primeiramente, para além dos princípios éticos e dos pressupostos teórico-metodológicos, ao considerar uma extensão que seja *popular*, precisamos voltar nossos olhares para a sociedade como um todo. Que arranjo de sociedade espera-se ao se compor um trabalho social de Extensão Popular? Entra, aqui, uma categoria fundante para o *popular*, marcadamente analisada por Boaventura: *a democracia*. Oliveira (2006, p.145) entende que uma das funções dos processos educativos é de contribuir para desnaturalizar as predominâncias identificadas na sociedade como um todo, na perspectiva de criar novos sentidos comuns políticos, jurídicos e epistemológicos, fundados em relações mais equilibradas e menos hierarquizadas entre as diferentes formas de integração nas diferentes dimensões da vida social. Ainda segundo a autora (p.145), se entendemos a democracia como um sistema em que as relações sociais se fundam em relações de *autoridade partilhada*, é preciso que desenvolvamos práticas adequadas, ou seja, que pratiquemos, tanto quanto possível, relações desse tipo.

Acreditamos, pois, que esse é um desafio teórico relevante. Ao pensar o *popular* num cenário acadêmico como o da Extensão Universitária, precisamos também deixar transbordar seu pensamento inconformista para a sociedade que envolve a própria Universidade e fazer esse movimento, sob pena de alienarmos um dos aspectos mais elementares de uma orientação educativa popular, partir da realidade

mesma em seus conflitos e contradições. Por isso, a Extensão Popular reconhece e insere em seu conjunto de preocupações que se deve ponderar sobre os projetos em disputa na relação universidade/sociedade e se inserir nos conflitos em voga na sociedade como um todo, tornando-se eminente repensar o modelo social e procurar construir outras perspectivas para as relações sociais pautadas pela democracia.

Como nos lembra Carlos Silvan<sup>5</sup>, em depoimento contido em vídeo da ANEPOP,

pensar a extensão numa perspectiva popular é pensar a participação de todas as pessoas na produção acadêmica e na vida da Universidade. Isso pressupõe um diálogo com os diferentes saberes e uma articulação com diferentes práticas populares e libertárias, no campo da saúde, da educação. Recomenda parar e pensar um novo modelo de sociedade, que não seja capitalista, da exploração do ser humano, mas que recomende que a Universidade é um espaço de produção de novos sentidos para a vida em comunidade, para uma vida amorosa, uma vida libertária, para uma vida afetuosa e para uma vida de produção do conhecimento que dê sentido a vida das pessoas (CRUZ, 2007).

Registra-se aqui uma provocação das práticas de Extensão Popular para as práticas de Extensão Universitária como um todo: que não se prendam por demais nas especificidades organizativas de suas experiências, nem nas bem-vindas realizações desveladas, mas pensem cada vez em cenários políticos e sociais mais ampliados. Isso quer dizer que não basta pensar o projeto de extensão, seu desenvolvimento e crescimento ou seus produtos. Os sujeitos desse

---

5 Professor e educador popular pernambucano, atualmente vinculado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, é militante dos coletivos nacionais de Educação Popular em Saúde e membro da Articulação Nacional de Extensão Popular.

projeto de extensão precisam considerar as contradições, os dilemas e as questões prementes da sociedade onde estão inseridos. Mais do que isso: em que medida esse projeto poderá contribuir com a luta e a resistência dos setores populares, não apenas os vinculados diretamente ao seu projeto de extensão nas comunidades onde atuam, mas também os grupos populares da cidade, do estado, do país e do mundo. Compreender que a luta pela transformação social não é apenas local, mas também municipal, regional, nacional e internacional e que nenhum movimento popular conseguirá – sozinho – libertar-se das amarras cruéis e desumanas da organização social dominante nos dias de hoje.

Oliveira (2006, p.146) afirma que

pensar as possibilidades de emancipação social democrática (...) requer o desenvolvimento de uma reflexão em torno dos processos de tessitura das redes de subjetividades que somos e dos modos como se pode conceber a formação das subjetividades democráticas.

É nessa perspectiva que seguem historicamente os movimentos sociais populares, como ressalta Batista (2004). Para a autora, a caminhada histórica de conquista por outras hegemonias desses movimentos sociais ocorre no próprio processo de caminhar, no desenrolar das práticas. Ademais, afirma que as práticas educativas emancipatórias vivenciadas nos cenários de lutas dos movimentos sociais acentuam que a história é uma construção social que se faz pela ação coletiva dos sujeitos, e a resistência e o enfrentamento são partes de estratégias de lutas que ensinam que só com sujeitos organizados e lutas conjuntas se podem enfrentar os poderes hegemônicos e construir novas sociabilidades.

Nesse sentido, estaremos – Extensão Universitária – nos afastando de uma prática alternativa para uma efetiva prática alterativa – que muda, transforma, subverte. Assim sendo, direcionada não à *alternatividade*, mas para a *alteratividade* no seu caminhar histórico.

Fica claro, então, que a Extensão Popular, no seio de suas práticas educativas, relações e interações culturais, vai repercutindo em algo que é muito maior do que metas e indicadores comunitários ou produtos gerados. Transcende preocupações de ordem unicamente acadêmicas. A Extensão Popular só tem sentido se, em seu desenrolar, for gerando um movimento que vai constituindo *redes de sujeitos e subjetividades inconformistas*, dispostas a articular caminhos outros para a sociedade em todo o mundo, alçando voos que nos levem a realidades diferentes daquela que aí está. Compreender a Extensão Popular requer pensar esse movimento, que hoje é um desafio essencial em tempos de franco avanço do ideário neoliberal em nossa sociedade, o que não é tarefa apenas para os próprios extensionistas populares, mas também para todos aqueles sujeitos de luta por uma Educação Popular.

Assim, considerando todas as palavras que arriscamos neste breve ensaio sobre a Extensão Popular, concordamos com Melo Neto, quando afirma que,

ao assumir a dimensão do popular, o conceito de extensão passa a considerar as dimensões fundantes do adjetivo como a origem e o direcionamento das questões que se apresentam; o componente político essencial e norteador das ações; e, com especial destaque, o popular expresso por metodologias que apontem encaminhamentos de ações, acompanhadas de seus aspectos éticos (diálogo, solidariedade, tolerância, coletivo...) e utópicos (autonomia, liberdade...) que, para os dias de hoje, tornam-se uma exigência social (MELO NETO, 2006, p.41)

A Educação Popular traz para o campo de disputas de concepções de Extensão Universitária a noção de que se pode galgar também a ação da universidade no processo transformação social. Como nos lembra Falcão (2006, p.38), isso se concretiza na atuação direta da extensão como elo entre a universidade e a comunidade na construção de caminhos para a promoção social. Trabalhar com uma Extensão Popular permitiria maior integração entre a vida acadêmica e comunitária, através de “programas voltados para a problematização e sistematização da realidade concreta e a construção de forma mais coletiva de projetos que possam efetivamente promover o desenvolvimento sustentável popular” e, conseqüentemente, a emancipação social. Todavia, se buscamos esse horizonte, precisamos ter em mente a ideia de conflito. Ou seja, existem oposições a esse projeto humanístico, solidário, emancipatório e ambiental<sup>6</sup> de vida em sociedade. Tais tensões podem ser sentidas na maioria dos espaços sociais, culturais, religiosos, etc. Em cada um deles, certamente haverá quem opte pela organização da sociedade como aí está. Acreditando estarem bem as coisas como estão, imbuindo a dignidade de vida e condições de sobreviver a critérios de merecimento (quem estuda e “vence na vida” conquista tudo o que puder), ou naturalizam a desigualdade social. Algo como: “Foi o destino (ou Deus) quem quis assim. O que se há de fazer?”

Há, porém, uma grande parte de indivíduos dispostos a deixar as coisas como estão não por acaso nem por falta de consciência, mas porque lhes interessa. Eis os representantes das classes dominantes,

---

6 Insistimos em trazer a ideia do ambiente, pois, ao pensar a sociedade numa perspectiva popular, somos também provocados a pensar nossa relação com o mundo, com a natureza. Calado (2008) já nos lembra disso. Ademais, um grupo de extensionistas populares, reunidos em Florianópolis-SC, vem trabalhando essa ideia e defende que é preciso não somente *humanizar*, mas também *animalizar*, no sentido natural e sagrado da essência dos seres vivos, sendo o humano somente *mais um* dos seres em relação com a natureza, com o mundo.

que alienam quaisquer chances de perder seus privilégios e suas boas condições de vida. Para mantê-los, precisam trabalhar e se capacitar. Entra aqui a Universidade, que não foi pensada e criada na perspectiva que sonhamos e detalhamos anteriormente. Pelo contrário, foi justamente imaginada para aplicar exatamente o que faz hoje. De maneira breve, podemos citar: gerar tecnologias e produtos concretos para favorecer o desenvolvimento de uma minoria que tem acesso aos bens materiais e econômicos - a classe dominante; constituir o *passaporte* para ascensão social, contendo diversas estratégias para que apenas os filhos das classes dominantes passem por ela e galguem boas posições na sociedade e condições de vida; além disso, constituir o espaço para a formação cultural e moral adequada à vida em sociedade recomendada em cada momento histórico, segundo os critérios de inclusão e de participação nessa sociedade, delimitados justamente pelos grupos dominantes. Vejam-se as dificuldades concretas da maioria dos jovens das classes populares em se manter numa Universidade, mesmo que pública.

Basta, então, observar com cuidado os corredores dessa instituição para perceber o quanto cabe de tudo. Mais do que isso, o quanto predominam os interesses das classes mais favorecidas, ao percebermos o interesse individualista de grande parte dos estudantes, interessados tão somente em quanto vão ganhar após receber o seu diploma, querendo “fazer sua vida.” Olhar para as salas de aula, as técnicas didáticas e a postura de muitos dos professores, destacando a formação de “forças” ou “massas” para atuar no “mercado de trabalho.” Assim, ao se pensar em Extensão, ocorrem principalmente dois movimentos: os que a utilizam como espaço para treinamento e aperfeiçoamento profissional, testando, junto com a população, os serviços profissionais aprendidos na Academia, e outros que a utilizam como ferramenta útil ao desenvolvimento tecnológico, que acabará nas mãos dos poucos setores

com acesso a tecnologia. Há, ainda, a Extensão como propaganda que dá visibilidade à Universidade ou às empresas, buscando passar-lhes a imagem de “instituições socialmente responsáveis,” “preocupadas” ou até “comprometidas”.

Felizmente, havendo espaço na Extensão Universitária para tudo, haverá também oportunidade para o desenvolvimento de ações contra-hegemônicas, que denunciem a situação como está e aprimorem outros caminhos rumo às utopias sonhadas, pois, como nos lembra Calado (2006, p.304),

se sombrio é o quadro que campeia, não devemos perder de vista que, apesar disso, sempre houve e sempre haverá quem faça diferente, quem tenha outras apostas. Se ousarmos ensaiar mergulhos nas “correntezas subterrâneas”, vamos verificar experiências alternativas, apontando para uma cultura política alternativa.

Acreditamos na Extensão Popular, portanto, como inspiração singular para que se exercite a vocação mesma da universidade, refletida numa “vida de busca do outro e de partilhas como sentido dela própria, a vida cotidiana, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo” (BRANDÃO, 2002). Como afirma de modo veemente Melo Neto (2006, p.43), a Extensão Popular, como “expressão de atitudes superadoras de todo tipo de agentes impeditivos da intransigente e radical, busca novas formas de concretizar sonhos de justiça, liberdade e de felicidade”.

## **Emergência e irradiação da Extensão Popular como um movimento nacional**

A partir da década de 1990, com os avanços da institucionalização da extensão e o estabelecimento de sua perspectiva acadêmica,

criaram significativamente o apoio e o fomento institucional para o desenvolvimento da extensão universitária na linha da Educação Popular, como referencial teórico, metodológico e ético.

Nesse período, a cada ano, a Extensão Popular ganhava mais visibilidade, e seus empreendimentos continuavam a formar profissionais com visão crítica, postura humanística e compromisso social, o que podia ser constatado por alguns fatores históricos: atuação desses estudantes na criação de novos grupos de debate no movimento estudantil, tendo a Educação Popular como principal marca; participação ativa dos sujeitos da extensão popular nas discussões sobre as reformas curriculares de diversos cursos em todo o país; protagonismo dos extensionistas populares na discussão e na elaboração de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, perspectivas para a pesquisa-ação e delineamento de tecnologias sociais; inserção de estudantes recém-formados em movimentos sociais, do campo e da cidade; participação de muitos desses atores na constituição de novas frentes para a administração pública, inserindo-se em projetos governamentais de caráter popular e democrático em algumas cidades do Brasil.

Essas repercussões ajudaram a demonstrar, amplamente, a relevância das experiências da extensão popular na formação universitária, na constituição de pesquisas de caráter participativo e no cumprimento da função social da universidade. Tudo isso contribuiu também para o aumento significativo do número de experiências, na medida em que mais professores, técnicos e estudantes conhecem a extensão popular e buscam implementá-la em suas instituições como forma de resistência ao modelo universitário dominante e construção processual de novas perspectivas. Vai se constituindo, então, um corpo prático pujante de caráter nacional, de experiências de extensão universitária nos meios

comunitários e com as classes populares, orientadas pela óptica da Educação Popular, como analisado em Cruz (2011).

No início dos anos 2000, avança a produção analítica e crítica desse campo da extensão, repercutindo em debates e produções teóricas, com base, principalmente, em estudos organizados pelo Professor José Francisco de Melo Neto. Em livros como “*Extensão Universitária: uma análise crítica*”, “*Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular*” e “*Extensão popular*”, esse autor sistematizou bases filosóficas para se compreender bem mais as bases éticas e teóricas sustentadoras da proposta de extensão popular, situando, no campo conceitual, as críticas desse modelo às outras perspectivas extensionistas e à universidade como um todo. Em paralelo, emergiram outras produções teóricas, que partiram, principalmente, de reflexões providas do concreto das práticas de extensão popular. Assim, aspectos cotidianos dessas iniciativas, como vivências pessoais, desafios e obstáculos práticos, potencialidades metodológicas e novidades pedagógicas puderam ser sistematizadas e amplamente visibilizadas.

Também repercutiram as produções teóricas<sup>7</sup> que davam enfoque à contribuição da extensão popular na ressignificação da atuação profissional em algumas áreas do saber, porquanto os projetos conseguiam experimentar metodologias e novas ações capazes de ser desenvolvidas não apenas em nível extensionista, mas na atuação profissional cotidiana. Como exemplo, destacou-se o livro “*Fisioterapia na Comunidade*”, de Ribeiro e Lacerda (2006), em que foi abordada a prática do fisioterapeuta nos serviços públicos de atenção básica em saúde, redefinida a partir das ações de um projeto de extensão popular.

---

7 Ver Vasconcelos & Cruz (2011).

Todos esses fatores criaram bases para espalhar as experiências de extensão popular. Por todo o país, foram se multiplicando o número de projetos e a quantidade de pessoas cuja formação universitária incluía a Educação Popular. Assim, cada vez mais, a Educação Popular adentrava o cenário institucional e demonstrava não ser apenas um “sonho de alguns idealistas utópicos” (VASCONCELOS, 2006). Nessa década de 2000, suas diversas realizações provavam ser possível vivenciar outra formação e outro compromisso social na universidade, ficando evidente que a extensão popular é mais do que uma alternativa, mas uma proposta consistente de outro modelo universitário.

Nesse período, outro fenômeno que concorre para irradiar a extensão popular é o crescente número de espaços nacionais de encontro de extensionistas, configurados, principalmente, com a emergência dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária (CBEU), que começaram, em 2001, com o 1º CBEU em João Pessoa-PB. A partir de então, estimulava-se a comunicação entre os extensionistas populares, os quais, ao constatar nos CBEU a realidade ainda hegemônica da extensão universitária brasileira, passavam a buscar formas mais aprimoradas de organização interna, para reivindicar melhorias no cenário institucional e fortalecer a extensão popular.

Encontro após encontro, os diversos membros de vários projetos de extensão popular de todo o país foram manifestando sua insatisfação com o modo como os CBEU eram organizados e com o modelo de extensão ainda dominante, marcado pelo assistencialismo e pelo mercantilismo. Com isso, crescia a necessidade desses atores de priorizar sua organização e qualificar sua reivindicação por mudança. Ademais, identificavam a importância de sua comunicação permanente e das trocas de experiências.

Todo esse contexto possibilitou o crescimento de um movimento nacional que insiste num caráter popular de extensão, defensor da

democratização de sua organização nacional, o qual tomou corpo em dezembro de 2005, através da criação da *Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)*, durante encontro de diversos extensionistas populares, técnicos, trabalhadores de saúde e educação, membros de movimentos populares no II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília-DF. Formada por professores, técnicos, estudantes e membros de movimentos populares insatisfeitos com o atual modelo de formação, a ANEPOP foi criada para fortalecer os princípios da Educação Popular nas atividades acadêmicas, através da extensão.

A ANEPOP é uma articulação de extensão com caráter nacional, que procura criar canais de trocas de experiência e reflexões entre os atores da extensão popular. Como espaço de comunicação, tem uma lista de discussão pela internet, a *extensaopopular*<sup>8</sup>, atualmente com cerca de 530 associados. Trata-se de um movimento instituinte de novas formas de integração entre a vida universitária e os movimentos sociais, pautado pelo diálogo entre as esferas que pensam e refletem sobre a extensão numa ótica progressista. Está sustentado também na insatisfação com a forma como o CBEU e as demais instâncias de debate vêm sendo organizados, assim como diante da desvalorização da participação de estudantes, professores, profissionais e movimentos sociais na construção das políticas de extensão.

Nos últimos anos, a ANEPOP vem empreendendo importantes frentes de interação política e reivindicativa: diálogo com o FORPROEX, com um tipo diferente de fazer extensão e uma proposta diferente de vivência universitária; insistência em socializar a discussão da extensão popular em vários eventos pelo Brasil, difundindo e dando visibilidade às práticas e trazendo novos atores para a luta; apoio às iniciativas

---

8 Para se inscrever na lista de discussão, envie mensagem eletrônica em branco para o endereço [extensaopopular-subscribe@yahoogroups.com.br](mailto:extensaopopular-subscribe@yahoogroups.com.br) .

que se constroem e os coletivos que se interessam em discutir sobre extensão popular e criar práticas nesse sentido.

“Nas malhas da rede eu vou, eu vou  
balançar pra vida vir  
Na Extensão avançar  
Nas malhas da rede eu vou, eu vou  
navegando na maré  
da cultura popular]

Essa rede é do homem  
Essa rede é da mulher  
Nossa rede é inclusiva  
Pode vir donde vier  
Se a cultura toca o chão  
A educação se põe de pé

Nossa rede é sonhadora,  
Aqui chegou para ficar  
Cabe nela a diferença  
Os muitos modos do pensar  
A rede é libertadora  
A extensão é popular”  
(Ray Lima)

A criação da ANEPOP evidencia um novo momento para a extensão universitária e deixa evidente que a extensão popular não compõe apenas uma categoria teórica ou um jeito de fazer extensão, mas é um movimento antigo. Porém, no contexto atual, vem priorizando sua organização e desenhando novos contornos para o painel institucional da extensão universitária brasileira. Seus empreendimentos trazem a reflexão de que não basta haver trabalhos de base fortes nas diversas instituições

do Brasil, mas é preciso que pessoas envolvidas nessas iniciativas se disponham a trabalhar nessas intervenções políticas e estruturais.

## **Extensão Popular e Cultura: desafios para a transformação da universidade**

Através dos encontros, dos debates e das trocas de experiências mantidas no Movimento Nacional de Extensão Popular, tem sido marcante a presença de sujeitos e de experiências de Extensão Popular na área da Cultura ou – dizendo de outro modo – de iniciativas em que a Cultura é um elemento primordial, que dá sentido a um encontro humano transformador das condições sociais desiguais. Conhecendo essas ações e dialogando com seus atores, especialmente testemunhando sua participação na organização da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), elencamos alguns aprendizados trazidos pelo encontro significativo da Extensão Popular com a Cultura, rumo à transformação da universidade e suas práticas educativas dominantes. Nos próximos parágrafos, deveremos nos deter nessa reflexão.

De modo geral, chama a atenção, nesses empreendimentos, a utilização da vocação transformadora, libertadora e emancipatória da Cultura. Conforme destacamos no início deste ensaio, pensamos firmemente que a Cultura não existe para dar sentido a projetos individualistas, mas a iniciativas coletivas de construção de subjetividades inconformistas e redes de sujeitos e educadores dispostos a resistir, construindo outras possibilidades de estar e de viver no mundo. Em muitas experiências de Extensão Popular, essa vocação libertadora da Cultura tem sido valorizada e impulsionada, através de diferentes possibilidades de ação e interação, que passaremos a descrever.

Em primeiro lugar, isso decorre do respeito, do reconhecimento e do incentivo à Cultura Popular com sua arte, criatividade e subjetividade de seus produtos, costumes, tradições, concepções e práticas. Na perspectiva da Extensão Popular, ao se encontrar com a população, seus grupos e organizações, os extensionistas estarão menos preocupados com metas preestabelecidas e mais dedicados a, através de uma posição humilde de aprendiz, deixar-se aprender com aquelas pessoas e seus patrimônios culturais, que carregam ensinamentos sobre o viver e a luta daquele povo.

Nessa direção, a posição de aprendiz não deverá recomendar que os extensionistas esqueçam suas perspectivas culturais em favor daqueles elementos culturais populares apreendidos na relação com a população. Pelo contrário, o respeito e o aprendizado com a cultura popular constituirão um elemento fundamental para se despertar um processo de construção coletiva e participativa de caminhos para superar os principais dilemas e problemas daquela população, conforme sentidos por seus protagonistas. Desse modo, a cultura será um modo de perceber autêntico da expressão dos anseios da população, bem como de identificar as vocações daquele povo em suas lutas por ser e fazer mais. Afinal, os caminhos de superação das desigualdades sociais podem ser diversos. Mas cada povo, com seu patrimônio cultural e acervo criativo, certamente terá maneiras, perspectivas e caminhos próprios para lutar, resistir e construir mudanças. Uma ação de extensão que vise gerar autonomia e garantir a participação ativa da comunidade para superar próprios problemas não terá sentido se não investir em estimular e aperfeiçoar os caminhos e as estratégias do próprio povo.

Evidentemente, é necessário também desenhar um pensamento crítico em relação às opções, aos caminhos e aos pensamentos expressados pela população, pois, como refletimos no início deste ensaio,

em muitas situações, a cultura é utilizada – especialmente nos setores excluídos – para manter as desigualdades e legitimar os processos de exploração humana. Assim, nas comunidades populares, também há pensamentos e atitudes extremamente antipopulares. Por isso, ao propor aprender com a cultura popular, não se recomenda mitologizá-la, mas, sobretudo, incluir, de modo central, no processo de trabalho social as expressões populares legítimas nas quais aquele povo se reconheça e encontre sentido, incutindo no processo reflexões críticas permanentes, não apenas por parte da comunidade, mas também de nós mesmos em comunhão com esses atores.

Por essa concepção, a Cultura Popular estará no processo de Extensão não apenas como algo alternativo, pontual ou ilustrativo, mas também como elemento e estratégia central no desvelamento da autonomia da população e sua capacidade crítica e criativa, como forma de criar espaços de diálogo, discussão e aprofundamento crítico em que a população se enxergue, reconheça-se e fique à vontade para – principalmente – desvelar críticas à vida, à sociedade e ao seu próprio povo, avaliando quais inconsistências, lacunas e problemas ainda persistem em sua organização para poder ser, fazer e galgar mais, em relação aos direitos humanos básicos de vida e de cidadania. Assim, a Cultura estará articulada no centro estratégico das preocupações sociais que motivam o projeto de extensão.

Vale ressaltar, ainda, um aprendizado singular que as iniciativas de Extensão Popular e Cultura vêm trazendo para a Extensão e a educação universitária como um todo: o sentido transformador da Arte, da criatividade, da poesia e da subjetividade nos processos de trabalho social e de formação estudantil. Ora, é certo que – maioria das vezes – as práticas de Extensão Popular minimizam o significado da linguagem e das práticas relacionadas à Arte no cotidiano de suas

realizações. Isso porque, muitas vezes, a preocupação exacerbada de seus atores com as estratégias, as táticas e os planejamentos das dimensões políticas e sociais acaba levando ao desprezo pelo cuidado com as dimensões mais pedagógicas, de vínculo e solidariedade das ações – que têm uma maior interface com a perspectiva da Arte.

O trabalho com a arte e a poesia reforça o vínculo e o sentido de solidariedade humana das ações, por enfatizar a necessidade de trabalhar a dialogicidade no nível das condições elementares para exercitá-la: abrir-se ao novo, refletindo de maneira profunda sobre a interação com dimensões humanas e sociais pouco exploradas em nossa cultura racional-acadêmica fria, distante, desumana e impessoal. Para tanto, a Cultura tem trazido para a Extensão Popular perspectivas como: permitir-se compartilhar sonhos, desejos, utopias e, principalmente, deixar-se desvelar a criatividade libertadora através de novas linguagens, práticas, atitudes e interações – como a música, a dança, a poesia, o cordel, o desenho, a pintura, o teatro, as brincadeiras, entre outras formas de arte.

Todas essas possibilidades encontram-se encharcadas de bonitezas educativas e pedagógicas, pois – trabalhadas com afinco, seriedade e compromisso – podem permitir que estudantes, técnicos, professores e comunidades desenvolvam um encontro humano transformador e um respeito profundo com o mundo, na medida em que reforçam condições fundantes para que as intenções éticas e os projetos sociais da Extensão Popular se realizem com práticas, procedimentos e metodologias coerentes com esse mesmo horizonte ético-utópico desse tipo de ação extensionista. Em outras palavras, a Cultura tem trazido para a Extensão Popular o apontamento de caminhos úteis para criar e aperfeiçoar metodologias efetivamente participativas,

que deixem mais concreto um cenário humano e ambiental favorável a uma educação crítica, criativa e libertadora.

Essas ações enfatizam que não poderemos construir uma formação estudantil crítica e um compromisso social acadêmico sem rever – nós mesmos, extensionistas populares – os procedimentos adotados em nossas práticas e o quanto de arte, criatividade e subjetividade eles estão trazendo, uma vez que elas constituem – veementemente – dimensões essenciais para uma nova ética de ser, estar e construir o mundo. Trata-se, nesse sentido, de sugerir que nos afastemos radicalmente da frieza e do distanciamento acadêmico. O trabalho social regido com essas dimensões e procedimentos culturais permitirá um encontro humano e ambiental transformador – do extensionista com ele/ela mesmo(a), com o(a) outro(a) e com o mundo (a natureza).

“Corpo meu, minha morada  
Desde que o sol explodiu  
Minha alma em estilhaços  
A natureza estende os braços  
Renasce o mundo em desafio”.

(Ray Lima)

Então, no que se refere aos demais aprendizados da cultura trazidos para o campo da Extensão Popular, podemos dizer que se cultiva, dia-a-dia, uma cultura diferente e nova de extensão, de formação estudantil, de compromisso acadêmico. Uma cultura encharcada de elementos como a humanização, a solidariedade, a criatividade, a participação, a subjetividade, a arte e a dialogicidade.

“Quando a gente se encontra  
é bem mais que um encontro  
o som, a cor, a luz  
aquele onto -

o que haverá de ser  
o nosso amor,  
estranho amor,  
o meu amor por você.

Quando a gente se encontra  
é bem mais que um encontro  
o céu apaga, o sol desmancha,  
novos astros nascem luz  
pra refletir  
o nosso amor,  
de ser pra ser  
o meu amor por você.

Quando a gente se encontra  
é bem mais que um encontro  
contigo aprendo  
e me dou conta  
do grande ser  
que há em ti,  
do nosso amor,  
do meu amor por você”<sup>9</sup>  
(Ray Lima)

Portanto, Cultura e Extensão Popular se constituem como mais um – entre tantos outros – elemento potencialmente transformador, na busca permanente por outro referencial de educação universitária. Externa uma possibilidade de educação com o povo, Educação Popular ou educação libertadora, como uma educação que quer ser autônoma e produtora de autonomia de classe, dialógica, comprometida, participante, crítica,

---

9 Maranguape-CE, maio de 2008.

conscientizadora, livre e libertadora (MELO NETO, 1999). Para isso, também deve buscar referenciais e ideias, essencialmente em sua cultura.

Para ser libertadora, deve se libertar de dogmas, primeiro, e aceitar que outras formas de ver o mundo também podem ser bem vindas se bem direcionadas. Para ser libertadora, deve cultivar – processual e participativamente – uma nova cultura.

## **Algumas considerações**

Como podemos perceber, a partir dessas considerações tecidas com base nas experiências de Extensão Popular, esses empreendimentos têm viabilizado uma reorientação significativa no modo como se percebe e se pratica o trabalho social em diversas áreas do saber, destacadamente: a Saúde, o Direito, a Educação, a Tecnologia e a Cultura. Assim, a *Extensão Popular* se posiciona não apenas como um jeito diferente de formar estudantes universitários ou numa perspectiva inovadora de incluir o saber popular na construção do conhecimento, mas – por meio de sua prática, num cair/levantar cotidiano – desvela elementos pedagógicos e indica aprendizados sobre como as diversas áreas do conhecimento podem atuar e se desenvolver.

De fato, há muitas décadas, a Extensão Popular vem sendo um espaço propício à comunicação da universidade com a realidade social, seus problemas e desafios. Nesse encontro, a Extensão se conforma como um cenário profícuo para que estudantes, técnicos e professores (preocupados com as desigualdades sociais e humanas) desenvolvam ações acadêmicas direcionadas à construção e ao aperfeiçoamento de conhecimentos e tecnologias para a conquista de uma vida com felicidade e dignidade para todas e todos.

Diante dos conhecimentos que compartilhamos e das reflexões que tecemos ao longo das páginas anteriores, poderíamos até afirmar que, na Universidade, pensar e fazer Extensão Popular significa: a) fazer do ensino um exercício de leitura crítica, ativa e reflexiva do mundo e suas contradições. Um espaço em constante formação, que forma seres humanos e lutadores nessa sociedade; b) fazer da pesquisa um exercício da criatividade e curiosidade dos acadêmicos na busca por compreender bem mais os fenômenos naturais e sociais, objetivando a promoção humana, a justiça e a felicidade; c) fazer da extensão um lugar constante de ação e reflexão do ensino e da pesquisa, que convide a sociedade a participar ativamente da construção do conhecimento.

A Educação Popular luta pela emancipação dos homens, a qual envolve também suas condições de moradia, saúde, sobrevivência, cultura, afetividades, paixões, sentimentos, lazer e, principalmente, sua liberdade de ser e fazer mais. Por esse caminho, apoia-se todo o desenvolvimento de tecnologias que contemplem tais objetivos e provenham de um desenvolvimento social igualitário e que traga felicidade, não para alguns, mas para todos.

Claramente, optar pela Educação Popular é optar por um jeito de encarar a situação social, econômica e cultural do nosso país, a nós mesmos – subjetiva e afetivamente - e nossas relações humanas.

“Nada continua como está  
Tudo está sempre mudando  
O mundo é uma bola de ideias,  
se transformando, se transformando”  
(Júnio Santos)

## Referências

BATISTA, M. S. X. Movimentos sociais e educação: construindo novas sociabilidades e cidadania. In: **Anais do VIII Congresso Luso-africano brasileiro de Ciências Sociais**, 2004, Coimbra/Pt. v. 1.

BRANDÃO, C. R. A Educação Popular na escola cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO FORPROEX. **Extensão universitária: organização e sistematização**. Coordenação Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.

CALADO, A.J.F. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: LINS, L.T.; OLIVEIRA, V.L.B. de (Org). **Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 225-242.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão Popular: a reinvenção da universidade In: **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência** / Eymard Mourão Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz, organizadores. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2011, p. 40-61.

CRUZ, P. J. S. C. A Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP): articulando as práticas de extensão na luta por uma universidade socialmente comprometida. In: JEZINE, E.; BATISTA, M.S.X.; MOREIRA, O.L. (Org.). **Educação Popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, v., p. 111-132.

CRUZ, P. J. S. C. (editor). **Aula inaugural do Curso de Extensão Popular**. Produção da Coordenação do Curso de Extensão Popular (CEXPOP), 2008, 1 DVD (35min), son color.

CRUZ, P. J. S. C.(editor). **Diálogos de Extensão Popular: reflexões e significados**. Produção da Articulação Nacional de Extensão Popular - ANEPOP, 2007. 1 DVD (15min), son color.

CALADO, A.J.F. Novos e velhos movimentos sociais populares: quais saberes necessários à construção de uma sociabilidade alternativa?. In: SCOCUGLIA, A.C.; JEZINE, E. (Org.). **Educação Popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidades**: outra forma de ensino. 1a. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2006.

FLEURI, R. M. Formação de profissionais da saúde: reflexões a partir de vivências estudantis. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 231-264.

FLEURI, R. M. **Educação Popular e Universidade**. Piracicaba: UNIMEP, 1989. 386 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e Educação**. 6a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 120 p.

JEZINE, E. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Editora Universitária UFPB. João Pessoa, 2006. v.1. 331p.

JEZINE, E. Universidade-sociedade e extensão universitária: construções teórico-metodológicas. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPEd**, 2005. Meio digital. [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br).

LACERDA, Dailton Alencar Lucas; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. **Fisioterapia na comunidade**. 1. ed. João Pessoa-PB: UFPB-Editora Universitária, 2006. v. 1. 278 p.

MARCOS, M.L.; CRUZ, P.J.S.C. **A articulação nacional de Extensão Popular no 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.** Produção da Articulação Nacional de Extensão Popular - ANEPOP, 2006. 1 DVD (7min), son., color.

MELO NETO, J.F. **Extensão Popular.** 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. v.1. 97p.

MELO NETO, J.F. **Extensão universitária, autogestão e Educação Popular.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MELO NETO, J.F. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, J.F. (Org.) **Extensão universitária: diálogos populares.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MELO NETO, J.F. Educação Popular: uma ontologia. In: José Francisco de Melo Neto; Afonso Celso Scocuglia (Org.). **Educação Popular: outros caminhos.** 2ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1999, v. 1, p. 31-75.

OLIVEIRA, I. B. **Boaventura e a Educação.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 166 p.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas:** uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SANTOS, B. S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L.H.; AZEVEDO, J.C. (org.). **Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais.** Porto Alegre: Sulina, 1996, p.15-33.

SANTOS, B. S. **A universidade popular dos movimentos sociais para formar activistas e dirigentes dos movimentos sociais e ONGs e cientistas sociais, intelectuais e artistas dedicados à transformação social.** Uma proposta para discussão. Segunda versão. Setembro, 2003. Disponível em: [www.ces.fe.uc.pt](http://www.ces.fe.uc.pt).

SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.); Costa, L. H. (Org.) **Liga de Saúde Coletiva - Extensão Popular em busca da Integralidade.** 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008. v. 500. 128 p.

VALLA, Victor Vincent. Problematizando o termo “conversão”, a partir do campo religioso. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; TAVARES, Maria Tereza; FLEURI,

Reinaldo Matias; ALGEBAILLE, Eveline Bertino; VALLA, Victor Vicent. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da Educação Popular: diferentes olhares.

In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 30, 2007, Caxambu, **Anais**, Caxambu:Anped, 2007. CD-ROM.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 265-308

VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1.

VASCONCELOS, E. M. Prefácio. In: SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.); Costa, L. H. (Org.) **Liga de Saúde Coletiva - Extensão Popular em busca da integralidade**. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008.

VASCONCELOS, E. M; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação Popular na formação universitária**: reflexões a partir de uma experiência de extensão. São Paulo: Hucitec, 2011. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011. 420p.



U

Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2019, utilizando a fonte Helvetica LT.